

Relatório da Prestação de Contas _____ 2020

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
2.1 Economia Mundial	10
2.2 Zona Euro.....	12
2.3 Economia Portuguesa	13
3. PRINCIPAIS RESULTADOS	15
4. ATIVIDADES.....	18
4.1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL	19
4.2 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	27
4.3 INOVAÇÃO	32
4.4 CULTURA.....	37
4.5 URBANISMO E HABITAÇÃO.....	41
4.6 EDUCAÇÃO.....	46
4.7 JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES	49
4.8 TURISMO	51
4.9 SEGURANÇA.....	53
4.10 DESPORTO E ANIMAÇÃO	56
4.11 MOBILIDADE	58
4.12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA.....	63
4.13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA	72
5. RELATÓRIO FINANCEIRO	87
5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	87
5.1.1. Equilíbrio orçamental	89
5.2 ANÁLISE DA DESPESA	92
5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa	92
5.2.2. Execução orçamental da despesa	95
5.2.3. Evolução da despesa.....	99
5.2.4. Despesa por objetivos	108
5.3 ANÁLISE DA RECEITA	112
5.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita	112
5.3.2. Execução orçamental da receita.....	113
5.3.3. Evolução da receita.....	115
5.4 MOVIMENTOS DE TESOURARIA	119
6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	120

6.1. BALANÇO	120
6.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	126
6.3. ENDIVIDAMENTO.....	129
6.4. PANDEMIA COVID-19.....	131
6.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	135
7. CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	136

Nota do Presidente

A análise de 2020 é um desafio de enorme complexidade pelo turbilhão de acontecimentos que alteraram o que parecia ser uma navegação desafiante, segura e sem sobressaltos, de uma cidade que, no final do ano de 2019, vivia um momento ímpar de crescimento, prosperidade e dinamismo.

O município libertara-se de um – já longo - ‘espartilho’ financeiro ao atingir as marcas históricas de dívida bancária zero e de aprovar, para 2020, o maior orçamento de sempre: 315 milhões de euros, permitindo-nos encarar o futuro próximo com muita confiança.

A erupção da pandemia, no final de 2019, atingiu Portugal em Março de 2020, com o surgimento dos primeiros casos de infeção por SARS-CoV-2 a serem registados precisamente na cidade do Porto, instalando-se uma crise sanitária, económica e social de dimensão imprevisível.

Assim confrontados, quis este Executivo que essa incerteza não fizesse perigar as propostas que havíamos feito à cidade para 2020, assentes nas traves mestras da política sufragada pelos portuenses em 2017.

Apesar de ser muita a incerteza, tal não impediu que assumíssemos, sem hesitações e com o pioneirismo que também caracteriza o Porto, a dianteira no apoio ao combate dos efeitos da pandemia, antecipando o impacto sanitário e as suas consequências económicas e sociais mais imediatas.

Promovemos, por isso, iniciativas de apoio às estruturas locais de saúde para mitigar a crise sanitária, quer através da compra de equipamentos, quer através da criação de estruturas complementares de apoio, e assumimos uma política orçamental contracíclica, abdicando de receita própria sem descuidar a necessidade de concretizar o investimento previsto e de aumentar a despesa com medidas de suporte social, económico e cultural, mandatando-se as empresas municipais para a aplicação de medidas de igual natureza.

A cidade beneficiou da sustentabilidade das políticas municipais, criteriosamente introduzidas e desenvolvidas ao longo deste últimos anos e expressa na solidez das contas municipais que agora se apresentam.

Em termos financeiros e olhando para os grandes números, o impacto na receita municipal foi de -7,9 M€ (-2,4%). As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, caíram 17,0% (-30,7M€). No seu conjunto, as receitas correntes reduziram-se em 13,6% (-31,7 M€). O decréscimo da receita foi atenuado pela incorporação do saldo da gerência de 2019 que, de uma forma não desejada, acabou por sublinhar a bondade da prudência, do rigor e da sustentabilidade dos orçamentos municipais.

Apesar das quebras inesperadas e impactantes na receita, não foram comprometidos aqueles que são os três grandes pilares da estratégia gizada por este Executivo: “Coesão e Ação Social”, “Economia e Desenvolvimento Social” e “Cultura”, que representaram 22,6% (52,3M€) da execução do orçamento e aumentaram, relativamente a 2019, 13,9% (+6,4M€).

Por outro lado, o investimento ascendeu a 70,4 M€, correspondendo a 30,4% do total da execução orçamental, ambos os valores sem paralelo nos últimos 16 anos.

De entre um conjunto de medidas de apoio a cidadãos em situação de extrema fragilidade e pobreza, reforçámos a oferta alimentar a pessoas em situação de sem-abrigo servindo cerca de 140 mil refeições na rede municipal de restaurantes solidários, prosseguimos a reabilitação do nosso edificado municipal com intervenção em mais de dez bairros de renda apoiada, num investimento a rondar os 20 milhões de euros, reabilitámos perto de 300 habitações devolutas, atribuímos casa a 201 famílias carenciadas, apoiámos dezenas de associações da cidade com trabalho na área social, cultural e desportiva, e aumentamos em 1,32 milhões de euros o programa “Porto Solidário – Fundo de Emergência Social”.

Iniciativas sempre insuficientes, mas essenciais para apoiar a segurança e a qualidade de vida dos munícipes mais carenciados, garantindo a sua inclusão, evitando o desenraizamento num momento tão crítico que a quebra da atividade económica tendeu a acentuar.

No campo económico e de desenvolvimento social, prosseguimos o apoio e a proteção dos nossos comerciantes históricos através da iniciativa ‘Porto tradição’, disponibilizámos a linha “Revitaliza Porto” que prestou suporte a mais de uma centena de empresas e demos continuidade a uma das maiores empreitadas com que este Executivo se comprometeu: a do Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão.

Neste domínio, e talvez da maior importância, é o facto de mesmo em contexto de imprevisibilidade para muitas empresas nacionais e internacionais, termos tido a mestria de não descurar o trabalho de captação e apoio ao investimento na cidade. O resultado? No total, falamos de 100 projetos em diferentes fases de avaliação ou implementação que, no futuro, poderão representar mais de mil milhões de euros de investimento e a criação de mais de 3.600 postos de trabalho diretos no Porto, iniciativas essenciais para robustecer o tecido empresarial da cidade, imprescindível à retoma da economia que todos almejamos.

A crise pandémica veio expor ainda mais as fraquezas no setor cultural e, simultaneamente, demonstrar o quão necessário é esta atividade para as populações, para o seu desenvolvimento e enriquecimento pessoal e social.

Com um investimento superior a 13 milhões de euros, a Cultura teve ainda assim, apesar de todas as contrariedades e incertezas, que motivaram um desafiante exercício de reprogramação e adaptação a novos formatos, momentos altos em 2020 que importam salientar. Desde logo a consolidação e apresentação da estrutura artística e multifacetada do Museu da Cidade, mas também a realização de uma edição histórica da “Feira do Livro” que celebrou o - ansiado- regresso do Porto à atividade cultural, com uma programação alargada a diferentes polos e conteúdos programáticos e envolvendo mais de 100 mil visitantes.

Incontornáveis, também, são projetos como o Matadouro, que após meses de retrocessos e imbrólios administrativos pôde avançar, a reabilitação do Mercado do Bolhão, a construção do Terminal Intermodal de Campanhã, a requalificação do cinema Batalha. Projetos âncora deste Executivo, há décadas desejados pelos portuenses e que irão reconfigurar e rejuvenescer as respetivas áreas de implantação, mudando o panorama cultural, social e económico da cidade de forma inequívoca e irreversível.

Resiliência, rigor e foco foram fatores críticos para enfrentar o atípico ano de 2020.

De forma empreendedora, aguerrida, permeável e proactiva, fomos capazes de adaptar-nos a um contexto de enormes dificuldades. Soubemos fazer das fraquezas forças, redesenhámos e reinventámos processos, através de uma gestão de recursos rigorosa, cautelosa e planeada, com uma colaboração escrupulosa de todos os trabalhadores do universo municipal, incansáveis no seu espírito de missão.

Mantivemo-nos centrados no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Há muitos ensinamentos que, decerto, poderemos retirar dos últimos meses. Não é algo que farei neste momento dada a impossibilidade de distanciamento que só o tempo permitirá. Certo é que há algo que sempre defendemos e que veio a provar-se avisado nos conturbados tempos que vivemos: acertámos quando assumimos claramente a aposta nas “boas contas”.

São precisamente as “boas contas”, as “contas à moda do Porto”, que nos permitem deixar à Cidade, sem onerar ou comprometer as gerações vindouras, a garantia de uma cidade mais sustentável, mais segura, mais solidária e mais inclusiva.

Enfrentar o atípico ano de 2020, que a todos perturbou, carregado de imprevisibilidade, incerteza e desafios impensáveis, não nos afastou dos objetivos que propusemos à cidade com um orçamento assente nos pilares da política sufragada em 2017 e cuja prestação de contas agora apresentamos.

Rui Moreira

Relatório de Gestão _____ 2020

Introdução

1. INTRODUÇÃO

Dispõe a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que os documentos de prestação de contas individuais são apreciados pelo órgão deliberativo. Dispõe ainda o mesmo normativo que as contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente do das contas individuais do município.

Considerando-se o disposto no art.º nº 3 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2020. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 1, que define a estrutura e conteúdo das Demonstrações financeiras, e a NCP nº 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

As demonstrações financeiras e de desempenho orçamental agora apresentadas são uma representação fidedigna do desempenho financeiro e orçamental do Município do Porto no decurso do ano económico de 2020. As mesmas refletem, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa, o impacto económico e financeiro decorrente da pandemia da doença COVID-19 que obrigou o país a uma redução significativa da sua atividade económica.

A esperada contração da economia portuguesa, como sequência da declaração pela Organização Mundial de Saúde da pandemia COVID-19 e das medidas de controlo sanitário entretanto adotadas, fez com que, prudentemente, o Município do Porto, na 1ª revisão ao orçamento de 2020 para a integração do saldo da execução orçamental de 2019, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal em 12 de maio de 2020, procedesse a um ajustamento em baixa das dotações orçamentais da receita, nomeadamente das dotações da receita fiscal, em 48,5 milhões de euros.

Pese embora a revisão em baixa da receita, foi então possível inscrever no orçamento dotação para apoio ao reforço de meios na área da saúde e para as medidas de apoio social e à economia local.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano económico de 2020 decorreu a nível nacional, europeu e mundial num cenário atípico, com uma grave crise sanitária e uma crise económica de dimensões ainda imprevisíveis.

2.1 Economia Mundial

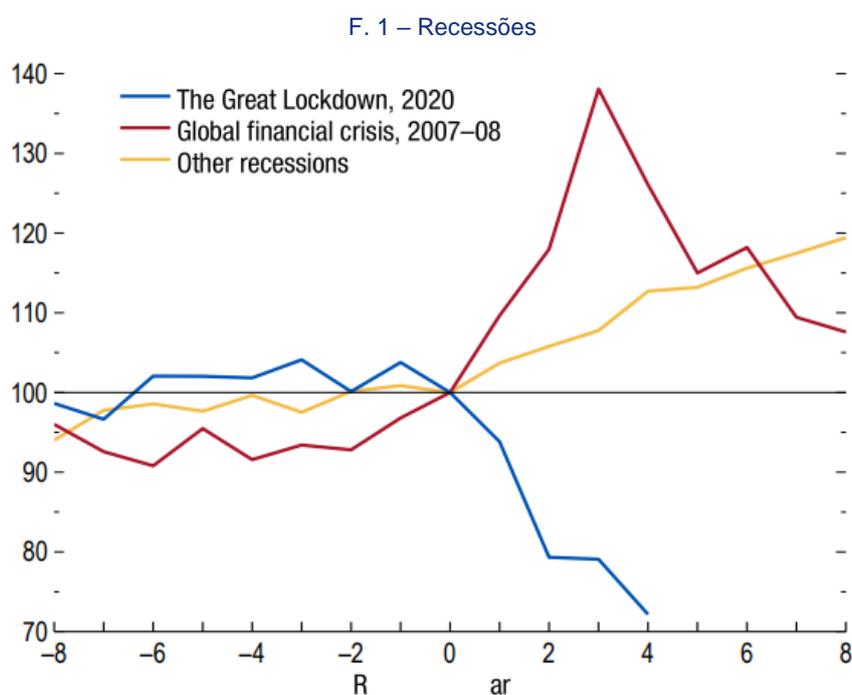
A economia mundial sofreu um choque exógeno negativo afetando de forma direta e abrupta a generalidade dos países.

Q.1 - Economias Mundiais – variação percentual PIB

	Year over Year					
	Real	Estimate	Projections		Difference from October 2020 WEO Projections 1/	
	2019	2020	2021	2022	2021	2022
World Output	2,8	-3,5	5,5	4,2	0,3	0,0
Advanced Economies	1,6	-4,9	4,3	3,1	0,4	0,2
United States	2,2	-3,4	5,1	2,5	2,0	-0,4
Euro Area	1,3	-7,2	4,2	3,6	-1,0	0,5
Germany	0,6	-5,4	3,5	3,1	-0,7	0,0
France	1,5	-9,0	5,5	4,1	-0,5	1,2
Italy	0,3	-9,2	3,0	3,6	-2,2	1,0
Spain	2,0	-11,1	5,9	4,7	-1,3	0,2
Japan	0,3	-5,1	3,1	2,4	0,8	0,7
United Kingdom	1,4	-10,0	4,5	5,0	-1,4	1,8
Canada	1,9	-5,5	3,6	4,1	-1,6	0,7
Other Advanced Economies 3/	1,8	-2,5	3,6	3,1	0,0	0,0
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,4	6,3	5,0	0,3	-0,1
Emerging and Developing Asia	5,4	-1,1	8,3	5,9	0,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	5,6	-0,1	-0,2
India 4/	4,2	-8,0	11,5	6,8	2,7	-1,2
ASEAN-5 5/	4,9	-3,7	5,2	6,0	-1,0	0,3
Emerging and Developing Europe	2,2	-2,8	4,0	3,9	0,1	0,5
Russia	1,3	-3,6	3,0	3,9	0,2	1,6
Latin America and the Caribbean	0,2	-7,4	4,1	2,9	0,5	0,2
Brazil	1,4	-4,5	3,6	2,6	0,8	0,3
Mexico	-0,1	-8,5	4,3	2,5	0,8	0,2
Middle East and Central Asia	1,4	-3,2	3,0	4,2	0,0	0,2
Saudi Arabia	0,3	-3,9	2,6	4,0	-0,5	0,6
Sub-Saharan Africa	3,2	-2,6	3,2	3,9	0,1	-0,1
Nigeria	2,2	-3,2	1,5	2,5	-0,2	0,0
South Africa	0,2	-7,5	2,8	1,4	-0,2	-0,1

Fonte: FMI - World Economic Outlook Update - January 2021

As projeções de crescimento divulgadas em janeiro, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)¹ - World Economic Outlook Update preveem, para 2020, uma taxa de crescimento das economias mundiais de -3,5%. Relativamente às economias mais avançadas o valor atinge -4,9%, sendo de relevar que as previsões para Espanha e Reino Unido se situam nos -11,1 e -10,0%, respetivamente. Ao nível das economias emergentes estima-se uma queda de 2,4%, sendo a China a única economia em contraciclo com uma taxa de crescimento prevista na ordem dos 2,3%.

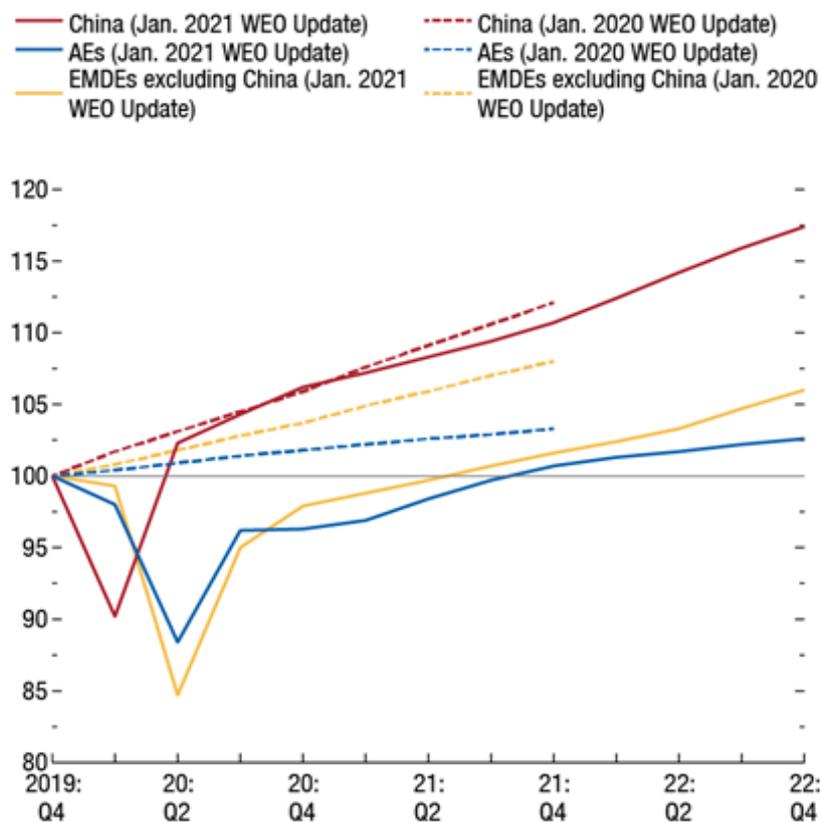


Sources: CEIC; national authorities; and IMF staff calculations.

Note: Data are from 13 countries with varying coverage during 1990:Q1–2020:Q3. Lines are averages across recession types, with quarter 0 the last prerecession quarter. For the Great Lockdown, quarter 0 is 2019:Q4 for all countries. For the global financial crisis, quarter 0 is the country-specific date of peak real GDP during 2007–08. Other recessions are country-specific and identified by two consecutive quarters of negative growth during 1990–2006 and 2009–19.

¹ World Economic Outlook, January 2021 Update

F. 2 - Diferentes Níveis de Recuperação



Source: IMF staff estimates.

Note: AEs = advanced economies; EMDEs = emerging market and developing economies; WEO = World Economic Outlook.

Para 2021, o FMI estima taxas de crescimento positivas de 5,5% para a economia mundial, 4,3% para as economias avançadas e 6,3% para as economias emergentes, sendo nos países asiáticos onde se verificam as maiores taxas de crescimento com 11,5% para a Índia e 8,1% para a China.

2.2 Zona Euro

O produto interno bruto da zona euro recuou 0,7%² no quarto trimestre de 2020, em comparação com o trimestre anterior, de acordo com uma estimativa preliminar publicada pelo Eurostat.

² Eurostat- 02 de Fevereiro 2021

A queda da atividade económica no final do ano já era prevista, dado o agravamento da pandemia e das medidas de confinamento para conter os contágios. No terceiro trimestre de 2020, a zona euro tinha recuperado 12,4% face ao segundo trimestre do ano, período em que registou a maior queda desde que há registos (-11,7%).

Comparado com o quarto trimestre de 2019, a economia da zona euro registou uma queda de 5,1% e no ano de 2020 recuou 6,8%.

2.3 Economia Portuguesa

A atividade económica registou, no 1º semestre de 2020, uma contração sem precedente por força da pandemia COVID-19 (queda acumulada de 17,3% face ao final de 2019³). Com o levantamento gradual das medidas de contenção a partir de maio e o forte suporte das políticas públicas verificou-se uma recuperação rápida no terceiro trimestre (variação em cadeia de 13,3%⁽³⁾). No quarto trimestre, face ao agravamento da situação sanitária em Portugal, foram implementadas medidas adicionais de controlo da pandemia, interrompendo-se assim a dinâmica de recuperação económica.

Q. 2 – Economia Portuguesa³

(Taxa de variação anual em percentagem)

	2019	2020 (p)	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)
Produto Interno Bruto	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4
Consumo privado	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9
Consumo público	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7
Formação bruta de capital fixo	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0
Procura interna	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8
Exportações	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7
Importações	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1
Emprego (número de indivíduos)	0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9
Taxa de desemprego	6,5	7,2	8,8	8,1	7,4
Índice harmonizado de preços no consumidor	0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1

³ Boletim Económico Banco de Portugal dezembro de 2020

As previsões do Banco de Portugal, apontam para uma queda do PIB de 8,1% em 2020, excedendo largamente as quedas registadas no passado, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023.

A queda da atividade económica em 2020 reflete a redução da procura interna e das exportações.

A taxa de desemprego aumenta de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020 e o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situar-se-á em -0,2% em 2020.

A taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses), mantém-se em níveis historicamente baixos, situando-se em 2020 em igual valor de 2019, ou seja, -0,4%.

Conclui-se que o impacto da COVID 19 na economia portuguesa foi profundo e obrigou a adoção de medidas de contenção que tiveram impacto no comportamento dos agentes económicos.

Foram aprovadas um conjunto de medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e às entidades públicas e privadas, por forma a mitigar os danos da crise.

Mantém-se um cenário de elevada incerteza face à evolução da doença. A recuperação da economia portuguesa, com a retoma do investimento e correta afetação de recursos, estará dependente da atuação das políticas nacionais e supranacionais.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

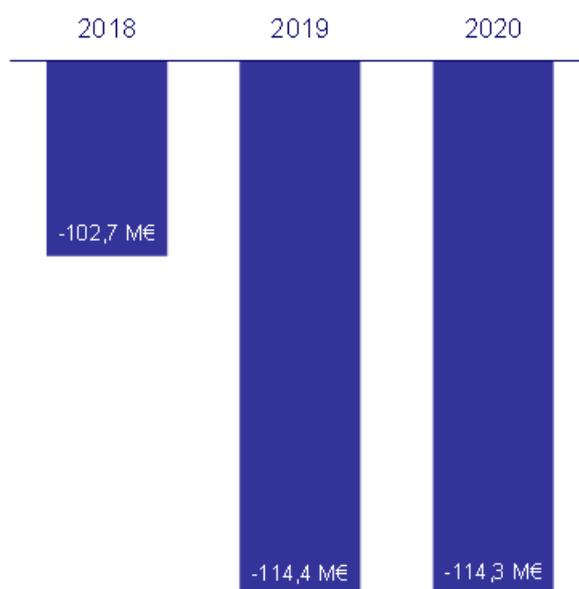
Em 2020, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em síntese destaca-se:





F. 3 - Dívida líquida de curto prazo



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos. Em dezembro de 2020, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionados das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 114,3 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (18,9 milhões de euros) do que a pagar (2 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 7 milhões de euros.

Relatório de Gestão _____ 2020

Atividades

4. ATIVIDADES

Em 2020, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2017-2021, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par do desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, cujas dotações foram sendo ajustadas para incorporar as medidas de política local de mitigação dos efeitos da crise pandémica, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

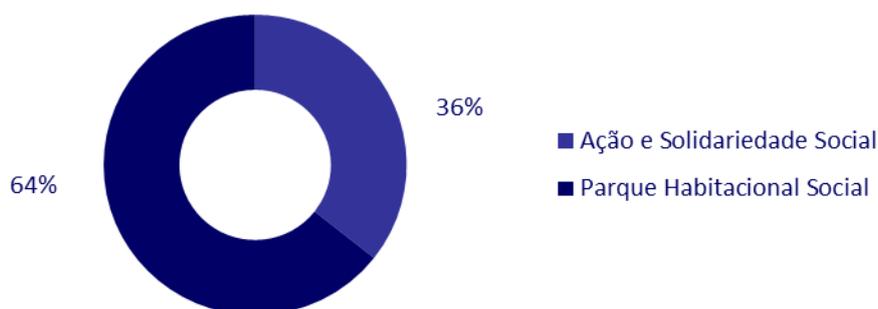
Q. 3 - Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago		Taxa de Execução
	€	€	%	%
Coesão e Ação Social	33 296 539,49	27 640 374,12	11,9%	83,0%
Economia e Desenvolvimento Social	12 397 738,31	11 253 254,95	4,9%	90,8%
Inovação	2 873 525,96	1 606 023,21	0,7%	55,9%
Cultura	15 302 384,66	13 413 733,09	5,8%	87,7%
Urbanismo e Habitação	24 903 383,76	14 188 651,98	6,1%	57,0%
Educação	9 174 069,51	6 861 028,59	3,0%	74,8%
Juventude e Novas Gerações	186 860,87	84 833,55	0,0%	45,4%
Turismo	1 637 034,31	987 495,79	0,4%	60,3%
Segurança	7 303 621,58	5 080 167,03	2,2%	69,6%
Desporto e Animação	5 800 586,13	5 800 586,13	2,5%	100,0%
Mobilidade	41 694 569,55	25 250 861,11	10,9%	60,6%
Ambiente e Qualidade de Vida	17 492 649,91	14 784 720,54	6,4%	84,5%
Governância da Câmara	118 191 465,96	104 801 736,97	45,2%	88,7%
Total	290 254 430,00	231 753 467,06	100,0%	79,8%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

4.1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL

F. 4 - Coesão e Ação Social



O objetivo estratégico Coesão e Ação Social, um dos pilares centrais das políticas públicas desenvolvidas pelo Município do Porto, que se operacionaliza, fundamentalmente, pela empresa municipal Domus Social, EM e pelo Departamento Municipal de Coesão Social, integra os programas Parque Habitacional Social, onde foram aplicados 17,8 milhões de euros, e Ação e Solidariedade Social, que executou 9,9 milhões de euros.

Destaques:

<p>104</p> <p>famílias candidatas ao financiamento da Estratégia Local de Habitação</p>	<p>Investimento na reabilitação e manutenção dos bairros de Aldoar, Antas, Campinas, Cerco do Porto, Fernão de Magalhães, Monte da Bela, Pasteleira, Pereiró, Rainha Dona Leonor, Regado e Salgueiros</p>	<p>REABILITAÇÃO DO INTERIOR DE</p> <p>267</p> <p>casas devolutas</p>
<p>ATRIBUIÇÃO DE</p> <p>201</p> <p>casas a famílias carenciadas</p>	<p>Aprovação da 8.ª edição do Porto Solidário</p> <p>Fundo de Emergência Social, com uma dotação global de</p> <p>1,32M€</p>	<p>IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO</p> <p>Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção;</p> <p>aumento de 64 vagas em alojamento residencial</p>



Depois de, no final de 2019, e em sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, denominada por Nova Geração de Políticas de Habitação, ter sido aprovada a Estratégia Local de Habitação, o Município do Porto dotou-se de um instrumento de planeamento que fundamentou o Acordo de Colaboração, celebrado em novembro de 2020 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP.

Em 2020, deram entrada as candidaturas das primeiras 104 famílias para obtenção do financiamento em causa e outras 39 foram consideradas elegíveis para o programa. Prevê-se que, até ao final de 2025, um total de 1.740 famílias sejam realojadas.

Manteve-se a utilização do *stock* (devoluto e ocupado) de imóveis designados por “casas do património”, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP, com vista à abertura do leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação municipal de renda apoiada para outros modelos de provisão de habitação.

A intervenção programada no espaço público para os bairros do Parque de Habitação Pública Municipal ganhou novo impulso com o adiantar da projeção das intervenções em Aldoar, Bom Pastor, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão, Maceda, Monte da Bela, São João de Deus e Vale Formoso.

A política de investimento na reabilitação de coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum, bem como das redes de infraestruturas prediais e da eficiência energética e de conforto térmico do parque de Habitação Pública Municipal, assegurada pela Domus Social, continuou a revelar um grande significado num universo de cerca de 13 mil fogos, onde residem 30 mil pessoas, à volta de 12% da população do Porto.

Foram ainda concluídas as intervenções em Aldoar (1 a 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15 e 16), Antas, Campinas (8 a 14), Cerco do Porto (31, 32 e 34), Fernão de Magalhães (12 a 17), Monte da Bela, Pasteleira (1), Pereiró, Rainha Dona Leonor (Agrupamento Habitacional), Regado (1 a 11) e Salgueiros (Travessa).

Em execução estão as empreitadas de reabilitação e manutenção em Carriçal (1 a 5), Cerco do Porto (1 a 3, 7, 8, 10, 16, 17, 19, 20 e 33), Contumil (2), Falcão (10 a 15), Francos, Pasteleira (2 a 15 e 17 a 22), Regado (12 a 23) e São João de Deus (24 fogos). Decorre ainda a empreitada de conclusão da Maceda (construção nova de 16 fogos) bem como a construção de um fogo em São João de Deus.

Encontravam-se em fase de contratação, em 2020, as empreitadas em Carriçal (6 a 11) e Pasteleira (16 e 23 a 27).

Relativamente à intervenção nas denominadas “casas do património”, ficou concluída a Rua das Carvalheiras (153 a 163) e encontravam-se em curso a Rua da Arménia (73 e 75), Rua do Comércio do Porto (135 a 139), Rua de D. João IV (792 e 800) e Rua de Tomás Gonzaga (16 a 38).

Em fase de contratação para reabilitação estava a intervenção na Rua da Vitória (281 e 283), enquanto os edifícios na Rua de António Cândido (214 e 216), Rua do Dr. Barbosa de Castro (10 a 14), Rua de S. Miguel (47 a 51) e Rua de Tomás Gonzaga (43 e 45) se encontravam em fase de contratação.

Quanto a intervenções no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, foi concluída a de São João de Deus e encontrava-se em curso a de Falcão, cuja primeira fase abrange os edifícios 1 a 9.

Em elaboração estão os projetos para o espaço público em Aldoar, Bom Pastor e Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto e Monte da Bela.

Diversas empreitadas foram lançadas para reabilitação do interior de casas devolutas. Das 267 concluídas (69 T1, 91 T2, 83 T3 e 24 T4), 262 pertencem ao parque clássico de habitação municipal de renda apoiada e as restantes são identificadas como “casas do património”. O valor de execução global foi superior a 2,2 milhões de euros, que corresponde a um custo de 8,3 mil euros por fogo, sendo que, em 2020, encontravam-se ainda em processo de reabilitação interior 32 fogos.

Prosseguindo o objetivo de minimizar as situações de pobreza e exclusão social, em 2020 foram instruídas 874 candidaturas a habitação municipal de renda apoiada e atribuídas 201 casas a famílias carenciadas. Foram ainda realizadas 63 transferências, sobretudo por razões de saúde e mobilidade.

Em junho, foi aprovada a 8.^a edição do programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social, com uma dotação global de 1,32 milhões de euros. Com um valor médio dos encargos dos candidatos com habitação na ordem dos 323,19 euros, o valor médio de apoio mensal situou-se em 167,77 euros. Até ao final de 2020, o Município já apoiou mais de 3.261 famílias, num montante superior a 7,84 milhões de euros.

O risco de isolamento social agravado pelas medidas de confinamento obrigatório e restrição dos contactos sociais levou a que, no âmbito do projeto solidário Porto. Importa-se, fossem realizadas visitas a cerca de 300 idosos no decurso do último trimestre de 2020. Todas as situações de extremo isolamento social foram sinalizadas e tratadas conjuntamente com as entidades da rede de apoio local.

Em parceria com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, a Domus Social e o Departamento Municipal de Coesão Social estão a implementar o programa Chave de Afetos, uma solução de monitorização das pessoas idosas para reduzir o isolamento sénior. Prevê-se a disponibilização de 150 equipamentos eletrónicos.

No decurso do ano, foi implementada uma nova Residência Partilhada, cujo objetivo é, em articulação com as Juntas de Freguesia, disponibilizar uma alternativa à institucionalização precoce em lares. Existem já sete residências partilhadas em funcionamento no Parque de Habitação Pública Municipal, permitindo o apoio a um total de 21 idosos isolados.

O protocolo celebrado com os Serviços de Assistência Organizações de Maria levou à implementação do projeto Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção, através

do qual foram cedidos quatro apartamentos que, além de garantirem alojamento, potenciarão o desenvolvimento de ações de capacitação aos beneficiários para uma melhor integração social.

De entre as atividades no âmbito da candidatura Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA), inseridas no Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto, destaque para as ações de capacitação dirigidas a gestores de entrada do Programa ConDomus, e a iniciativa Arte para Todos, para o desenvolvimento de competências artísticas em torno da música popular e da arte urbanas junto de jovens de comunidades desfavorecidas.

No âmbito do programa da Ação e Solidariedade Social destacam-se ainda as transferências para as Juntas de Freguesia de 3,9 milhões de euros para os contratos interadministrativos de delegação de competências e, neste ano, a transferência de 935 mil euros destinados ao Orçamento Colaborativo, um projeto que visa estabelecer dinâmicas participativas entre o Município do Porto, as freguesias e a população da cidade na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade e o reforço da colaboração em rede além das relações de proximidade com as diversas entidades a que os grupos de cidadãos se dedicam.

No que diz respeito às atividades do Departamento Municipal de Coesão Social, e em resposta às novas necessidades criadas pela situação pandémica, revelou-se significativa a solução encontrada na Pousada da Juventude, convertida em estrutura residencial temporária de retaguarda, que permitiu apoiar lares de idosos com surtos ativos, facilitando a separação de casos positivos e negativos. Convertido em resposta distrital a partir de novembro, no total, o espaço acolheu 55 pessoas de nove lares.

O Município montou, também, um “Hospital de Campanha” no Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota como resposta de retaguarda às duas unidades hospitalares de referência do concelho, capaz de acolher pessoas infetadas com Covid-19 e com necessidade de internamento.

Relativamente às pessoas em situação de sem abrigo, foi criado o Centro de Alojamento de Emergência Covid-19 para dar resposta de forma célere à declaração do Estado de Emergência, no que diz respeito à proteção desta população, tendo sido acolhidas cerca de 76 pessoas. Destas, 61 foram alvo de respostas adequadas tendo em vista a sua integração.

De relevar, ainda, a criação da Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto, concebida para apoiar associações que se confrontavam com graves dificuldades de tesouraria, para solver os compromissos com as despesas correntes, dada a paragem forçada devido à pandemia. Esta linha com uma dotação de 150 mil euros apoiou 68 entidades de cariz social.

Apesar da pandemia, foi possível dar continuidade à maioria dos projetos dirigidos à população mais vulnerável, nomeadamente a população idosa, as crianças, os jovens em risco e as suas famílias, as vítimas de violência doméstica, a população migrante e minorias étnicas, as pessoas com necessidades especiais e as pessoas em situação de sem abrigo.

Dirigido à população idosa, o Programa Aconchego manteve-se nas quatro dezenas de aderentes. Outros 234 idosos isolados foram integrados no projeto Chave de Afetos, projeto que disponibiliza uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua, diminuindo o número de pessoas idosas isoladas na cidade. Foi ainda elaborado o Plano de Ação a três anos, no âmbito da Rede Mundial das Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Em atividades dirigidas a jovens em risco, 102 alunos participaram no projeto “Música para Todos”, juntando-se, depois, à Music’All – Orquestra Juvenil de Bonjóia, um agrupamento com 120 elementos.

A iniciativa "Portugal numa Bancada", desenvolvida em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, permitiu que quase 300 jovens institucionalizados em lares de infância e juventude assistissem a jogos de futebol no estádio. Durante as férias, 43 jovens nas mesmas circunstâncias participaram em atividades desportivas na iniciativa “Missão Férias”.

Ao longo do ano, o Gabinete de Inclusão atendeu 286 pessoas com necessidade especiais, com vista à melhoria da sua qualidade de vida e ao pleno exercício da sua cidadania.

No âmbito do Projeto de Mediadores Municipais Interculturais para a inclusão das comunidades migrantes e das comunidades ciganas, foram abrangidas mais de 3000 pessoas nas atividades dinamizadas e criado o Serviço de Mediação Municipal Intercultural (SMMI).

Relativamente às Pessoas em Situação de Sem Abrigo, o Município do Porto continuou a coordenar o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), que reúne mensalmente, e elaborou a Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2020-2023. A equipa multidisciplinar de rua do Município integrou um Educador de Pares, no decurso do ano de 2020, tendo acompanhado 214 pessoas em situação de sem abrigo. O Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano acompanhou outras 106, sendo que destas, 35 pessoas foram encaminhadas para respostas adequadas. O Município promoveu o aumento de 64 vagas, em estruturas residenciais para a integração desta população, através do financiamento do Projeto Porto Sentido que além da resposta de alojamento também desenvolve um plano individual no domínio da proteção social e da cidadania, da integração socioprofissional e da mentoria para a empregabilidade. Através do Projeto Prevenir, Capacitar e Incluir, pretendeu-se atuar de forma preventiva, junto das pessoas em situação de sem abrigo, promovendo a saúde oral e alertando para os fatores de risco que podem conduzir a doenças deste foro, garantido ainda uma resposta de saúde oral digna e que contribua para a sua integração no mercado de trabalho. Foi também reforçado o apoio alimentar às populações mais vulneráveis com a abertura do terceiro restaurante solidário na zona da baixa da cidade, tendo sido servidas mais de 137 mil refeições durante o ano.

No âmbito da Rede Social deu-se continuidade à dinamização dos 8 grupos de trabalho, nas áreas de maior vulnerabilidade (seniores, deficiência, vítimas de violência doméstica, migrantes e minorias étnicas, pessoas em situação de sem abrigo, crianças e jovens em risco e consumidores de substâncias aditivas), através da operacionalização do Plano de Ação 2019/20, tendo conseguido envolver as 276 entidades que integram a Rede Social e atingida uma execução de 81% das 554 atividades propostas.

Foi reforçado o apoio às instituições locais, designadamente ao nível da capacitação dos seus colaboradores em diferentes áreas, bem como através da disponibilização de apoio material e logístico, tendo sido apoiadas cerca de 300 instituições locais.

Através do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense foi possível apoiar, no âmbito da Rede Social, 29 entidades de cariz social, num valor total pago de 285,2 mil euros.

Resultado do Plano Estratégico do Voluntariado foi criada a Rede Local de Voluntariado que permitiu robustecer o voluntariado na cidade, através da valorização e qualificação dos Voluntários e Organizações acolhedoras de Voluntariado. Esta Rede envolveu mais

de 500 pessoas e 30 organizações, tendo sido realizadas 12 ações de capacitação sobre a temática do voluntariado.

No âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença foram realizadas ações que promoveram a adoção de estilos de vida saudáveis, tendo sido realizadas, à distância, várias iniciativas de sensibilização e educação para a saúde, contribuindo para a prevenção, diagnóstico precoce e orientação para tratamento. Neste âmbito, destacam-se o Programa Municipal de Promoção de Literacia em Saúde, que contou com a participação de cerca 4.000 participantes nas 10 atividades desenvolvidas em parceria com diferentes entidades da cidade e o Projeto “Porto Sem Diabetes”, no qual se realizaram 14 atividades que contaram com mais de 20 mil participantes.

O município, enquanto Fast Track City (Cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH), reuniu parceiros que intervêm nesta matéria, desafiando-os para a criação de uma Estratégia para a cidade. Foram realizadas diversas iniciativas que envolveram cerca de 6 mil pessoas.

Ao nível da promoção da saúde, dirigida a crianças e jovens, desenvolveram-se os Projetos Ver para Querer (promoção da saúde e sustentabilidade alimentar) e Quanto mais Cedo Melhor (promoção da saúde mental), ambos dirigidos à comunidade educativa de escolas localizadas nos territórios vulneráveis da cidade, tendo sido abrangidas cerca de 1.200 pessoas.

Relativamente à promoção da empregabilidade, 551 pessoas beneficiaram do serviço de atendimento personalizado para aconselhamento e orientação sobre percursos profissionais, e 3.673 participaram nos 139 workshops sobre Empregabilidade, Empreendedorismo, Competências-chave, Mobilidade Internacional e Ferramentas Digitais.

O programa Clubs, de promoção de competências de empregabilidade e/ou empreendedorismo, contou com 127 participantes, enquanto 3.527 pessoas beneficiaram das iniciativas CdP In & Out, pela Cidade das Profissões.

Ainda que igualmente adaptadas, tiveram também impacto outras iniciativas como o programa de capacitação de públicos desfavorecidos na área de codificação, “Power Code”, o serviço de apoio à inserção no mercado de trabalho de jovens NEET, com 263 participantes, os meetups temáticos do Porto Scale Up Social, e o apoio do Centro de Inovação Social do Porto (CIS Porto) a 20 projetos de empreendedorismo e de inovação social.

Através de email ou das redes sociais, foram atendidos 1.772 pedidos de informação no âmbito do aconselhamento ou orientação sobre percursos profissionais.

4.2 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No objetivo Economia e Desenvolvimento Social, um dos vetores centrais do orçamento municipal por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a cidade, foram considerados os programas Mercator, Dinamismo económico e Desenvolvimento social, onde foram executados 11,3 milhões de euros.

Destaques:



No âmbito do programa Mercator, e através da GO Porto, EM, deu-se continuidade à empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, com uma execução financeira em 2020 de cerca de 6,6 milhões de euros, bem como à empreitada de construção do túnel urbano de ligação da Rua Ateneu Comercial à Rua Alexandre Braga, com uma execução financeira de 3,5 milhões de euros.

Enquanto decorre a empreitada de restauro e modernização do Mercado do Bolhão, estão em curso diversos procedimentos de preparação, tendo em vista assegurar o início da gestão e exploração deste mercado, após a sua abertura ao público. Enquanto prosseguia o concurso para atribuição de espaços no mercado, foi lançada a campanha “Abanca-te no Bolhão - no coração do Porto cabe sempre + 1”, com um microsite, eventos de apresentação e sessões de esclarecimento, entre outras iniciativas.

No que concerne à gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão (MTB), da competência da GO Porto, EM, conta-se a visita de menos de um milhão de pessoas, uma quebra de 50% face a 2019 devido ao efeito da pandemia, com um grau de satisfação na casa dos 3,4 (entre 1 a 4).

Em 2020, 64 comerciantes e nove inquilinos ocupavam o Mercado Temporário do Bolhão, com um resultado de satisfação de 2,7. Com vista à promoção do negócio, realizaram-se dez eventos do “Sábados no Mercado”, dois eventos com entidades externas, além da campanha de promoção online e offline.

Integrado ainda no programa Mercator e tendo por objetivo a proteção e salvaguarda das entidades de interesse histórico que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituem uma relevante referência cultural ou social para a cidade, foi proposto o reconhecimento, ao abrigo do programa Porto de Tradição, de dez estabelecimentos comerciais e de duas entidades de interesse histórico e cultural, tendo-se ainda apoiado 25 entidades, com a dotação total de 525 mil euros.

Integradas no programa Dinamismo económico, as atividades do Departamento Municipal de Economia são estruturadas de acordo com três pontos principais. Dentro do eixo Atração de investimento, dinamização económica, cooperação e relações económicas internacionais, insere-se o papel fundamental da InvestPorto no apoio a empresas e investidores que procuram o Porto para se estabelecer e crescer.

Ao longo do ano, foram acompanhados 337 projetos de investimento direto, dos quais 58 corresponderam a novas intenções de investimento. Face a 2019, o número de projetos acompanhados pela InvestPorto cresceu 18%. No entanto, o impacto da

pandemia na atividade investidora traduziu-se numa redução de 28% no número de novas intenções de investimento.

Destaca-se o apoio prestado a 13 investimentos concretizados durante 2020 e a 87 projetos validados ou em fase de implementação, que, no seu conjunto, representam um volume de investimento superior a 1.003 milhões de euros e preveem criar mais de 3.641 postos de trabalho diretos no Porto.

À semelhança de anos anteriores, a atividade investidora no Porto concentrou-se no setor terciário. O ramo do imobiliário continuou a liderar a captação de investimento, representando 35% dos projetos acompanhados e 60% das novas intenções de investimento, seguindo-se a área das tecnologias da informação, com 28% dos projetos acompanhados e 17% das novas intenções de investimento.

Soma-se ainda um conjunto importante de investidores com projetos nas áreas do turismo, centros de serviços partilhados e da energia, ambiente e mobilidade.

A procura pelos serviços de agilização de processos de licenciamento registou um aumento de 24% face a 2019, refletindo o reforço dos recursos dedicados a este serviço. No total, a InvestPorto acompanhou o andamento de 126 processos de licenciamento de atividades económicas no município e apresentou 86 propostas de espaços disponíveis na cidade para localização empresarial (escritórios, armazéns, unidades fabris, terrenos).

Lançada em contexto de crise pandémica, a linha Revitaliza Porto atendeu 128 empresas com operações no Porto, sobretudo micro e pequenas empresas concentradas nos setores mais afetados pela pandemia, como o turismo, a hotelaria, a restauração e o comércio.

Em conjunto, as empresas assistidas representavam mais de 630 postos de trabalho e cerca de 34 milhões de euros em volume de negócios anual. A linha Revitaliza Porto também deu resposta a oito investidores com novos projetos na cidade, que, no seu conjunto, representam um potencial para criar mais de 130 empregos e investir pelo menos 1,8 milhões de euros no tecido económico local.

Ainda dentro da resposta às restrições causadas pela Covid-19, foi criado um microsite onde constam informações sobre as medidas de âmbito municipal e nacional adotadas no combate à pandemia, e partilha de informação útil para cidadãos e empresas, de natureza diversa. Ao longo do ano, teve mais de 75 mil visitas.

No campo da promoção da cooperação e relações económicas internacionais, registou-se um incremento de investidores internacionais oriundos de 30 novos países. No total, o investimento direto estrangeiro representou 61% dos projetos acompanhados pela InvestPorto. A maioria dos projetos internacionais (71%) teve origem em países vizinhos do espaço Europeu. França, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos da América e Holanda lideraram o ranking de origens internacionais em 2020.

Na área de Atração e Retenção de Talento, o ano de 2020 representou a transição de uma fase de desenvolvimento de vários projetos piloto, para o escalar, a democratização e a consolidação de um sistema integrado de atração, desenvolvimento e retenção de talento.

A estratégia Porto. for Talent visa implementar um sistema de informação inovador relacionado com o talento, desenvolver um sistema de governação em rede para a gestão do talento, e afirmar nacional e internacionalmente o Porto e Norte como território inovador na gestão dos desafios relacionados.

Materializa-se através de cinco iniciativas: Observatório de Talento; groWing - Lifelong Career Guidance (groWing - LLCG); Porto Skills Academy; Ecosistema Talento e Become a Portonauta. Destacam-se aqui o lançamento do scale up da iniciativa groWing - LLCG, centrada em Reconstruir percursos profissionais (formação de profissionais de inserção da vida ativa e de profissionais de uma rede de empresas), bem como em Integrar (estudantes do ensino superior).

No âmbito da Porto Skills Academy foram apoiadas e codesenvolvidas ações inovadoras de desenvolvimento de competências digitais e humanas, estratégicas para o mercado de trabalho do presente e do futuro, nomeadamente das ações Ensico e reinventaPorto. Entre os eventos, destaca-se a organização do workshop “Jobs and Skills in the Local Economy: Challenges and Potential Solutions” no fórum de discussão europeu Cities Forum 2020, e a realização de uma nova edição do Talent Peer Group - Desafios do recrutamento e da diversidade etária nas empresas.

No último trimestre de 2020, foi delineada a estratégia de desenvolvimento sustentável do município e da cidade com vista ao horizonte 2030, que terá como objetivos fundamentais: i) servir como ferramenta estratégica de marketing institucional junto de stakeholders internos e externos, nomeadamente na atração de talento e investimento para o Porto; ii) alavancar iniciativas e políticas públicas em curso no município (incluindo as empresas municipais) que tenham um impacto positivo na sustentabilidade

urbana; iii) envolver ativamente os stakeholders e a comunidade portuense a coconstruir os objetivos materialmente relevantes para a cidade; iv) promover a adoção de hábitos sustentáveis e a educação para a sustentabilidade, v) monitorizar o progresso através de indicadores com nível de granularidade local e assim, vi) posicionar o Porto na liderança da sustentabilidade urbana à escala nacional e europeia.

A atividade do município foi destacada com o “Investment Award” por um painel de peritos internacionais da Annual Investment Meeting, no Dubai, e também nos prémios “fDi European Cities and Regions of the Future 2020/21” atribuídos pelo fDi Intelligence/Financial Times, que consideraram o Porto a quinta melhor cidade europeia para estratégias de investimento internacional em cidades de média dimensão.

A proteção e salvaguarda das entidades de interesse histórico, assim como a definição e implementação de estratégias que promovam a revitalização sustentável, a qualificação, o desenvolvimento e a competitividade do tecido comercial são também objetivos perseguidos pelo Departamento Municipal de Turismo e Comércio no âmbito do programa Dinamismo económico.

Com vista à transição digital, e minimizando efeitos que o fecho de lojas tenha trazido, registaram-se 1.768 adesões à plataforma Shop in Porto, que possibilita aos comerciantes a divulgação do seu estabelecimento de uma forma fácil e eficaz e a proximidade com o seu público.

Como compensação aos comerciantes pelas perdas resultantes da pandemia da Covid-19, foram disponibilizadas 86 cadernetas de vouchers de forma a incentivar as compras de Natal no comércio de rua, local e tradicional, tendo ainda sido promovido o Concurso de Montras do Natal, que contou com 132 montras a concurso, com a atribuição dos três primeiros prémios e o Prémio Montra Amiga do Ambiente.

Assegurou-se a entrega de material temático alusivo a épocas especiais e à marca Porto., por forma a estimular e fomentar a relação entre os comerciantes e os consumidores, tendo também sido levadas a cabo várias ações com o objetivo de mitigação do impacto da Covid-19 no comércio, das quais se destacam a criação e divulgação do manual de boas práticas “Porto, Comércio com Segurança”, bem como a criação do diretório “Comércio à Porta”, com a indicação dos estabelecimentos comerciais com serviço de entrega ao domicílio e takeaway.

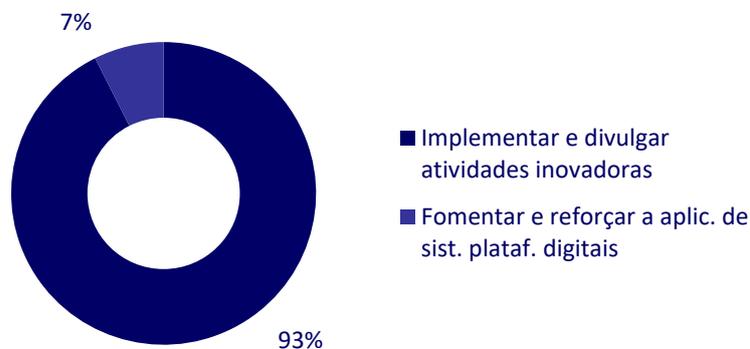
Em 2020, teve início o procedimento conducente à criação do Observatório do Comércio do Porto, um sistema de informação que permite a caracterização do setor retalhista no

município, do ponto de vista socioeconómico, com vista a apoiar a tomada de decisão política e definição da estratégia do setor.

No âmbito da gestão das feiras e mercados urbanos da cidade, nomeadamente no que concerne à sua qualificação, modernização e à agilização do respetivo funcionamento, salienta-se a revisão dos regulamentos municipais relativos às feiras: Artesanato da Batalha; Passarinhos; Numismática, Filatelia e Colecionismo; Antiguidades e Velharias, além do normal acompanhamento e monitorização do seu funcionamento, acrescido, neste contexto pandémico, da necessidade de implementação e controlo do cumprimento dos planos de contingência.

4.3 INOVAÇÃO

F. 5 - Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, aplicou-se 1,6 milhões de euros.

Destaques:

<p style="text-align: center;">INOVAÇÃO E TRANSIÇÃO DIGITAL revelaram-se essenciais para a resposta dos serviços às restrições impostas pela COVID-19</p>	<p style="text-align: center;">PARTICIPAÇÃO NA “THE NEXT WEB CONFERENCE” E NO “GLOBAL CONNECTIONS BRASIL-PORTUGAL”</p>
---	--

<p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">17 721</p> <p>requerimentos digitalizados no seguimento do processo de desmaterialização</p>	 <p>Lançamento do serviço Explore.Porto para cidadãos e turistas explorarem a cidade</p>	<p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">155 978</p> <p>chamadas recebidas pela Linha Porto., o canal telefónico de atendimento ao cidadão</p>
<p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">9 185</p> <p>ocorrências registadas pelo ReportaPorto</p>	<p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">425</p> <p>RESPOSTAS PELO NÚCLEO DE RECLAMAÇÕES</p> <hr/> <p style="font-size: 24px; font-weight: bold;">com uma taxa de 81%</p> <p>de cumprimento dos prazos</p>	

Num ano marcado pela pandemia da Covid-19, a componente da Inovação e Transição Digital, atividade coordenada pela Associação Porto Digital, revelou-se mais urgente e necessária que nunca. Apesar do impedimento da realização de atividades de sensibilização e capacitação em formato presencial, as ferramentas digitais ganharam expressão, dando prioridade ao desenvolvimento da plataforma de serviços digitais, fundamentais no desempenho dos vários serviços do município.

De forma a tornar o Porto numa cidade atrativa e dinâmica, funcionando como um núcleo de facilitação da inovação e do empreendedorismo na região, foram realizadas 24 atividades de que as MasterClasses e a iniciativa “ScaleUp Porto” são exemplo.

As atividades da quinta edição da Semana “Start & Scale” que não foram canceladas aconteceram em formato online, como a iniciativa “ScaleUp Porto Doing Business”, que foi realizada em parceria com a UPTEC, promovendo cerca de 250 reuniões entre 33 empresas de grande dimensão e 50 startups para estabelecer oportunidades de negócio. No final do ano, a iniciativa repetiu-se, focada na temática *gaming*.

A integração do Porto num grupo de trabalho da rede SCALE, para otimização do processo de geração e disseminação de conteúdo na rede, reforçou o posicionamento e a colaboração internacionais com outras cidades e iniciativas homólogas.

No ano de 2020, destaca-se ainda a presença na “The Next Web Conference” com exposição do ecossistema do Porto como um polo de oportunidades para a comunidade tecnológica, e a apresentação do ecossistema em diversos eventos organizados por outras entidades, como o “Global Connections Brasil-Portugal”, dando visibilidade à cidade do Porto no âmbito nacional e internacional.

No primeiro trimestre de 2020, ainda foi possível a organização, em parceria com o Eurocities, a DG Regio e a DG Connect, da sessão de assinatura da declaração conjunta de cidades, “Join, Boost, Sustain”, integrada na agenda do “Cities Forum”. Esta declaração foi um ponto de partida para a criação de uma plataforma de promoção do desenvolvimento transversal de soluções digitais na Europa (living-in.eu), que conta já com o apoio de dezenas de autarcas europeus.

No sentido de redirecionar as atividades para o contexto das linhas de apoio disponibilizadas para o combate à pandemia, foram desenvolvidas parcerias com a Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e mais dois parceiros privados para o desenvolvimento do projeto “Data4Covid19”, uma plataforma que potencia o cruzamento de múltiplas fontes de dados de forma integrada, permitindo às entidades relevantes em cada uma das áreas de ação desenhar, implementar e monitorizar medidas de combate à Covid-19.

No contexto do Porto Innovation Hub tiveram lugar iniciativas como o City Café e “Inovação – Fora de Portas”, que contaram com a participação de 750 pessoas, além de projetos como as plataformas de Gestão de Modos Suaves e de Gestão e Monitorização Ambiental, o “YouthUp Porto”, e ainda o início do desenvolvimento da plataforma do Portal do Município e do Cartão Porto..

Destaque ainda para o projeto “Innovato-R – Todos somos inovadores”, incluído na rede URBACT, e que pretende transformar os trabalhadores municipais em futuros

inovadores. No primeiro trimestre, a equipa do município participou no “IV Transnational Innovato-R Meeting” na cidade de Cluj Napoca, na Roménia.

Foi lançado o projeto “Explore.Porto”, um novo serviço que desafia cidadãos e turistas a conhecer e a explorar a cidade e a aceder a informação em tempo real através dos 1.300 beacons instalados em paragens de autocarro e pontos de interesse turístico.

É ainda de salientar o arranque da execução do Contrato Mandato para Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas Tecnológicas, que pretende desenvolver uma infraestrutura tecnológica digital e de comunicações que integre medidas para a aplicação dos princípios relacionados com o conceito de Cidade Inteligente, Cidade de Inovação e Empreendedorismo.

Iniciado em julho, o projeto financiado pelo Portugal 2020, “City Catalyst – Catalyst for Smart and Sustainable Cities”, permitiu investigar e desenvolver novos produtos, processos e serviços com elevado potencial. Este pretende contribuir para uma gestão urbana integrada, eficiente e catalisadora da inovação, a partir de contribuições específicas para a implementação e interoperabilidade das plataformas urbanas.

A nível interno, note-se ainda o lançamento da plataforma de recolha e disponibilização de dados em formato aberto - “OpenData” - e gestão de políticas de valorização da informação - “INDEX.PORTO”, que permite apoiar na avaliação de mecanismos de validação da conformidade de novos datasets (conjunto de recursos com dados referentes ao mesmo tópico), identificação e desenho de modelos de dados. Até à data, a plataforma conta com mais de 1.400 recursos.

A aposta, nos últimos anos, numa administração eletrónica efetiva mostrou-se essencial para uma resposta instantânea do município à pandemia. A alteração à estrutura da Direção Municipal dos Serviços ao Município, no início de 2019, com vista à centralização de todo o expediente numa secretaria geral, permitiu que, a partir de março de 2020, a totalidade dos 17.721 requerimentos apresentados no município em papel fossem desmaterializados à entrada e que, conseqüentemente, todos os processos tramitem de forma exclusivamente digital na autarquia.

Entrámos em 2020 assumindo que a transformação da forma de relacionamento e comunicação entre os serviços da autarquia e os cidadãos seria um dos principais objetivos estratégicos. A pandemia veio reforçar essa visão, comprovando o espaço de atendimento como um autêntico “Gabinete do Município de Nova Geração”.

Nasceu a “Linha Porto.”, um canal que permite que, através de uma linha telefônica, os cidadãos obtenham informação, esclareçam dúvidas sobre procedimentos administrativos e reportem ocorrências. Nela se incluem, além do urbanismo e de outras competências municipais, áreas relativas à Águas do Porto, EM, à Porto Ambiente, EM e ao programa “Revitaliza Porto”.

Desde a sua implementação, a 15 de julho de 2020, foram recebidas mais de 155 mil chamadas, uma média de 617 por dia, com um nível de serviço de 88%.

As ocorrências de baixa emergência reportadas pelos munícipes através da Linha Porto. foram geridas pela plataforma ReportaPorto. É possível ao munícipe receber informação sobre a evolução das ocorrências, que, em 2020, atingiram as 9.185.

Ao permitir uma melhor comunicação e interoperabilidade em tempo real entre as unidades orgânicas do município, a plataforma revelou-se uma ferramenta importante para a tomada de decisão e gestão da cidade de forma mais célere e menos onerosa.

A adoção de um modelo de gestão centralizada das reclamações do município – Núcleo de Reclamações (NR) – garantiu a uniformização e preservação de uma identidade única, assegurando que a análise de cada reclamação é efetuada de forma integrada e articulada entre todas as unidades orgânicas envolvidas.

O NR respondeu a um total de 425 reclamações, promovendo a identificação, planeamento e monitorizações de ações de melhoria, em conjunto com as unidades orgânicas competentes e em articulação com o plano estratégico municipal.

Começou o processo de substituição da plataforma Balcão de Atendimento Virtual (BAV) pelo novo Portal do Munícipe, com o qual se pretende responder às atuais exigências dos cidadãos, no âmbito da experiência de utilizador, usabilidade e acessibilidade, mas também às exigências dos gestores de conteúdo simplificando o processo e reduzindo o esforço de manutenção.

2020 foi o ano dos primeiros desenvolvimentos do futuro Cartão do Munícipe, que permitirá uma mais rápida e eficaz interação com todos os serviços e equipamentos municipais, garantindo o acesso a diferentes espaços municipais, estabelecendo benefícios para os munícipes e desenvolvendo e promovendo o espírito de cidadania.

No âmbito do programa Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, a Divisão Municipal de Operação do Centro de Gestão Integrada (CGI) da Direção Municipal dos Serviços ao Munícipe, além de operacionalizar o ReportaPorto,

assegurou a gestão de outras atividades de primeira linha do centro como a instalação de uma solução de videowall de última geração, a implementação do SIRESP Geolocalização, ou a recolha e apresentação de dados da atividade operacional através de dashboards de gestão, potenciando a coordenação transversal e multissetorial.

4.4 CULTURA

No objetivo da Cultura integra-se o programa Dinamização da arte, cultura e ciência no montante de 13,4 milhões de euros.

Destaques:



O ano de 2020 provocou um esforço acrescido de reorganização de atividades e programação, quer ao nível físico, quer financeiro. O abrandamento inicial da atividade programática por força do encerramento dos espaços culturais e a sua reabertura condicionada trouxeram, no entanto, oportunidades para redirecionar esforços para o planeamento e organização interna, salientando-se o facto de todos os equipamentos

culturais possuírem o selo “Clean & Safe” como garantia do cumprimento de requisitos de higiene e limpeza para prevenção e controlo da Covid-19.

Foi criada a Direção Artística para o projeto Museu da Cidade, concretizada a apresentação pública e implementada a respetiva estratégia com a incorporação, criação e/ou reabilitação de espaços destinados a exposições temporárias designados como gabinetes.

O Gabinete do Som (Biblioteca Pública Municipal do Porto) recebeu a exposição “Livros são árvores, Bibliotecas são florestas”, o Gabinete do Tempo (Casa do Infante, Arquivo Histórico Municipal do Porto) acolheu “1820. Revolução Liberal do Porto”, e pelo Gabinete de Desenho (Casa Guerra Junqueiro) passaram “Por trás das árvores há um outro mundo”, de Ilda David e “Cadernos A & B Prelúdio e Fuga”, de Jorge Feijão.

Além destes, foram criados o Gabinete Gráfico (Biblioteca Municipal Almeida Garrett) e o Triplex (Palacete dos Viscondes de Balsemão), e delineados cinco Programas Operativos: Escuta – programa em torno da voz, da palavra e do som; Deriva – programa de derivas pela cidade, onde se ativam os eixos que estruturam o Museu da Cidade; Sonda – ciclo de conversas com convidados em torno de temas do património arquitetónico, artístico ou arqueológico da cidade; Resgate – através do resgate da documentação do Arquivo Histórico propõe-se ampliar o entendimento das alterações experimentadas ao longo dos tempos; e Inventário – inventário participado de ruas e edifícios da cidade antiga.

Com vista à valorização do património material e imaterial da cidade, e zelando pela sua defesa e divulgação para exibição de exposições permanentes, prosseguiu-se a criação das Reservas Museológicas Municipais (no antigo Abrigo dos Pequeninos) e do Reservatório – Extensão do Museu da Cidade.

Através da GO Porto, EM e da Domus Social, EM foram desencadeados os trabalhos para a requalificação e expansão da Biblioteca Pública Municipal do Porto e para a reabilitação e musealização de diversas extensões do Museu da Cidade: Ateliê António Carneiro, Biblioteca Sonora, Extensão do Douro, Rio da Vila, Casa dos 24, Extensão da Indústria, Arqueossítio, Bonjónia - Extensão da Natureza e Matadouro, encontrando-se ainda a decorrer a empreitada de requalificação do Cinema Batalha.

Apesar das restrições, as Bibliotecas Municipais conseguiram manter o empréstimo domiciliário e as atividades educativas e o Arquivo Histórico deu continuidade à leitura, pesquisa e digitalização de informação. No total, mais de 165 mil pessoas visitaram os

museus, as bibliotecas e o arquivo e participaram nas atividades do Departamento Municipal de Gestão Cultural.

Também condicionada, a Feira do Livro recebeu mais de 100 mil visitantes em 68 atividades, entre debates, lições, apresentações de livros, rádio e concertos. A edição de 2020 homenageou a poetisa portuguesa Leonor de Almeida.

Em representação do município, o pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, sendo “gestor do sítio” classificado – Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar – e integrando a Rede de Património Mundial de Portugal e outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem inscrito na lista de património mundial.

Manteve-se a liderança do projeto AtlaS.WH - Património no Espaço Atlântico: Sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial, em parceria com Bordéus, Santiago de Compostela, Edimburgo e Florença, que pretende potenciar a reflexão e análise conjunta com vista à concretização dos novos Planos de Gestão e de Sustentabilidade para cada Sítio.

2020 foi o primeiro ano completo desde que a empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM passou a englobar a área da cultura, até então na esfera da Câmara Municipal.

De forma a conter os riscos de exposição ao novo coronavírus, toda a atividade foi suspensa no início de março e os equipamentos foram encerrados ao público, obrigando a que muitas das iniciativas não se tenham realizado, enquanto outras foram redesenhadas ou disponibilizadas através do recurso às plataformas digitais.

A exploração da transmissão online de eventos permitiu evitar o cancelamento da maioria das atividades previstas e ainda potenciou a criação de novos projetos como o ciclo de conversas “Nada ficou no lugar, e agora?” e o filme/objeto que a coreógrafa Joana Castro e a cineasta Cláudia Varejão trouxeram ao primeiro episódio do PAR(S) – Artes Performativas e Imagem Online.

Também no digital, aconteceram as Quintas de Leitura, o programa em torno de Merce Cunningham pelo Ballet de Lorraine, o Foco Famílias e atividades paralelas de formação e reflexão em torno dos espetáculos.

Presencialmente, e antes das restrições sanitárias, foi possível realizar o espetáculo de Tânia Carvalho, “Onironauta”. Pelo Teatro Municipal passaram mais de 53 mil espetadores durante o ano de 2020.

Esta temporada do Cultura em Expansão começou em fevereiro e levou concertos, peças de teatro e espetáculos de dança às associações de moradores da Pasteleira e da Bouça, ao Grupo Musical de Miragaia ou à Junta de Freguesia de Campanhã.

Embora parte do calendário tenha sido cancelado, o programa retomou em setembro nos locais habituais e em novembro transferiu-se para o Hard Club e o Passos Manuel, antes do encerramento no Teatro Rivoli, com um concerto que juntou os Blind Zero e a Orquestra Juvenil da Bonjóia. Assistiram aos espetáculos mais de 2.800 pessoas.

Pela Galeria Municipal passaram cerca de 22.700 pessoas para ver exposições como “Masks”, com curadoria de João Laia e Valentinas Klimasauskas, e “Apesar de não estar, estou muito”, retrospectiva de Diogo Jesus, com curadoria de João Ribas.

A partir de setembro, a reabertura trouxe “Waves and Whirlpools”, de Luis Lázaro de Matos, e a segunda edição do Prémio Paulo Cunha e Silva, com obras dos seis finalistas do prémio bianual. Em dezembro, estrearam “Nets of Hyphae”, exposição de Diana Policarpo, e “Que horas são que horas”, sobre a história das galerias de arte da cidade.

Na impossibilidade de realizar o Fórum do Futuro, foi lançado o livro “Fórum do Futuro – Vita Nova”. Em 2020, abriu o primeiro polo dos Ateliers Municipais e oito projetos de residência artística foram financiados pela InResidence.

Em alternativa ao Festival Trengo, foi criado o ciclo Trengolas, com 20 espetáculos entre o Parque de São Roque e os Jardins do Palácio de Cristal.

Com um orçamento inicial de 100 mil euros, o Projeto Aquisições foi reforçado após o início da pandemia para abertura de uma nova vertente: a possibilidade de aquisição direta de obras a artistas e coletivos sediados na cidade. Foram adquiridas 37 obras, 16 a galerias de arte e 21 diretamente a artistas.

O programa Criatório atribuiu 25 bolsas no valor de 15 mil euros a projetos de artes visuais e curadoria; artes performativas; composição, programação e performance visual; e literatura e pensamento crítico. O processo de candidatura estendeu-se até janeiro de 2021.

4.5 URBANISMO E HABITAÇÃO

O objetivo do Urbanismo e habitação integra o programa Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística onde foram executados 14,2 milhões de euros. Este capítulo integra ainda as ações no âmbito da Política Municipal de Habitação Acessível.

Destaques:

<p>PROJETO DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS</p> <p><u>MONTE DA BELA</u> <u>MONTE PEDRAL</u></p> <p>13 lotes 244 fogos</p> <p>6 lotes 329 fogos</p>		 <p>DESENVOLVIMENTO DA CICLOVIA DO RAMAL DA ALFÂNDEGA</p>
 <p>CRIAÇÃO DO “LIVRO DE OBRA ELETRÓNICO”</p>	<p>Entrada em vigor do “Portal de Operações Urbanísticas”, onde podem ser visualizados os processos que deram entrada no município e o seu ponto de situação</p>	<p>Constituição de um Regime Especial de Gestão Urbanística, designado por REURB 2020, com vista à aceleração da apreciação urbanística</p>
<p>CRIAÇÃO DE ÁREAS PEDONAIS TEMPORÁRIAS EM TRÊS ZONAS DA CIDADE</p>	<p>537 LICENÇAS</p> <p>em regime excecional de ocupação do espaço público</p>	<p>ORU’S DA CIDADE PASSARAM PARA GESTÃO DA PORTO VIVO, SRU</p>

 <p>Elaboração do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o Centro Histórico do Porto</p>	<p>CRIAÇÃO DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO DE SANTA CLARA</p>	<p>22</p> <p>FRAÇÕES DISPONÍVEIS para habitação para arrendamento a rendas acessíveis, através do programa “Porto com Sentido”</p>
--	--	--

Uma das principais tarefas do Departamento Municipal do Planeamento Urbano (DMPU) em 2020 foi a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), colocando à discussão pública um novo modelo de organização e gestão do território, que se pretende venha a constituir uma importante alavanca para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e para a prosperidade e competitividade urbanas, a entrar em vigor em 2021.

Foi mantido o investimento no desenvolvimento de infraestruturas de informação geográfica – quer ao nível da informação de base, quer ao nível da informação temática – que, futuramente, constituirão suportes decisivos para a implementação e monitorização do PDM e, de uma forma mais ampla, para as funções de planeamento e gestão da cidade.

Ao nível dos grupos de trabalho externos, destacam-se a participação nas Comissões de Acompanhamento do POC Caminha-Espinho, na Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos e da Maia, bem como no projeto internacional URBINAT. Quanto a grupos de trabalho interno, foi dada colaboração aos projetos da Mobilidade Elétrica e do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social e, ainda, ao Programa UNICEF Cidade Amiga das Crianças.

No capítulo dos instrumentos de gestão territorial foi desenvolvida a proposta do Plano Pormenor Rua General Sousa Dias (Viaduto Duque de Loulé) e iniciaram-se os trabalhos de desenvolvimento de unidades de execução para a Unidade de Planeamento e Gestão de Nun’Alvares.

Em 2020, a Divisão Municipal de Projetos e Estudos Urbanísticos deu continuidade ao projeto Rua Direita, para a reabilitação de cerca de uma centena de arruamentos do sistema viário municipal secundário, dispersos por várias freguesias. Em setembro iniciou-se a primeira intervenção com os trabalhos de requalificação no troço nascente

da Rua de Vila Nova. No final do ano foi lançado o concurso público para a empreitada de requalificação do troço poente da Rua de Vila Nova e da Travessa da Costibela.

O projeto Habitação a Custos Controlados abarcou duas zonas: Monte da Bela, para onde foi desenvolvido um projeto de loteamento numa área superior a 28 mil metros quadrados, onde existia o Bairro de São Vicente de Paulo, e que contempla a constituição de 13 lotes com 244 fogos; e Monte Pedral, que contempla a constituição de seis lotes numa área de edificação de mais de 50 mil metros quadrados e com um total de 329 fogos.

Outra das zonas abrangidas pelo programa de habitação acessível é o Bairro do Lordelo, que abarca mais de 90 mil metros quadrados. Em 2020 foi elaborado um estudo urbanístico preparatório para o concurso de conceção que foi lançado em abril e cujos vencedores só foram conhecidos no início de 2021.

Foram elaboradas as candidaturas ao Fundo Ambiental para construção de Ciclovias no âmbito do Portugal Ciclável em conjunto com as câmaras municipais de Gondomar e Matosinhos, e está em desenvolvimento a Ciclovia do Ramal da Alfândega. Em 2020, procedeu-se, ainda, à elaboração de um Plano de Cor aplicável à área central da cidade.

Em relação à gestão urbanística, foram emitidos 3.461 títulos, tendo os processos com decisão final ficado nos 4.907, entre licenças de edificação, comunicações prévias, loteamento, ou pedidos de registo de alojamento local.

Na sequência da situação pandémica, e por forma a evitar o adiamento de investimentos imobiliários privados já programados e equacionados, o município avançou com a constituição de um Regime Especial de Gestão Urbanística, designado por REURB 2020, com vista à aceleração da apreciação urbanística.

A medida abrangeu todos os processos de operações urbanísticas de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação e de obras de urbanização em que o pagamento das taxas e levantamento do respetivo alvará acontecesse até ao final do ano (prorrogado por mais seis meses) e cujo investimento fosse igual ou superior a um milhão de euros.

Na sequência do projeto municipal de total desmaterialização dos processos, deu-se início, em colaboração com a Direção Municipal de Serviços ao Município e o Departamento Municipal de Sistemas de Informação, à criação de um novo website

designado “Livro de Obra Eletrónico”, substituto do livro de obra em papel, que permitirá o acesso imediato a todos os intervenientes.

Também no domínio das plataformas digitais, e tendo como objetivo aumentar a transparência administrativa, iniciou-se o projeto do “Portal de Operações Urbanísticas”, que disponibiliza para o exterior a informação referente aos processos que dão entrada no Departamento Municipal de Gestão Urbanística.

Nesta plataforma poderão ser visualizados os processos que deram entrada no município do Porto – 2.977 georreferenciados em 2020 – e o seu ponto de situação, assim como a informação que consta dos respetivos Avisos a afixar no local da operação urbanística.

Ainda no âmbito da gestão urbanística, através da GO Porto, EM, foi executada a empreitada de estabilização de talude na Rua D. João IV.

Com o objetivo de resgatar o espaço público, conferindo-lhe diversidade e dinamismo e, ao mesmo tempo, priorizando a segurança do peão, foram criadas áreas pedonais temporárias, que abrangeram três zonas – zonas de consumo, espaços lúdicos e praça de bairro - e 14 arruamentos da cidade.

Tendo em vista a melhoria das acessibilidades e a valorização da paisagem urbana, destaca-se a intervenção efetuada na Praça dos Poveiros e na Rua do Arquiteto Nicolau Nazoni, com a instalação de novo mobiliário urbano que, além da organização do espaço público, permitiu a marcação de um percurso seguro para pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2020, o número de processos de ocupação e utilização do espaço público foi 6.432, com uma taxa de decisão de 102% e um valor de receita arrecadada superior a 2,3 milhões de euros.

Para responder às restrições causadas pela pandemia, foi criado o Regime Excecional para ocupação do espaço público com esplanadas. Foram emitidas 537 licenças, 107 em lugar de estacionamento.

Depois de, em 2019, a Porto Vivo, SRU ter visto alterados os seus estatutos, a empresa passou a gerir, além do Centro Histórico, a dinamização do processo de reabilitação e reconversão do património das outras ORU's da cidade, além de ter assumido competências na gestão dos edifícios destinados a habitação para arrendamento acessível e um papel interventivo nas “Ilhas do Porto”.

O alinhamento destes dois vetores permitiu a definição de quatro eixos estratégicos de atuação. O Eixo 1, correspondente ao Centro Histórico, compreendeu atividades basilares como a elaboração do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o "Centro Histórico do Porto", a criação da Unidade de Intervenção de Santa Clara, a elaboração do Relatório de Monitorização da ARU do Centro Histórico do Porto, bem como a conclusão do Projeto do Morro da Sé.

Destas, apenas as atividades respeitantes ao Morro da Sé não apresentaram uma taxa de execução superior a 70% dos indicadores definidos. O contrato de reabilitação urbana associado à criação da Residência de Estudantes não aconteceu por falta de propostas a concurso, enquanto uma opção estratégica levou a que não se avançasse com a Unidade de Alojamento Turístico.

Ainda neste âmbito, foi iniciada a empreitada de reabilitação da Operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo, de que resultarão 14 novas frações habitacionais a integrar o mercado de arrendamento acessível.

Incluídos no Eixo 2 - Operações de reabilitação urbana – estão o planeamento, programação e desenvolvimento das ORU's de Campanhã – Estação e Corujeira, estando as duas ações em condições para iniciar a respetiva execução.

Através da empresa municipal GO Porto, EM foi concluído o concurso de conceção do Parque da Corujeira e deu-se início à contratação por ajuste direto do projeto vencedor.

Foram atingidos os objetivos definidos no Eixo 3 - Habitação para arrendamento a rendas acessíveis – o que permitiu disponibilizar 22 frações habitacionais pertencentes ao património da Porto Vivo, SRU, e 19 frações integradas no programa municipal "Porto com Sentido", de que a Porto Vivo, SRU foi nomeada entidade gestora.

Adicionalmente, foi concluída a análise de vocação para arrendamento acessível de 217 unidades patrimoniais municipais, parte das quais serão integradas na esfera de gestão da Porto Vivo, SRU.

Relativamente ao Eixo 4 - Projeto "Ilhas" da Cidade – e considerando a cessão parcial da posição contratual referente ao "Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas", celebrada entre o Município do Porto, a Domus Social, E.M. e a Porto Vivo, SRU, foi possível criar apenas o núcleo de gestão para delinear o planeamento do "Programa Estratégico As Ilhas do Porto: Estratégias Específicas para a Regeneração Habitacional das Ilhas do Porto".

Fora destes eixos estratégicos, importa realçar o processo de reabilitação urbana do Quarteirão Carlos Alberto. Foram desbloqueadas situações como a determinação e o pagamento da contrapartida ao proprietário da parcela 6 pela respetiva aquisição e a criação das condições necessárias para que a empreitada de reabilitação possa iniciar em 2021, bem como a consignação da empreitada de reabilitação referente à parcela 14, resultando em novas frações a integrar a promoção de arrendamento a preços acessíveis da Porto Vivo, SRU.

4.6 EDUCAÇÃO

O Município do Porto tem considerado a Educação como fator fundamental de promoção da igualdade de oportunidades, de fortalecimento da cultura e dos valores de cidadania, sustentáculo do desenvolvimento e da coesão social.

Em 2020 foram aplicados 6,9 milhões de euros no programa Promover e Fomentar a Educação.

Destaques:

<p>REFORÇO DO PROGRAMA “PORTO DE ATIVIDADES”</p> <p>+ 1 hora</p> <p>com atividades de Apoio ao Estudo</p>	<p>70</p> <p>BOLSAS DE ESTUDO</p> <hr/> <p>angariadas para estudar no ensino superior</p>	<p>1 555 alunos</p> <hr/> <p>dos DLBC Urbanos participaram no CriArte, programa de promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar</p>
<p>539 341 almoços 561 880 lanches</p> <hr/> <p>fornecidos aos alunos das escolas básicas do 1.º ciclo e dos jardins-de-infância</p>	<p>INICIATIVA “ESCOLA SOLIDÁRIA”</p> <p>manteve as cantinas abertas nas pausas letivas da Páscoa, verão e Natal para crianças entre os 3 e os 10 anos</p>	<hr/> <p>DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES EM TAKEAWAY</p> <hr/>

Neste ano, decorreu o processo de reconfiguração da oferta educativa, de acordo com as recomendações emanadas do diagnóstico e reflexão estratégica, com o envolvimento e a participação dos agentes educativos, e considerando o Projeto Educativo Municipal.

Conjuntamente com os Agrupamentos de Escolas, procedeu-se à reorganização do modelo e da oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular, que constituirão um fator fundamental de igualdade de oportunidades e de inclusão social.

Foi reforçado e inovado o programa Porto de Atividades que, dando resposta ao conceito de Escola a Tempo Inteiro (09h00-17h30), permitiu prolongar, em mais uma hora diária, o tempo de permanência de 3.384 crianças na escola através do desenvolvimento de atividades de Apoio ao Estudo.

No mesmo sentido, dinamizaram-se atividades de animação e apoio à família, que decorrem após o término da componente letiva e até às 17h30. Uma oferta gratuita que inclui lanche, e os projetos Crescer com a Música, Formar Campeões para a Vida e a Expressão Físico-Motora e que beneficiou 4.271 crianças e jovens.

O programa Porto de Crianças, que reforça e dá suporte à atividade docente no pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, nas áreas de educação artística, educação científica e formação cívica e para a cidadania, integrou 8.255 participantes.

Com o objetivo de promover o empreendedorismo, a cidadania e a capacitação da comunidade educativa, 2.563 participantes estiveram envolvidos no Porto de Futuro, um programa assente em parcerias e transferência de conhecimento entre os agrupamentos de escolas e o tecido empresarial local.

Dentro do programa Porto de Conhecimento, foi possível aumentar o número de bolsas de estudo para o ensino superior de 18, atribuídas em 2019, para 70. Foi estabelecida uma nova parceria no âmbito do SEI – Sociedade, Escola e Investigação para apoio a projetos de investigação nas escolas. São atualmente 13 parcerias.

Ao longo do ano, o Direção Municipal de Educação dinamizou, ainda, iniciativas de sensibilização para a arte contemporânea, a estética e a educação artística com a Fundação de Serralves, o Balletatro e a Associação de Ludotecas do Porto, destinadas a mais de 700 beneficiários.

Foram desenvolvidos quatro projetos no âmbito das Parcerias para o Impacto: “Praia Grande”, pelo Balletatro, “Formar Campeões para a Vida”, pela Escola de Judo Nuno

Delgado, “ArtesEcontextos”, pela Associação de Ludotecas do Porto e “Aprender a Ser Saudável”, pela Associação Mundo a Sorrir, dos quais beneficiaram 1.428 pessoas.

Em 2020, o CriArte Porto chegou aos agrupamentos de escolas Aurélia de Sousa, Alexandre Herculano, António Nobre e Cerco com o objetivo de desenvolver projetos na área de educação artística e de desenvolvimento pessoal e social, e de educação para o desporto. A ação insere-se nas medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar no âmbito dos DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) Urbanos, beneficiando 1.555 alunos.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 539.341 almoços e 561.880 lanches aos alunos das escolas básicas do 1.º ciclo e dos jardins-de-infância, num investimento superior a 1,3 milhões de euros.

A iniciativa “Escola Solidária” garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas letivas da Páscoa, do verão e do Natal, para proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Decorrente da evolução pandémica, disponibilizou-se às famílias o serviço de refeições na modalidade takeaway.

Manteve-se o programa Regime de Fruta Escolar, complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário num total de 561.880 lanches.

No âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), beneficiaram do Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa 890 pessoas.

Tendo em consideração que constitui um eixo estratégico da política educativa municipal a requalificação da rede escolar, através da GO Porto, EM foi dada continuidade à empreitada de Requalificação e Modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano, edifício classificado como monumento de interesse público, com a execução financeira em 2020 no valor de 2,5 milhões de euros, tendo-se concluído os projetos de arquitetura e especialidades da remodelação da Escola Básica do Falcão.

Reconhecido como Cidade Amiga das Crianças desde 2019 pela UNICEF Portugal, o Município do Porto continuou a implementação do Plano de Ação Local do programa municipal Porto, Cidade Amiga das Crianças e a dinamização do Mecanismo de Coordenação.

O município continua a ter uma participação ativa através do Boletim das Cidades Educadoras, com a publicação de artigos, e na comemoração anual do Dia Internacional da Cidade Educadora.

As crianças e jovens vítimas de desproteção mantiveram um lugar de destaque pautado pelo trabalho implementado pelas três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, onde o município tem um papel ativo. Deu-se continuidade ao apoio/reforço técnico, logístico e administrativo.

4.7 JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES

Na área da Juventude e Novas Gerações foram executados 84,8 mil euros no âmbito do programa Apoio e envolvimento da população jovem.

Destaques:



Num ano em que as atividades de juventude ficaram particularmente afetadas com a pandemia da Covid-19, destaca-se o lançamento do Study in Porto, o crescimento de 10% da participação do Conselho Municipal da Juventude e o início da cocriação da Estratégia da Juventude do Porto 4.0.

Com o propósito de promover a vida académica e oportunidades de formação superior, o Study in Porto permite captar talento e apoiar a integração de novos estudantes, investigadores e docentes. Funciona em estreita cooperação com instituições de ensino superior, centros de investigação e associações académicas.

O Conselho Municipal de Juventude (CMJ), enquanto órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude, é um espaço onde o associativismo, nas suas diversas manifestações, pode participar ativamente no debate de políticas públicas de juventude, em áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social, entre outras, que beneficiarão, em última instância, os jovens e a cidade.

Participaram nas ações de capacitação como o projeto “Capacita.Te”, “Debate a Tua Cidade”, “Atividade Plano B”, “Projeto Get Foward” e os laboratórios #YouthUpPorto 275 jovens. À exceção da “Atividade Plano B” e do “Projeto Get Forward”, todas as iniciativas foram realizadas em formato digital.

Estas ações apresentam-se como as ferramentas de uma estratégia de capacitação, que tem como destinatários dirigentes das associações juvenis, das associações de estudantes do ensino secundário, e das associações de estudantes do ensino superior, mas está aberta também a todos os jovens que demonstrem vontade e interesse em participar nas ações de formação.

Em 2020, teve início o processo de cocriação da Estratégia da Juventude do Porto 4.0 - Processo de melhoria contínua das políticas e programas de juventude, que procura a capacitação e o reposicionamento da Divisão Municipal de Juventude. Participaram 250 pessoas nas dez ações promovidas.

Os cinco eixos que estão previstos para a Estratégia da Juventude do Porto 4.0 são a empregabilidade jovem, aprendizagens de qualidade, inclusão e igualdade de oportunidades, ambiente e desenvolvimento sustentável e participação jovem.

O Município do Porto participou na 3.^a Mostra Nacional de Jovens Empreendedores, que visa promover o empreendedorismo criativo e o empreendedorismo social, fomentando a geração de ideias e de negócios inovadores, com um stand virtual tendo em vista a partilha de alguns dos projetos municipais que têm vindo a ser desenvolvidos.

Colaborou ainda na 14.^a Mostra Nacional de Ciência também com um stand virtual que permitiu uma visita guiada ao Pavilhão da Água, bem como a exibição de pequenos filmes animados de sensibilização sobre questões do saneamento, abastecimento de água e águas pluviais.

4.8 TURISMO

No Turismo, através do programa Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo, foram executados 987,5 mil euros.

Destaques:

<p>Início dos trabalhos do Conselho Municipal de Turismo do Porto</p>	<p>REVISÃO DO REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL TURÍSTICA</p>	<p>Definição do modelo do projeto de qualificação “CONFIANÇA PORTO”</p>
<p>Definição da proposta do Regulamento Municipal do Alojamento Local – Áreas Turísticas Sustentáveis</p>		<p>Apoio a alojamentos locais e empreendimentos turísticos para alojamento de profissionais de saúde</p>

2020 marca o lançamento do Conselho Municipal de Turismo do Porto, que prevê a promoção do diálogo, debate e concertação entre os agentes do setor na cidade. Num ano particularmente desafiante para o turismo, mostrou-se importante o envolvimento dos diferentes players.

Entre as diversas formas de promoção da cidade, destaque para o início do processo conducente à criação de um programa televisivo, em canal generalista, a exibir em prime time, sobre as lojas Porto de Tradição.

Foi revisto o Regulamento da Taxa Municipal Turística do Porto e feitas melhorias na plataforma, onde já se encontram 7.693 entidades registadas.

A pandemia da Covid-19, particularmente penalizadora da atividade turística, obrigou a que o município levasse a cabo uma série de ações com vista à mitigação dos seus impactos. Em articulação com os gestores de alojamento local, empreendimentos turísticos – a quem foram concedidos apoios – e os centros hospitalares do município, foi providenciado alojamento aos prestadores de cuidados de saúde na linha da frente do combate à Covid-19.

Foram diversos os documentos técnicos para suporte ao turismo em situação de emergência, e de proposta de novos apoios às atividades económica, empresarial e comercial, incluindo o estudo da criação de um fundo municipal de apoio empresarial e a isenção de taxas municipais.

Na constante procura por formas mais eficazes de lidar com os efeitos da pandemia, o Departamento Municipal de Turismo e Comércio participou no Fórum "E depois da Covid-19?", do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), e organizou o webinar "Como pode o Porto posicionar-se como destino de confiança?" dirigido ao setor do turismo e integrado no ciclo "Economia da cidade do Porto".

Foi necessário pensar a cidade como destino turístico com uma nova abordagem. Para isso, foi feita a atualização do layout e dos conteúdos dos suportes já existentes e o desenvolvimento e produção de novos suportes, incluindo três vídeos temáticos. Foram ainda levadas a cabo ações de marketing e a participação em eventos no âmbito da Porto Film Commission.

De forma a garantir o acompanhamento e monitorização do alojamento local, foi definida a proposta do Regulamento Municipal do Alojamento Local – Áreas Turísticas Sustentáveis, assim como o modelo do projeto de qualificação "Confiança Porto", e foi ainda elaborado o projeto Mediadores AL.

Durante o ano, prosseguiram os trabalhos preparatórios da implementação do Observatório de Turismo do Porto, que tem como missão conceber um sistema de informação, estudo e monitorização da atividade turística na cidade.

À Associação de Turismo do Porto foram contratados serviços como a gestão dos postos de turismo, a comercialização do Porto.Card, a distribuição dos materiais VisitPorto, assim como a própria promoção do destino Porto e a realização de campanhas de divulgação de eventos para captação do turismo interno.

O município esteve sempre disponível para colaborar com entidades externas na promoção do destino. A colaboração com o Great Wine Capitals Global Network teve como propósito afirmar o Porto como destino de enoturismo.

Conta-se, ainda, a participação nas reuniões promovidas pelas entidades gestoras dos Caminhos de Santiago e de Fátima, e a colaboração interinstitucional para a criação de um regulamento único para organização das Rotas de Enoturismo na região Norte e a conceção de conteúdos sobre a cidade para o Turismo Porto e Norte de Portugal.

4.9 SEGURANÇA

No programa Segurança foram executados 5,1 milhões de euros.

Destaques:

<p>ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 DA CÂMARA MUNICIPAL</p>	<p>Alargamento dos turnos da Polícia Municipal a 12 horas devido às ações de sensibilização e fiscalização do cumprimento das restrições impostas pela resposta à pandemia</p>
<p>ELABORAÇÃO DO PLANO DE OPERAÇÕES MUNICIPAL PARA FAZER FACE À SITUAÇÃO PANDÉMICA</p>	<p>CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE EMERGÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL</p>

As medidas excepcionais decretadas pelo Governo em consequência do estado de emergência trouxeram competências e atribuições acrescidas à Polícia Municipal do

Porto (PMP), que teve que acautelar e implementar normas de contingência e assegurar medidas de contenção, mitigação, prevenção e tratamento da Covid-19.

A PMP participou na elaboração do Plano de contingência do Novo Coronavírus SARS-CoV-2 da Câmara do Porto; no apoio ao Instituto de Medicina Legal no transporte do contentor de refrigeração, assim como na sua preparação para conservação de cadáveres; no apoio logístico, segurança e vigilância permanente da Pousada de Juventude para acolhimento de idosos, bem como do Hospital de Campanha; na gestão e guarda do espólio dos doentes internados no Hospital de Campanha; e na segurança permanente dos centros de rastreio do Queimódromo e do Parque de São Roque.

A estas atividades, acresce as ações de sensibilização e fiscalização junto da população, assim como o reforço em Equipamento de Proteção Individual (EPI) para a generalidade do efetivo. Os elementos policiais tiveram de ser reorganizados e passaram a laborar em turnos de 12 horas.

Importa referir, ainda, a aquisição de fardamento e equipamento para a equipa do Serviço Especial de Fiscalização Ambiental, os assistentes técnicos e controladores de estacionamento, assim como os assistentes operacionais da Divisão Municipal de Segurança e Infraestruturas. Foram também adquiridas dez armas elétricas de baixa potencialidade letal TASER X2 para fazer face a situações de risco.

A capacidade interventiva, pedagógica, de proximidade e eficiência da PMP foi reforçada com a entrada de 21 assistentes técnicos e um diretor de departamento para os quadros.

As informações relativas a licenças e autorizações emitidas e viaturas rebocadas passaram a constar da ferramenta dashboard PMP desde setembro de 2020, permitindo a imediata identificação dos eventos, manifestações e outros constrangimentos, constituindo informação de suporte para uma célere tomada de decisão.

Prosseguindo a atividade de fiscalização do cumprimento do Código da Estrada, e assim contribuindo para a melhoria da mobilidade na cidade, a PMP assistiu a uma diminuição geral dos casos de incumprimento. Foram bloqueados 4.232 veículos e rebocados 13.600, tendo as autuações de contraordenações rodoviárias ficado nas 31.500.

De forma a aumentar a eficácia da resposta quanto à regularização da circulação, estacionamento e segurança das infraestruturas, realizaram-se 496 ações de fiscalização dos autocarros, aumentou o número de ações de patrulhamento de

visibilidade (5.622), assim como o de diligências das ciclo patrulhas (4.428). Em menor número do que em 2019 foram as diligências do Serviço Especial de Fiscalização (654).

Tendo como objetivo constituir-se uma referência nas áreas de prevenção e prestação de socorro, o Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) respondeu, durante o ano de 2020, a 3.940 ocorrências, com um tempo médio de oito minutos no que diz respeito a resposta a incêndios urbanos, participou em 61 simulacros, analisou 2.002 processos de segurança contra incêndios remetidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e assegurou a realização de ações de formação a 552 colaboradores.

Para responder à pandemia Covid-19, o BSB criou um grupo de trabalho específico para o efeito, tendo registado 1.190 intervenções divididas por descontaminações (696), ações de sensibilização (68), reconhecimentos (28), transporte de positivos (116), transporte de negativos (146), apoio social (103) e apoio a hospitais (33).

A empresa municipal GO Porto, EM, foi responsável pelas obras do coberto de viaturas, integrado com o edifício construído na ampliação do quartel.

Face à situação pandémica de carácter excecional, o Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC) dotou o município de mecanismos e instrumentos que permitiram um adequado nível de preparação do sistema de proteção e socorro, tendo para o efeito elaborado o “Plano de Operações Municipal (N.º 01/2020)” e o levantamento/atualização de instalações prioritárias para resposta à Covid-19.

Ainda no âmbito da pandemia, foi constituído o “Centro de Emergência da Proteção Civil”, para gestão da entrada de pedidos, informações, voluntariado e denúncias, assegurando também a resposta com o devido enquadramento legal a vários pedidos de esclarecimentos relativos às medidas de carácter excecional vigentes.

Sob as orientações da Direção-Geral de Saúde, o DMPC acompanhou a realização de feiras e mercados de levante e interditou espaços e equipamentos públicos.

Em 2020, foi validada a revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, elaborado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), com a constituição da respetiva Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

Ao longo do ano, o DMPC deu resposta a 139 ocorrências, exterminou 299 ninhos de vespa velutina na cidade, assegurou 15 avisos dirigidos à população potencialmente afetada pela iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe, divulgando a informação associada a cada evento e as medidas de autoproteção a adotar, participou

em 48 simulacros para testes de medidas de autoproteção, bem como assegurou a tramitação de 515 processos administrativos.

4.10 DESPORTO E ANIMAÇÃO

No objetivo do Desporto e animação está integrado o programa Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade, onde foram executados 5,8 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM,S.A..

Destaques:

 <p>Desafio #TreinaEmCasa lançou vídeos com exercícios de treino para os munícipes fazerem em casa por altura do confinamento geral</p>	<p>1.º PRÉMIO na categoria “Intervenção Covid-19 no Desporto no Ano 2020” pela rede de Municípios Amigos do Desporto</p>	
<p>ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES nas camadas jovens de clubes e associações desportivas</p>	<p>ISENÇÃO DE TAXAS a clubes e associações desportivas na utilização de equipamentos desportivos municipais</p>	<p>+500 CRIANÇAS E JOVENS com aulas de breakdance no projeto “Desporto no Bairro”</p>
 <p>Lançamento de 5 projetos artísticos para o espaço público através do Programa de Arte Urbana do Porto</p>	 <p>Festas de São João do Porto conquistaram o prémio “Melhor Festividade” no Iberian Festival Awards 2020</p>	<p>Empreitada de implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios das piscinas de Armando Pimentel, Constituição e Cartes</p>

Os programas foram adaptados ao atual contexto pandémico, tendo o Município do Porto sido um dos primeiros do país no lançamento de um programa de aulas online. O objetivo era que todos, independentemente da idade, pudessem continuar a praticar exercício físico em segurança.

Durante mais de três meses, o Desafio #TreinaEmCasa proporcionou mais de 50 vídeos com opções de treino diversos. Sob a orientação de instrutores e professores, os vídeos foram publicados na página de Facebook e no canal de Youtube da Ágora, EM, obtendo um alcance superior a 150 mil pessoas.

As boas práticas implementadas pela empresa nos seus diversos equipamentos e programas desportivos durante a pandemia mereceram o reconhecimento por parte da rede de Municípios Amigos do Desporto, com a atribuição do 1.º prémio na categoria “Intervenção Covid-19 no Desporto no Ano 2020”.

Num ano difícil para os clubes e associações desportivas, a Ágora, EM garantiu o pagamento integral das inscrições aos escalões mais jovens. Esta medida beneficiou mais de 4.800 atletas, abrangendo 16 modalidades e 40 clubes da cidade, e ascendeu a cerca de 106 mil euros.

Em complemento, a empresa isentou de taxas todos os clubes e associações desportivas que utilizam os equipamentos desportivos municipais, medida que beneficiou diretamente 25 clubes da cidade e um total de 11 modalidades.

Através da Ágora, EM, foi garantida a possibilidade de crianças e jovens desfavorecidos da cidade frequentarem as instalações desportivas municipais. Nesse sentido, foram oferecidas 16 inscrições gratuitas nas Piscinas Municipais a crianças sinalizadas pelo Departamento Municipal de Coesão Social.

Foi lançado o projeto “Desporto no Bairro” que, durante três meses, envolveu mais de 500 crianças e jovens de oito bairros do Porto em aulas de breakdance. O projeto terminou com uma apresentação no Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota.

Em 2020, voltou o Programa de Arte Urbana do Porto com mais cinco projetos artísticos no espaço público e o lançamento de uma nova convocatória para o Mural Coletivo da Restauração.

Os eventos âncora de animação da cidade, nomeadamente Festa de S. João, Verão é no Porto, Natal e Passagem de Ano, tiveram de ser redesenhados. Em parceria com a

Rádio Festival, a celebração do santo padroeiro realizou-se em formato “São João na Rádio”. Apesar disso, as Festas de São João do Porto conquistaram o prémio “Melhor Festividade” no Iberian Festival Awards 2020.

Sem programação de rua, a época de Natal foi assinalada com a iniciativa “Adventário – 24 histórias com pressa de ser Natal”, transmitida na página de Facebook da Ágora, EM, e que, no seu conjunto, superou as 182 mil visualizações.

Já o tradicional concerto de Passagem de Ano foi substituído pela divulgação do vídeo “We are the ones”, realizado por André Tentugal, numa homenagem à cidade e aos seus heróis de todos os dias.

Presencialmente, foi possível realizar a Missão Férias@Porto, com mais de 700 crianças, ou as Noites do Palácio, com oito concertos nos Jardins do Palácio de Cristal.

O fecho das instalações desportivas, devido ao contexto pandémico, permitiu a realização de um grande investimento na reabilitação e manutenção das infraestruturas, nomeadamente ao nível da rede municipal de piscinas, pavilhões e grandes campos.

Através da empresa municipal GO Porto, EM, em 2020 foi executada a empreitada de implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios das piscinas de Armando Pimentel, Constituição e Cartes, tendo sido adjudicada a empreitada de construção de um equipamento desportivo no Campo do Outeiro.

Neste domínio, decorrem os projetos da Fase II do Parque Desportivo de Ramalde e foi adjudicada a elaboração dos projetos para ampliação do SkatePark e beneficiação da Piscina Armando Pimentel.

4.11 MOBILIDADE

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa Melhoria da mobilidade e infraestruturas, foram executados 11,4 milhões de euros, através da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) que, mantendo como quadro de referência o Programa Autárquico, deu continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores, desenvolvendo a sua ação de forma a melhor contribuir para a concretização do seu objetivo estratégico de melhoria da mobilidade dos cidadãos.

Destaques:



**ASSUNÇÃO DA GESTÃO
do Funicular dos Guindais [18 348 viagens]
e do Elevador da Lada [6 384 viagens]**
garantindo a melhoria da acessibilidade
e da mobilidade entre a cota alta e a baixa
do Centro Histórico

420 000€

para reforço de linhas
e horários da STCP
para corresponder à
imposição de redução
do número máximo de
passageiros por veículo

2 100 VEÍCULOS
DE MEIOS SUAVES

licenciados e a complementar criação
de 215 locais de estacionamento de trotinetes
e bicicletas elétricas. Aposta acompanhada
pela campanha de sensibilização
“Não é tudo teu, é tudo nosso!”;

16 km

**NA REDE MUNICIPAL
DE CICLOVIAS**

para um percurso atual
total de 35 km de vias
cicláveis

+149 Unidades

DE PONTOS DE LUZ DE TECNOLOGIA LED

correspondendo a uma redução de
52.302,60 kWt e menos **20.51 toneladas**
de emissão de CO₂

**ALARGAMENTO
DO CARTÃO PORTO.,
do sistema Andante, aos
jovens até aos 18 anos**

2,7M€

**DE RECEITA DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA
PÚBLICA, PROVENIENTES DE 9 531 LUGARES.**

Uma redução em consequência da suspensão do pagamento decretada como
resposta à situação pandémica. As avenças para residentes fixaram-se nas 4 624

Depois de, em 2019, o Memorando de Entendimento para a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) ter trazido novas responsabilidades ao Município do Porto, o combate aos efeitos da pandemia, como a imposição da redução do número máximo de passageiros a 1/3 da lotação dos transportes rodoviários coletivos de passageiros, mais tarde ampliada para 2/3 da lotação, obrigou a um reforço transitório de algumas linhas e horários da transportadora, entre setembro e dezembro de 2020, até ao valor máximo de 420 mil euros.

Com vista à melhoria da segurança rodoviária e à fluidez do tráfego, foram alvo de intervenção para beneficiação de pavimentos de faixa de rodagem 30 arruamentos e concluídos três pontos vermelhos (Zonas de Acumulação de Acidentes e Zonas de Proteção ao Peão).

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, em 2020 efetuaram-se reparações em 3.197 sinais de trânsito, recolocaram-se 1.443, e foram implementadas 1.733 balizas flexíveis. Acrescenta-se, ainda, a pintura de 45.197 m² de marcas rodoviárias.

Procedeu-se à eliminação de barreiras à circulação pedonal através do alargamento de passeios, da colocação de pavimentos táteis, do rebaixamento de 16 passadeiras, e da criação de fase própria para peão nas interseções, promovendo a melhoria das condições de acessibilidade dos peões, num total de 4.683 m² intervencionados, 36 zonas de proteção ao peão caracterizadas e seis zonas de partilha implementadas junto a equipamentos escolares e zonas de “kiss & ride”.

Todas as intervenções tiveram uma forte componente ambiental. Foram reutilizados materiais pré-existentes e consideradas soluções construtivas com respeito pelos índices adequados para permeabilidade dos solos, e incentivo à criação e conservação dos espaços verdes.

Para promover a pedonalização de determinados meios urbanos, outros 19 arruamentos viram uma beneficiação no que diz respeito à iluminação.

Em fevereiro de 2020 foram atribuídas três licenças de utilização do espaço público para modos suaves de transporte, que contemplavam um número máximo de 700 veículos/licença, com a possibilidade de ampliação para 900. Nasceram na cidade 215 locais de estacionamento de trotinetes e bicicletas elétricas.

Ao mesmo tempo, realizou-se uma campanha de sensibilização "Não é tudo teu, é tudo nosso!" com o objetivo de sensibilizar os cidadãos para as regras inerentes ao correto uso do sistema de partilha destes veículos em meio urbano, bem como para os benefícios dos modos suaves como meio de transporte não poluente.

Iniciou-se a expansão dos percursos cicláveis existentes no sentido de criar uma Rede Municipal de Ciclovias. Com a implementação de 16 km, a cidade tem agora um total de 35 km de vias cicláveis, dos 50 km projetados.

Atendendo a que a adesão ao título "Porto. 13-15" permitiu que cerca de 45% dos alunos dos 13 aos 15 anos usufruíssem gratuitamente do sistema de transportes público no ano letivo 2019/20, decidiu-se, em junho de 2020, alargar o programa até aos 18 anos. Em setembro, registavam-se 5.073 assinaturas mensais.

Neste ano, foram definidas as diretrizes para o Plano de Logística Urbana Sustentável (PLUS) do Porto, que se desenvolverá em 2021. Lançou-se, ainda, o procedimento para o licenciamento de dez locais para instalação de Postos de Carregamento Elétrico (PCE) e foram atribuídas dez licenças, que correspondem à instalação de 15 PCE.

Este foi o ano em que o Município do Porto assumiu a gestão do Funicular dos Guindais e do Elevador da Lada, de forma a enquadrar os equipamentos num sistema integrado de ligações mecanizadas entre a cota alta e a cota baixa do Centro Histórico, garantindo, assim, uma significativa melhoria da acessibilidade e da mobilidade. Neste período, contaram-se 6.384 viagens no Elevador da Lada e 18.348 no Funicular dos Guindais.

De igual modo, foram instaladas as ligações mecanizadas na zona de Miragaia, constituídas por três lanços de escadas mecânicas, que garantem um apoio assistido nas Escadas do Monte dos Judeus.

Foi adjudicada a concessão, construção, exploração e manutenção do parque público de estacionamento subterrâneo do Aviz e a exploração e manutenção do parque na Praça D. João I.

As 446 máquinas, correspondentes a 9.531 lugares de estacionamento pago na via pública, representaram um proveito/máquina de 5,9 mil euros e uma receita total de 2,7 milhões de euros. O número de avenças para residentes (incluindo bolsas de residentes) era, no final do ano, de 4.624. A diminuição significativa da receita é consequência da situação pandémica e da consequente suspensão da obrigatoriedade do pagamento do estacionamento entre 13 de março e 18 de maio.

A exploração do estacionamento na Zona Ocidental iniciou em janeiro de 2020 com 3.000 lugares de estacionamento e um resultado de 367.969,70 euros e 3.345 euros/máquina. O número de avenças para residentes em 31 de dezembro de 2020 era de 1.474.

Em 2020, foi lançado um concurso público internacional no campo da eficiência energética para o fornecimento e instalação de luminárias de tecnologia LED, dividido em 12 lotes, uma resposta aos desafios dos três pilares de sustentabilidade do município: ambiental, económico e social. Os alvos foram 149 unidades de pontos de luz, correspondentes a uma redução de mais de 52 mil kWt (um decréscimo de quase 49%), e menos 20.51 toneladas de emissão de CO₂ (menos 41%).

Neste contexto, a Divisão Municipal de Infraestruturas Viárias (DMIV) despoletou também um plano com vista à dotação de arruamentos de iluminação pública adequada e com níveis de eficiência energética ajustados ao combate às alterações climáticas, como é o caso da conclusão dos projetos das zonas B e C.

Além de ações de inventário e inspeção principal a diversas obras de arte, foi terminada a empreitada de reabilitação de juntas de dilatação em 30 obras de arte, feita uma inspeção especial ao muro este do Túnel de Goelas de Pau, e a manutenção corretiva em obras de arte e guardas metálicas.

Foram ainda desenvolvidas ou alimentadas as camadas em Arcgis para obras de arte, bicicletários, guardas metálicas e dissuasores fixos e amovíveis, e acompanhadas as ações de manutenção preventiva e corretiva em cinco túneis da cidade.

Através da empresa municipal GO Porto, EM, e com vista à melhoria da mobilidade e das infraestruturas, foram beneficiados e pavimentados arruamentos e percursos pedonais, com destaque para as empreitadas na Rua do Lagarteiro, Rua das Pedras Salgadas e Rua de Valpaços, Rua do Aval de Baixo, Rua Hernâni Torres e Rua Óscar da Silva, Rua do Pinheiro Grande e Rua das Berlengas, no parque de estacionamento Duque de Loulé, na Rua do Escritor Nuno de Bragança, Rua de Dom António Ferreira Gomes, Rua da Piedade, Rua de Calouste Gulbenkian, Rua do Abade de Faria e na Rua do Abade de Baçal.

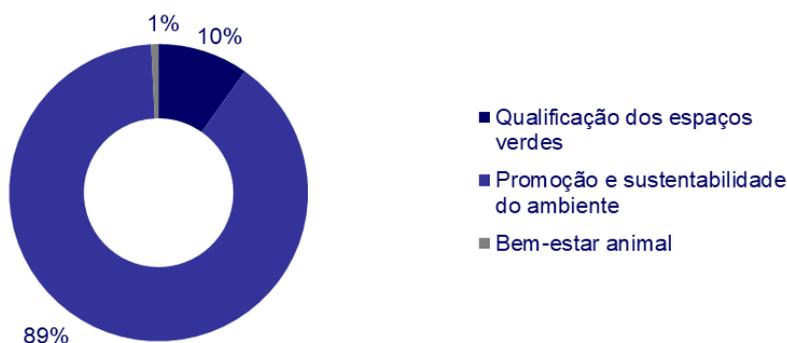
Iniciou-se ainda a pavimentação de arruamentos da zona da Foz do Douro, estando já concluídos os trabalhos na Avenida de Nun'Álvares Pereira, na Rua de S. Francisco Xavier, Rua de Diu, Rua do Farol, Rua do Teatro, Rua de Cândida Sá de Albergaria, na

Praça de Liège, na Rua do Faial, Rua do Dr. Sousa Rosa, Rua da Agra, Rua Pêro da Covilhã, Rua do Funchal e na Rua do Padrão.

Procedeu-se também à execução da empreitada de beneficiação dos percursos pedonais do Bairro da Pasteleira e deu-se início à beneficiação dos arruamentos do Bairro da Vilarinha e da Rua Vasco Valente, referindo-se ainda o prosseguimento dos trabalhos da empreitada do novo Terminal Intermodal de Campanhã.

4.12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

F. 6 - Ambiente e qualidade de vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas Qualificação dos Espaços Verdes com 1,4 milhões de euros, Promoção e Sustentabilidade do Ambiente, com 13,2 milhões de euros, e Bem-Estar Animal com 116,8 mil euros.

Destaques:





Dentro do programa Qualificação dos espaços verdes, em 2020 produziram-se 500 mil plantas ornamentais para plantação nos jardins. Ao nível da gestão do arvoredo urbano, foram podadas 4.800 árvores, registando-se 575 outras intervenções de segurança. Um

total de 354 caldeiras de árvores foram alvo de requalificação por apresentarem sinais de degradação. O arvoredo municipal em parques urbanos, jardins, escolas e em alinhamento atinge as 60.734 árvores.

Espaços como o Jardim do Marquês, o Jardim do Campo 24 de Agosto e os caminhos em volta dos lagos do Parque da Cidade viram o extrato vegetal requalificado. Uma área total de 12.380 m². Em 89% dos tratamentos efetuados para controlo de pragas e doenças utilizaram-se produtos biológicos.

No âmbito do programa Promoção e Sustentabilidade do Ambiente, e com vista a assegurar as condições de higiene, salubridade e controlo da vegetação, foi limpa uma área superior a 418 m². No âmbito do projeto Porto Cidade Sem Droga, 1.437 intervenções permitiram a recolha de mais de 70 mil quilos de resíduos.

Ao longo do ano, foram levadas a cabo empreitadas de construção e requalificação como o pavimento do jardim do Campo 24 de Agosto, a fonte Nossa Senhora da Conceição, os coretos do Jardim do Passeio Alegre e do Marquês, a impermeabilização da fonte da Av. de Montevideu, o viveiro municipal, o pavimento do espaço de jogo e recreio do Covelo, e ainda a ligação do saneamento das hortas das Condominhas, Aldoar e Oliveira ao coletor e a requalificação da horta da Lada.

Em colaboração com a empresa municipal GO Porto, EM, foi concluído o Parque Canino no Parque do Covelo, e desenvolvido o projeto de requalificação das infraestruturas do Parque de S. Roque e ainda o projeto do remate poente do Parque da Cidade.

O sistema de rega inteligente foi expandido aos jardins do Marquês, São Lázaro, Sarah Afonso, e da Av. de Montevideu, e aos parques da Pasteleira, Covelo, Virtudes e Palácio de Cristal.

Além da renovação da certificação ambiental EMAS – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, uma das certificações mais exigentes de âmbito ambiental, foi obtido o certificado de qualidade de conservação de espaços verdes Green Flag Award para o jardim do Passeio Alegre e Parque da Cidade.

A promoção da sustentabilidade da frota municipal assumiu um papel de relevo no trabalho do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas. O recurso e utilização preferencial de viaturas elétricas e híbridas plug-in permitiu uma poupança de 292 t de CO₂ na emissão de gases com efeito de estufa. Em 2020, mais de 60% das viaturas da frota municipal eram movidas a combustíveis “verdes”.

De referir, ainda, a implementação de procedimentos para a otimização da eficiência de gestão da frota quanto às ferramentas de registo de informação tecnológica de dados, às ações de manutenção preventiva e aos procedimentos para verificações periódicas às viaturas.

O planeamento e gestão ambiental assentou em diferentes eixos. Enquanto Cidade Consciente e Comprometida com um Futuro Sustentável, foi criado o Programa Virtual de Educação Ambiental. De entre os conteúdos temáticos – De binóculos no sofá, Biodiversidade em casa, Histórias com ambiente dentro, Ambiente descomplicado, Natureza a brincar, e Atelier da boa vida – produziram-se 54 episódios com transmissão no canal Youtube do município.

Integrando o Programa de Educação Ambiental, foram editados um novo Quickguide Ambiente, a Agenda Desmaterializada Porto 2021, um dossier experimental sobre economia circular e, parcialmente, um dossier sobre alterações climáticas.

Para proteger e valorizar o património natural, foi inventariado o número de pavões nos jardins do Palácio de Cristal, e concluído o procedimento de contratação do Florestas Urbanas Nativas Porto III (FUN Porto), que promove a sua expansão na cidade.

No mesmo sentido foram os estudos sobre controlo de gaivotas de patas amarelas e, em parceria com o CIIMAR, sobre a melhoria da qualidade da água nos lagos do Parque da Cidade. Das 316 desinfeções para controlo de pragas realizadas, 138 foram em contexto de resposta a situação de pedido/emergência.

Dentro do eixo Porto, Cidade Verde, Invicta, mas Resiliente, destaque para o projeto URBiNAT, financiado pelo H2020, cujo objetivo é envolver a população da área de intervenção no desenho e cocriação de corredores saudáveis entre bairros sociais e zonas degradadas com recurso a soluções de base natural, e que levou à decisão de criação do Parque da Alameda de Cartes.

Foi concebido o programa do concurso de ideias para o Cityloops, do H2020, que une seis cidades europeias focadas na demonstração de ferramentas e abordagens inovadoras para o planeamento urbano sustentável com o intuito de fechar o ciclo de fluxos de materiais urbanos e aumentar a sua capacidade regenerativa.

Depois de ações preparatórias em 2019, foi fechado o desenho da solução técnica do projeto myBUILDINGisGREEN, que tem como objetivo implementar soluções inspiradas na natureza em edifícios públicos como medida de adaptação às alterações climáticas.

Com o objetivo de rever o PDM no que toca às dimensões ambientais, foi desenvolvido o Índice Ambiental do Porto, e aberto o concurso público para o Plano de Arborização, com vista à melhoria dos investimentos.

Para promover a adaptação às alterações climáticas, teve lugar o workshop “Multi-scale climate change adaptation approach in Porto” - Cities Forum 2020. No mesmo sentido, encetou-se o Plano para a Energia e o Clima Porto / Plano de Descarbonização 2050 com a Agência de Energia do Porto, documento que agrega as componentes de “adaptação” e “mitigação” às alterações climáticas num único suporte estratégico.

Com o objetivo de promover a partilha de informação e conhecimento na área ambiental, o município coordenou o primeiro “Voluntary Local Report – Sustainable Development Goals”, com o Joint Research Centre / Comissão Europeia, em sintonia com o eixo estratégico Porto, Cidade Analítica e Transparente.

Na impossibilidade de realizar o evento “Casa Comum da Humanidade”, no Super Bock Arena - Pavilhão Rosa Mota, o Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental virou o foco para a edição de conteúdos de caráter informativo e científico sobre os limites do planeta e a necessidade de um “condomínio da Terra”, publicados no novo microsite de Ambiente.

Inseridos no eixo Porto, Cidade Laboratório, e no seguimento do objetivo de implementação do roadmap “Porto, Cidade Circular em 2030”, tiveram lugar dois eventos indutores da circularidade: o encerramento do projeto “Partnership on Circular Economy” e o “Hackaton Porto Cidade Circular”, à procura de soluções criativas dos jovens universitários.

Em 2020, o município apresentou a candidatura EEA Grants – Asprela + Sustentável e deu os primeiros passos com os projetos “Good Food Hubs” e “Reboot”. Além destes, foi ainda concebido o “Circula Porto”. Foi agilizada a adesão ao Pacto Português para os Plásticos e à European Circular Cities Declaration.

A parceria internacional com a Fundação Ellen MacArthur, no âmbito do FOOD e CE100, de promoção da economia circular, manteve-se ativa, assim como a publicação de artigos sobre a matéria, nomeadamente no livro “Alimentar boas práticas – da produção ao consumo sustentável 2020”, financiado pelo projeto Make Europe Sustainable for All, e na plataforma de economia circular, Partnership on Circular Economy. A estes se junta o relatório SHARING – Stocktaking and assessment of

typologies of Urban Circular Collaborative Economy Initiatives. Case Study: Porto – Urban and circular lifestyles (ESPON - Inspire Policy Making with Territorial Evidence).

Quanto à Gestão de Ruído Urbano, foram concluídas 219 reclamações, encontrando-se em instrução 267. Foram 80 as ações de monitorização de limitadores de potência sonora na “Zona da Movidá”, através de plataforma online. Foram emitidas 719 Licenças Especiais de Ruído (LER). No final de novembro, o município submeteu a consulta pública o Plano Municipal de Redução de Ruído versão 2.0.

No que concerne à gestão dos cemitérios municipais, através da empresa municipal GO Porto, EM, em 2020 encontravam-se em fase de conclusão as empreitadas de reabilitação da cobertura da Capela do Cemitério de Agramonte e da abóbada da Capela do Cemitério do Prado de Repouso, com uma execução no valor de 59,3 mil euros e de 127,8 mil euros, respetivamente.

Registou-se um decréscimo na atividade de gestão dos resíduos urbanos pela Porto Ambiente, EM: menos cerca de 16 mil toneladas, equivalente a quase menos 11%.

Com a aposta na recolha seletiva porta a porta foi possível chegar aos quase dois mil aderentes residenciais e a uma recolha de 825 toneladas de quantitativos, a que se juntam os mais de 830 aderentes não residenciais.

Entre as atividades de destaque da Porto Ambiente, EM estão a requalificação do ecocentro da Prelada e a renovação da frota de recolha com 29 novas viaturas, energeticamente mais eficientes e com menores níveis de emissão de ruído.

Ao longo do ano 2020 a Porto Ambiente, EM promoveu 572 ações de sensibilização para as temáticas relacionadas com a gestão de resíduos e a limpeza do espaço público, tendo em vista a consciencialização para as boas práticas ambientais e desenvolvimento sustentável. A par da sensibilização e, perante a repetição de comportamentos erráticos, foram instaurados 111 processos de contraordenação.

Em fevereiro, a empresa recebeu a certificação quanto à norma do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015, e em outubro o Selo de Qualidade da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Foi constituída uma área comercial para proporcionar aos utilizadores dos serviços prestados um acompanhamento contínuo e especializado. Em 2020, a Porto Ambiente, EM atingiu, pela primeira vez, a integral cobertura dos encargos por via da tarifa, sem necessidade de recorrer a qualquer montante de subsídio.

Não obstante um ligeiro aumento do consumo doméstico – provocado pelo confinamento domiciliário – a Águas do Porto, EM assistiu a uma contração significativa do consumo por parte dos clientes não domésticos, fruto da paragem das atividades económicas. O volume de água faturada foi pouco além dos 16,6 milhões m³, uma queda de 7,6% face ao ano anterior.

A empresa e o município definiram medidas de apoio aos clientes e à economia local como a disponibilização de condições excecionais de regularização de dívidas para clientes domésticos e não domésticos.

Estes últimos viram-se isentos do pagamento das tarifas de disponibilidade de água e de saneamento. Esta medida levou a que a Organização das Nações Unidas referenciasse o Porto como exemplo a seguir ao nível das políticas e soluções inovadoras para a proteção equitativa e recuperação da Covid-19 em contexto urbano.

A cidade continua a manter a excelência na qualidade da água na torneira do consumidor, com resultados de segurança acima dos 99%. Por seu lado, o volume de águas residuais tratadas nas ETAR foi de 20.255.427 m³, menos 3,9% do que em 2019.

Dentro do Plano de Ação para a Despoluição das Linhas de Água foram realizadas 1.570 inspeções nos troços a céu aberto. As ações decorreram, prioritariamente, e numa primeira fase, nas bacias hidrográficas associadas às ribeiras da Granja e da Asprela e ao rio de Vila.

Ainda dentro do objetivo de fazer da água um fator de afirmação da cidade, começou a ganhar vida o Parque Central da Asprela, uma parceria entre o município, a Águas do Porto, EM, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, com o apoio financeiro do Fundo Ambiental. A área reabilitada corresponderá a 567 m² de linha de água, à plantação de 645 novas árvores e à criação de percursos pedonais e cicláveis, implicando um investimento total de 1,6 milhões de euros.

A prioridade reside no controlo ativo de cheias da ribeira da Asprela, através da criação de uma bacia de retenção com uma capacidade de 10 mil m³, tendo como propósito a minimização e compensação dos impactos ambientais em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulnerável a episódios de cheias e inundações.

O Programa de Gestão e Redução da Água Não Faturada (ANF) permitiu que o índice de ANF se mantivesse nos 17%, uma das metas incluídas no objetivo de garantir a sustentabilidade económico-financeira da Águas do Porto, EM.

No mesmo sentido, a taxa de substituição de contadores para a diminuição do erro de medição global do parque ficou nos 12,8%, enquanto mais de 40% dos clientes já têm contadores com sistema de telemetria.

Dentro do projeto “Setorização Mais”, que prevê, com uma rede de abastecimento de água com um total de 87 zonas de medição e controlo (ZMC) e cerca de 250 pontos de monitorização, a redução das perdas de água e do índice da ANF, foram instalados caudalímetros em pontos estratégicos da cidade.

Ao longo do ano, decorreram intervenções de reabilitação de condutas e coletores de águas residuais e pluviais no Bairro do Regado, na Rua e na Travessa Senhora do Porto e nas ruas de Requesende, Daniel Filipe, Amigos do Porto, António Ferreira Gomes e Professor Carlos Teixeira.

De 2019 transitaram as obras de reconstrução do Laboratório e a ampliação do edifício comercial da Águas do Porto, EM. Em fase de consignação está a empreitada de reabilitação do edifício principal e de construção do edifício de apoio da Quinta de Baixo.

No final de 2020, a taxa de execução do Plano de Investimentos situava-se nos 88%, no que diz respeito a obras de reabilitação das infraestruturas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

Durante o ano assistiu-se à conclusão de nove empreitadas, com destaque para a remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais no Bairro de S. João de Deus e nas ruas Barão de Forrester e Particular de Monsanto.

2020 foi o ano em que todas as nove praias do Porto viram hasteada a Bandeira Azul. Foi o 13.º ano consecutivo para as zonas balneares da Foz, Gondarém e Homem do Leme e a estreia da zona do Castelo do Queijo, como resultado dos trabalhos de despoluição na ribeira de Aldoar.

As praias do Homem do Leme e do Carneiro mantiveram a distinção “Praia Acessível”, enquanto as da Pastora, Carneiro e Ourigo receberam o galardão “Qualidade de Ouro”, atribuído pela Quercus à excelência das águas.

O município foi distinguido como “Município Mais Azul” pela Associação Bandeira Azul da Europa e pela APA. É a quarta vez que o galardão é obtido nos últimos cinco anos. A distinção enaltece, ainda, os esforços de adaptação realizados nesta época balnear marcada pela pandemia de Covid-19.

As atividades habitualmente realizadas nas praias e no Pavilhão da Água foram transpostas para as plataformas online. Também do Pavilhão da Água, o Programa H2Out lançou o projeto H2Online, com laboratórios em videoconferência de experiências pedagógicas e lúdicas. O formato digital foi, igualmente, a solução encontrada pela Águas do Porto, EM para a realização da edição “O Futuro é Hoje” do Aquaporto, o maior festival de água e de ciência do país.

No final do ano, a Águas do Porto, EM transformou-se numa empresa de *utilities* integrada e passou a disponibilizar, também, serviços no domínio energético. Duas das novas funções são a gestão e ampliação da rede de carregadores para veículos elétricos, e a implementação de centros de produção de energia renovável na esfera das instalações municipais, que funcione não apenas para autoconsumo, mas que permita, igualmente, o fornecimento de energia ao abrigo das novas Comunidades Energéticas Renováveis (CER).

O segundo leque de competências, focado na eficiência interna do município, engloba uma estratégia energética municipal integrada e a gestão dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos consumos próprios e públicos. Contempla, igualmente, o apoio à gestão do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, a implementação de projetos de eficiência energética em instalações municipais e a negociação dos excedentes gerados pela produção de energia.

Trata-se de uma estratégia pioneira no contexto nacional, que pressupõe a participação dos munícipes, nomeadamente na produção de energia renovável através das CER.

A Águas do Porto, EM e a Portgás Distribuição assinaram um protocolo para o estudo da viabilidade de conversão de biogás em biometano para injeção na rede. Os resultados possibilitarão encontrar um modelo de exploração comercial viável e com maior racionalidade no negócio.

Esta iniciativa culminará na redução direta ou indireta dos elevados custos de operação das ETAR do Freixo e de Sobreiras, e contribuirá para as metas traçadas no Plano Nacional de Energia e Clima para 2030, que promove a descarbonização da economia e a transição energética com produção e incorporação de gases renováveis nas redes de distribuição de gás natural.

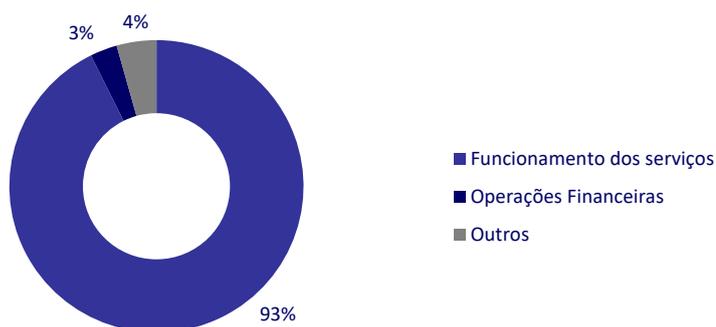
No âmbito do bem-estar animal, o Município do Porto procedeu à abertura do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), transferindo cerca de uma centena de animais do velho canil para o novo espaço.

Desde que está em funcionamento, já foram esterilizados 69 gatos. Do contrato com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) resultou a esterilização de outros 59, mais 47 cães.

Após o primeiro período de confinamento, foi retomado o programa de adoções, com quase 300 animais entregues a novas famílias. Foram legalizadas dez colónias CED (capturar – esterilizar – devolver) de gatos, contabilizando-se um total de 186 esterilizados, identificados eletronicamente e vacinados. Todos estes dados, assim como os relatórios, são agora registados numa aplicação online – Survey 123.

4.13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA

F. 7 - Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 97,1 milhões de euros, Operações financeiras com 3,1 milhões de euros e Outros com 4,6 milhões de euros.

Destaques:

Estreitar das relações com cidades chinesas para compra de material de proteção individual

REESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DE NOTÍCIAS E DO WEBSITE INSTITUCIONAL

1,9 M€

apoios por via da isenção do pagamento de taxas aos agentes do tecido económico, empresarial e comercial

<p>REDUÇÃO DA CARGA FISCAL DO IMI EM</p> <p>2,3 M€</p> <p>ao abrigo do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais</p>	<p>POUPANÇA DE</p> <p>16,3 M€</p> <p>na área de gestão de compras públicas</p>	<p>CERTIFICAÇÃO PELA NORMA NP 4452:2018 CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL</p>
<p>NOVO PORTAL DE ASSIDUIDADE</p>	<p>ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA RESPOSTA À COVID-19</p>	<p>Modernização da infraestrutura de comunicações de interligação dos edifícios municipais</p>
<p>ADAPTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS PARA A ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DO TELETRABALHO</p>	<p>4 979</p> <p>ações de fiscalização de ocupação do espaço público</p>	<p>“Vários assuntos, um só lugar”, estratégia basilar do Gabinete do Município para um atendimento centralizado num sistema multicanal integrado</p>
<p>257 779</p> <p>atendimentos no Gabinete do Município</p>	<p>ARTICULAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS COM AS EMPRESAS MUNICIPAIS E FORMAÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DE DADOS</p>	<p>Início de atividade do Departamento Municipal para a Descentralização Administrativa</p>

215 000€ COMPARTICIPAÇÃO EXTERNA
PARA 4 CANDIDATURAS

aprovadas pelo Portugal 2020, Programa Erasmus +, Mecanismo Financeiro
do Espaço Económico Europeu 2014-2021 e Instituto Francês

No âmbito do Funcionamento dos serviços, é incontornável o impacto e a necessidade de adaptação que a pandemia da Covid-19 trouxe ao município.

Quanto a relações internacionais, a resposta à pandemia serviu para estreitar relações com outras cidades estrangeiras, principalmente chinesas, que enviaram material de proteção individual, venderam material médico e apoiaram o município de forma ímpar.

Destaque para a organização do Cities Forum 2020, com um amplo trabalho realizado junto das Eurocidades e da Comissão Europeia, o Europe Direct que, mesmo em formato digital, contou com a participação de 2.735 pessoas nos 67 eventos levados a cabo, e ainda o trabalho desenvolvido junto do governo de Cabo Verde no campo do apoio à habitação. A nível das geminações e protocolos de cooperação, o foco vai para os acordos com as cidades de Ho Chi Minh, no Vietname, e Almaty, no Cazaquistão.

No plano interno, o papel institucional protocolar do município teve os momentos mais marcantes com as comemorações dos 200 Anos da Revolução Liberal do Porto, a assinatura do Auto de Consignação do Antigo Matadouro Industrial do Porto ou a assinatura de vários protocolos com o Governo de Portugal.

Ao nível da comunicação, em 2020 o principal projeto passou pela atualização e reestruturação do portal de notícias Porto., com o intuito de adaptar a plataforma às atuais exigência do ambiente online. A mudança fez com que a taxa de rejeição diminuísse e se enquadrasse dentro do que é esperado em websites de conteúdos.

Com 3.095 notícias publicadas e um crescimento de 33,8% em visualizações de página face ao ano anterior, sublinha-se a estratégia comunicacional que vincula o portal como canal de informação do Porto, capaz de gerar impacto nos utentes da cidade, mas também revelando-se uma fonte relevante para os principais órgãos de informação.

Já o website institucional da Câmara do Porto, que também foi alvo de reestruturação e atualização, superou as 2,3 milhões de visualizações de página.

Na rede social Facebook, o alcance médio diário obtido pelas páginas “Porto.” (34.756 utilizadores) e “Câmara Municipal do Porto” (52.377 utilizadores) teve um crescimento de 93% e 132%, respetivamente, no primeiro semestre de 2020. Na rede Youtube, registou-se um tempo total de visualização de 21.965 horas (aumento de 30% em relação a 2019) e um acréscimo de mais 1.848 subscritores.

Entre as várias ações desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Comunicação e Promoção com o objetivo de apelar ao cumprimento das normas restritivas decorrentes dos estados de emergência, destaque para as campanhas “Fica em Casa”; “Regras de prevenção Covid-19”; “São João em Casa”; “O Porto seguro é aqui” e “Campanha de Natal”, acompanhadas dos vídeos “Para voltarmos a ser este Porto. Fica em Casa”, “Abriu centro de rastreio móvel à Covid-19”, “Criado Hospital de Missão com aproximadamente 300 camas”, “Comerciantes do Porto mostram que é seguro voltar a comprar no comércio local”.

No domínio da auditoria interna, desenvolveram-se ações focadas na apreciação dos procedimentos relativos ao armazenamento e consumo dos combustíveis; na avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos inerentes à aquisição de imóveis pelo Município do Porto; no cumprimento do Código de Contratação Pública e na fixação do preço anormalmente baixo e dos critérios que presidiram a essa fixação do Procedimento Concursal CPCM/1/2020/DMC; no acompanhamento da aplicação da norma de Controlo Interno do município ao nível das disponibilidades; no relatório Execução Anual Prevenção de Riscos e Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; e no parecer da Direção Regional da Cultura do Norte sobre um processo urbanístico, de 31 de outubro de 2014.

No que concerne ao acompanhamento das auditorias externas, salienta-se a “Auditoria à operação NORTE-03-1204-FEDER-000005 - Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal – Fase 1” e a “Auditoria à operação NORTE-05-4943-FEDER-000045 - Reabilitação do Edifício Habitacional do Bairro do Cerco do Porto - 1ª. Fase”, realizadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, assim como a elaboração dos respetivos contraditórios.

Refere-se ainda a assessoria das reuniões trimestrais do Conselho Municipal de Finanças e a elaboração dos respetivos dossiers e atualização do centro documental.

No apoio à Câmara Municipal, destacam-se as atividades conducentes à realização das 26 reuniões do órgão executivo e publicação das respetivas deliberações, a preparação

e organização de 14 reuniões dos Conselhos Municipais (Ambiente, Cultura, Educação, Economia, Juventude, Segurança e Turismo), o serviço de atendimento telefónico dos Paços do Concelho, a divulgação de informação da autarquia através do Boletim Municipal Eletrónico (542 documentos em 52 boletins), da divulgação por correio eletrónico e publicação no Portal do Colaborador (198 documentos) e do envio para publicação em Diário da República (19 atos).

No apoio à Assembleia Municipal, sublinham-se as atividades de suporte em 25 reuniões do órgão deliberativo decorrentes da realização das 20 sessões, bem como a preparação, organização e apoio de 25 reuniões das diferentes Comissões. Foram assegurados o tratamento, encaminhamento e resposta de 276 pedidos diversos e 248 convites relacionados com a Mesa, 32 requerimentos e 62 pedidos diversos dos Grupos Municipais, 60 sugestões e 16 pedidos de munícipes, entidades e serviços municipais e garantida a divulgação de 11 convites, 86 documentos/informações e 915 atividades culturais dirigidos aos Membros da Assembleia.

A partir de fevereiro de 2020, as atas do órgão deliberativo passaram a ser enviadas para validação da Mesa da Assembleia Municipal num período máximo de 30 dias após a realização de cada sessão. No contexto da pandemia Covid-19, foram asseguradas, desde o primeiro confinamento, as condições técnicas e de apoio para funcionamento do órgão, das suas Sessões e Comissões, no cumprimento da legislação em vigor.

No que concerne à gestão da receita municipal, salienta-se a operacionalização das medidas municipais aprovadas de isenção do pagamento de taxas e rendas, tendo em vista a mitigação dos efeitos nefastos provocados no tecido económico e social pela doença Covid-19, no valor total de cerca de 1,9 milhões de euros, o que determinou um volume elevado de reembolso dos valores de haviam entretanto sido pagos.

Neste âmbito destacam-se os apoios concedidos, por via da isenção, aos agentes do tecido económico, empresarial e comercial da cidade - cuja atividade dependia da utilização do espaço público e que se viu interrompida por força do encerramento de vários estabelecimentos considerados não essenciais, incluindo feiras e mercados municipais -, e aos comerciantes inquilinos municipais. Refere-se ainda a suspensão do pagamento de estacionamento em parcómetros, a isenção de pagamento das avenças de estacionamento e do período de 120 minutos de estacionamento na época natalícia em parques de estacionamento municipais.

Por outro lado, assistiu-se à necessidade de tratamento dos donativos em espécie e em depósito bancário, no âmbito da iniciativa da campanha solidária de angariação de receitas a favor da Câmara do Porto destinada a apoiar a instalação e funcionamento de hospitais de campanha na cidade, em retaguarda aos Centros Hospitalares de São João e Universitário do Porto, que atingiram um valor próximo dos 490 mil euros.

De salientar a aplicação do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP), que visa a concretização das seguintes medidas públicas municipais: o desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais; o estímulo à habitação própria e permanente na cidade do Porto e à fixação de residência de famílias e jovens, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana aprovadas do Centro Histórico, da Baixa, da Lapa, do Bonfim e de Massarelos e o apoio à reabilitação urbana.

Das medidas fiscais nele preconizadas, destaca-se a isenção parcial do IMI, que aumentou de 10% para 15% da taxa vigente, para os prédios destinados a habitação própria e permanente do proprietário e que correspondam ao seu domicílio, que resultou na redução da carga fiscal em cerca de 2,3 milhões de euros para 52 mil agregados familiares.

A esta juntam-se os benefícios fiscais acima dos 34 mil euros para prédios urbanos, objeto de reabilitação, destinados a habitação sujeita a custos controlados de que sejam titulares associações de moradores, bem como a isenção do IMI e do IMT reconhecida pela Câmara Municipal, no total estimado de 2,3 milhões de euros.

No âmbito da gestão de tesouraria destaca-se a implementação da tecnologia “Contactless” nos Terminais de Pagamento Automático (TPA’s) do Município do Porto, como medida de controlo e diminuição do risco de propagação da doença Covid-19.

Na área da gestão financeira e orçamental, 2020 ficou marcado pela entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, adotando-se as respetivas Normas de Contabilidade Públicas nos registos contabilísticos dos factos orçamentais e financeiros na preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2021.

Procedeu-se à preparação da prestação de contas de 2019, no âmbito do POCAL, à elaboração de análises financeiras e aos reportes de informação às entidades externas, e foi dada continuidade ao acompanhamento dos desenvolvimentos do novo ERP financeiro.

No âmbito da gestão do património, e no que ao inventário diz respeito, contabilizaram-se 13.255 novos bens e a eliminação de 4.167, na sequência de 130 processos de abate. Foram realizadas 43 operações de aquisição e alienação de imóveis, sendo que a gestão das ocupações dos bens imóveis por entidades terceiras rendeu ao município 2,2 milhões de euros.

No final de 2020, e em consequência do reforço de meios, o projeto de georreferenciação dos imóveis municipais disponibilizou para consulta no website institucional informação sobre 97% dos prédios propriedade privada municipal, um acréscimo de 29 pontos percentuais.

Ao longo do ano, foram iniciados projetos para reforço da qualidade da informação existente, resposta ao munícipe e do acompanhamento dos bens imóveis: Património Regista; Património Verifica, com a verificação de 93% dos contratos ativos; Património Acompanha, com a realização, nos três últimos meses do ano, de 255 visitas a imóveis municipais para aferir do seu estado de conservação; e Património Responde que, desde outubro, preconiza a iniciativa municipal de informação ativa junto dos munícipes sobre o estado e evolução do respetivo processo, com a realização de 114 comunicações.

No que concerne à área da gestão de compras, foram celebrados 2.841 contratos, no valor total de 76,8 milhões de euros, salientando-se a poupança gerada no valor de 16,3 milhões de euros, sendo o mesmo resultado da comparação entre as condições mínimas sujeitas à concorrência e as condições das propostas adjudicadas, e corresponde a mais de 21% do valor contratado.

O valor contratado com concorrência corresponde a 82,4% do valor total e traduziu-se num aumento de 17 pontos percentuais em relação a 2019.

Ao longo de vários anos, a atividade de compras tem vindo a incentivar a inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos. Neste ano, foi atingido o melhor resultado de sempre, com o crescimento do peso destes contratos no valor contratado a subir mais de 27 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior.

Os contratos contínuos são uma modalidade em que se tem vindo a apostar para agilizar a resposta às necessidades aquisitivas sentidas por diversos serviços no desenvolvimento das suas atividades. Estes contratos caracterizam-se por não se esgotarem com a satisfação de uma primeira necessidade, mas por se manterem em vigor para a satisfação de necessidades futuras, seja por um ou vários serviços

municipais. A aposta fica bem patente no crescimento deste indicador em mais de quatro pontos percentuais em relação a 2019.

O Município do Porto tem vindo a apostar em iniciativas focadas em medidas de bem-estar, de forma a proporcionar, junto dos seus trabalhadores, uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento pessoal e profissional.

Perspetivando as melhores práticas, o município continua a investir numa Gestão de Recursos Humanos mais estratégica, mais humanizada, transparente e centrada no desenvolvimento, satisfação e bem-estar dos trabalhadores.

O ano de 2020 foi particularmente desafiante e, como tal, a intervenção, na área dos Recursos Humanos, ao nível da saúde, segurança e capacitação para lidar com contextos novos, assim como a definição de medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, mereceu um forte investimento, como comprova a certificação pela norma NP 4452:2016, validada da transição da norma de Recursos Humanos para a Norma de Gestão de Pessoas NP: 4427:2018.

Ainda no que diz respeito à Gestão Integrada e Desenvolvimento Organizativo, o município teve validado por auditoria externa todo o seu Sistema de Gestão, tendo também implementado um modelo de Gestão de Trabalho Integrado, com suporte a uma plataforma colaborativa e recurso a metodologias Kaizen, numa ótica de melhoria contínua dos processos de trabalho e de comunicação.

Apesar dos constrangimentos criados pela Covid-19, o município manteve toda a sua atividade formativa aos diferentes níveis adaptando-se aos novos contextos, desenvolveu todos os processos de recrutamento e seleção - já com a plataforma digital – respondendo, assim, às necessidades dos serviços, tendo ainda introduzido dois novos canais para a divulgação de oportunidades de recrutamento e participado em eventos de aproximação ao mercado de trabalho e às universidades.

Com vista à melhoria contínua, foi implementada a base de dados de recrutamento e seleção, criado um novo Portal de Assiduidade e um *dashboard* de gestão de stock de equipamento de proteção individual, e entrou ainda em funcionamento o novo portal de Avaliação de Desempenho.

Ao longo do ano, foram várias as ações levadas a cabo no sentido de mitigar os efeitos da pandemia. Depois de elaborado o Plano de Contingência, foi disponibilizada uma linha de enfermagem, preparadas 74 salas de isolamento, disponibilizado equipamento

de proteção individual (424.033 máscaras, 98.694 pares de luvas, 46.630 soluções desinfetantes, e outros), colocados 12.350 materiais de sinalética, reforçados os meios de higiene e rotinas de limpeza, realizados 14 *webinars* informativos, além dos 968 testes serológicos e 260 testes antigénio efetuados.

Transversal a todas estas atividades, os Sistemas de Informação do Município do Porto concluíram a modernização da infraestrutura de comunicações de interligação dos diversos edifícios municipais, instalando equipamentos com características capazes de suportar um maior número de utilizadores, com maior velocidade e mais eficácia.

A rede técnica da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, até agora independente da rede informática da Câmara devido à sua especificidade técnica, foi reestruturada em 2020. A introdução de novos sistemas de controlo de zonas de trânsito condicionado, gestão de túneis, escadas mecanizadas e sistema de videowall, obrigou a adaptar e expandir esta rede e compatibilizá-la com a rede da autarquia.

Foi dada continuidade à reestruturação da infraestrutura de comunicações de voz do município, com a instalação de uma central virtual com capacidade para registo de todos os equipamentos terminais de voz, e com funcionalidades de redundância em caso de falha.

Durante o ano, foi preparada a transição para o novo ERP (Enterprise Resource Planning) financeiro e, na área da informação geográfica, foram realizados desenvolvimentos evolutivos e novos *dashboards* de visualização de indicadores e ocorrências georreferenciadas em mapas (temporal-spatial).

Foi mantida a aposta no Portal de Gestão - portal de Business Intelligence do município - e na utilização da ferramenta Power BI para a disponibilização de dashboards, tendo sido incluídos novos temas nas áreas: Atendimento, Jurídica, Ambiente, Taxa Turística e Consumos de Telefones e Impressoras.

A adoção do regime de teletrabalho, motivado pela pandemia Covid-19, obrigou o Departamento Municipal de Sistemas de Informação a reforçar a segurança dos sistemas de informação (adoção de dupla autenticação na VPN, aquisição de Software de Gestão de Eventos, Firewall, entre outros), aumentar o licenciamento da VPN, adotar uma ferramenta de trabalho colaborativo (Microsoft Teams) para 1.643 utilizadores e adquirir 237 portáteis para cedência temporária.

No ano de 2020, o suporte prestado abrangeu 2.443 utilizadores e 2.973 computadores pessoais, distribuídos por 94 locais no concelho do Porto. Foi também prestada assistência a 95 aplicações de apoio às diferentes áreas de negócio da autarquia e a 308 servidores físicos e virtuais. Na atividade diária foram registados e resolvidos 16.817 pedidos e incidentes, num total de 56.012 horas.

No âmbito da assessoria jurídica, foram emitidos 1.222 pareceres, a maior parte relativa a Recursos Humanos (25%), Finanças e Património (19%) e Urbanismo (12%). Foi também garantida assessoria jurídica na revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município do Porto, do Regulamento da Redução das Taxas Urbanísticas, dos Regulamentos das Feiras Municipais, da alteração ao Regulamento Porto Solidário e também de dossiers e projetos transversais à autarquia.

Em matéria de contencioso, foi garantida a representação judicial em 66 novos processos de contencioso administrativo, seis novos processos de contencioso tributário e 11 processos de natureza penal.

O município foi notificado de várias sentenças, das quais 71 transitaram em julgado, sendo 54 dessas sentenças favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 76%.

Aproveitando a suspensão de prazos judiciais, e conseqüente diminuição de trâmites processuais, iniciou-se o projeto “Combate às Pendências DMC”, que tem como principais objetivos: organizar o Arquivo de Processos Judiciais – fisicamente e em Porto.Doc -, e enviar para o Arquivo Geral os processos em que já tenha decorrido o tempo de conservação no nosso serviço.

Ao nível da cobrança coerciva, foram instaurados 7.076 processos de execução fiscal e 1.241 processos de contraordenação, tendo-se cobrado o montante de um milhão de euros. Quanto a processos judiciais de contraordenação, o município foi notificado de 44 sentenças, sendo 37 dessas favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 86%.

No âmbito do apoio jurídico em matéria de contratação e articulação com as empresas municipais, foram emitidos 1.709 pareceres jurídicos, com tempo médio de resposta de dois dias.

No serviço de notariado foi garantido o acompanhamento e promoção de processos, que culminaram com a realização de 41 escrituras públicas. Procedeu-se ao tratamento

e registo de 452 contratos e/ou protocolos. No que concerne à organização interna do serviço, realizou-se o arquivo de 344 processos de escrituras do Notário Privativo.

No que diz respeito à área do Tribunal de Contas, foi prestado apoio jurídico na instrução de 27 novos processos. Quanto ao apoio às empresas municipais, foi robustecida a articulação com o município, promovendo-se canais de comunicação direta.

Sendo a realização de vistorias e inspeções a interiores de prédios habitados uma atividade “core” do Departamento Municipal de Fiscalização, as mesmas, por força do confinamento, foram desmarcadas em março e apenas retomadas em meados de maio. Por outro lado, reforçaram-se as dinâmicas de fiscalização preventiva em áreas menos dependentes do contacto com munícipes.

A fiscalização de ocupação do espaço público – um total de 4.979 ações - passou a incidir, principalmente, na ocupação por motivo de obras - andaimes e tapumes – dado que esta atividade se manteve em pleno funcionamento. A fiscalização de ocupação de espaço público com esplanadas direcionou-se para ações de sensibilização.

Em 2020, foram comunicadas ao município 1.564 obras particulares, na sua maioria situadas na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Foi também aí que se realizou a maior parte das 409 comunicações apresentadas e fiscalizadas para início de trabalhos no subsolo.

Fez-se o acompanhamento de 568 obras na sequência de denúncias, a vistoria a 448 edificações para aferir condições de segurança e salubridade e a 344 edificações para verificação do estado de conservação antes e após as obras de reabilitação para efeitos de atribuição de benefícios fiscais.

Foram também iniciados 976 processos de vistoria de alojamento local, deu-se seguimento a 3.760 pedidos de inspeção de elevadores, tendo-se registado 734 participações de atos ilícitos para efeitos de instauração dos correspondentes processos contraordenacionais.

No que concerne à Direção Municipal dos Serviços ao Munícipe, deu-se continuidade à estratégia basilar do Gabinete do Munícipe (GM), “Vários assuntos, um só lugar”, para garantir um atendimento centralizado num sistema multicanal integrado. Apesar da pandemia, o GM manteve, aproximadamente, o mesmo número global de atendimentos de 2019, precisamente 257.779, numa média diária de 1.019 atendimentos.

Assinala-se um aumento de 28% nos atendimentos por telefone (quase 156 mil, numa média diária de 617 chamadas). Também os requerimentos apresentados online assistiram a um crescimento de 72% (mais de 54 mil, numa média diária de 215 formulários).

No mesmo sentido foram as atividades de gestão do arquivo municipal, com a disponibilização de um serviço de consulta de processos através de MSTeams, garantindo o acesso aos documentos administrativos durante o período de encerramento do atendimento presencial.

No domínio da Gestão de Fundos Europeus, as principais atividades centraram-se na pesquisa de fontes de financiamento, na preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo e na monitorização da execução dos projetos com financiamento externo.

Em 2020 foram pesquisadas cerca de 451 linhas de financiamento de diversos programas, no âmbito do Portugal 2020, de iniciativas e programas geridos pela Comissão Europeia, como o Europa Criativa, Europa Para os Cidadãos, Erasmus +, Mecanismo Interligar a Europa, Horizonte 2020, bem como o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, e outros fundos designadamente o Fundo Ambiental, e os promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foram divulgadas junto dos serviços 76 linhas de financiamento: 16 no âmbito do Portugal 2020, incluindo os programas de Cooperação Territorial, 35 ao abrigo de programas geridos pela Comissão Europeia e 25 de outras iniciativas, designadamente fundos geridos pela Administração Central.

No âmbito da atividade de preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo, foram apresentadas 10 candidaturas a financiamento, que representam um investimento elegível de 2,8 milhões de euros e uma participação externa de 2,1 milhões de euros.

O município viu aprovadas quatro candidaturas no âmbito do Portugal 2020, do Programa Erasmus +, Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 e do Instituto Francês, correspondendo a um investimento total e elegível de 575 mil euros e a uma participação externa de 215 mil euros.

No ano de 2020, foi necessário assegurar a gestão de 55 candidaturas: as quatro aprovadas no ano em apreço e 51 aprovadas em anos anteriores. Estas candidaturas correspondem a um investimento elegível de 70,4 milhões de euros e uma participação externa de 58,2 milhões de euros.

Foram ainda apresentados 13 pedidos de reprogramações temporais e ou financeiras e efetuados 87 pedidos de pagamento com um investimento de 15,8 milhões de euros. A comparticipação recebida dos programas de financiamento foi de 9,6 milhões de euros.

Apesar da desaceleração da execução de alguns projetos, bem como da análise dos pedidos de pagamento por parte dos programas de financiamento, causados pela pandemia, registou-se um aumento da receita face ao ano de 2019, para o qual contribuíram os projetos: Mercado do Bolhão, Terminal Intermodal de Campanhã, Requalificação do Bairro do Cerco e a Escola Alexandre Herculano.

O Departamento Municipal de Proteção de Dados iniciou, formalmente, o cumprimento da obrigatoriedade de efetuar o registo de todas as atividades de tratamento de dados que envolvam dados pessoais e de garantir a conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tendo-o concluído em 19 Unidades Orgânicas.

Importa ainda destacar o trabalho efetuado internamente visando clarificar e redefinir procedimentos e sugerir a adoção de boas práticas, elaboração de formulários, minutas e impressos específicos para a proteção de dados.

Durante o ano, foram articuladas boas práticas e orientações com as empresas municipais, ações de sensibilização junto de grupos de colaboradores do município - particularmente pivôs da proteção de dados, aos quais está a ser ministrada a formação Ação Proteção de Dados - Criação de Modelo Organizacional -, e foi dada continuidade às avaliações de impacto, aos CCTVs internos (closed-circuit television / circuitos fechados de televisão) operados pelo município.

O departamento passou a integrar o grupo de trabalho do Open Data, em colaboração com a Associação Porto Digital e o Departamento Municipal de Sistemas de Informação, dando um importante passo na definição e comunicação da Política de Valorização de Dados do Município do Porto, visando o desenvolvimento de uma cultura organizacional de decisão apoiada em dados e que assuma, de forma transversal à organização, a importância da informação na gestão e operação dos serviços públicos.

Complementarmente, o DMPD encontra-se a colaborar com o projeto Data4Covid19, na definição de recursos e datasets que podem assumir relevância para a matriz de risco desenhada pela mobilidade dos cidadãos da região do Porto.

Com a operacionalização do Departamento Municipal para a Descentralização Administrativa, cuja atividade iniciou em setembro de 2020, foi harmonizada a estratégia

e desenvolvidos mecanismos internos com o intuito de se assegurar o processo de transferência de competências para o município, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e dos vários diplomas sectoriais relacionados com esta matéria.

Foram definidas as áreas prioritárias de intervenção e o planeamento das atividades a desenvolver, e prestado suporte na produção de documentos formais da autarquia.

Foi possível iniciar um trabalho em rede e colaborativo com vista à análise, de forma integrada, dos efeitos do processo de transferência de competências, os procedimentos a criar e a implementar e as implicações nos serviços prestados aos munícipes, nas diversas áreas objeto de descentralização administrativa.

Relatório de Gestão _____ 2020

Relatório Financeiro

5. RELATÓRIO FINANCEIRO

5.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os rácios orçamentais registam, em 2020, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

Q. 4 - Indicadores

Indicador	2018	2019	2020
Receita			
Variação da receita total	12,0%	7,5%	-2,4%
Receitas correntes / Receitas totais	67,3%	69,3%	61,4%
Variação das receitas correntes	13,6%	10,6%	-13,6%
Receitas fiscais / Receitas correntes	74,7%	77,0%	73,9%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	123,9%	127,1%	120,7%
Receita total / receita orçada	115,8%	117,1%	113,4%
Receita cobrada efetiva / Total receita cobrada efetiva	3,3%	5,9%	8,1%
Recebimentos / Liquidações	95,2%	95,6%	95,2%
Despesa			
Variação da despesa total	19,0%	5,0%	-3,2%
Despesas correntes / Despesa total	61,4%	64,8%	67,1%
Variação das despesas correntes	2,4%	10,8%	0,2%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	50,0%	47,8%	47,8%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	86,6%	87,6%	81,6%
Despesa total / Despesa orçada	84,2%	83,2%	79,8%
Despesa paga efetiva / Total despesa paga efetiva	30,9%	31,3%	32,0%
Pagamentos / Obrigações	99,5%	99,5%	99,1%
Equilíbrio orçamental e Dívida			
Saldo corrente / Receitas correntes	33,7%	33,6%	23,0%
Serviço da dívida / Receitas correntes	11,8%	5,5%	0,01%

Nota: receita cobrada bruta

A receita total regista um decréscimo de 7,9 milhões de euros, relativamente ao ano de 2019. Para este decréscimo contribuem a diminuição das receitas correntes em 31,7 milhões de euros, as receitas de capital com um aumento de 9,9 milhões de euros, as reposições não abatidas aos pagamentos com uma variação positiva de 1,8 milhões de euros, e um aumento do saldo da gerência anterior em 12 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuiram para a redução das receitas correntes, quando comparadas com 2019.

A estrutura da receita efetiva evidencia o aumento do peso da receita de capital por força do acréscimo das transferências de capital e os recebimentos apresentam um bom desempenho ao longo dos anos, sendo superiores a 95% das liquidações efetuadas.

Ao nível das despesas totais verifica-se uma redução de 3,2%, por força da redução em 7,9 milhões de euros das despesas capital, nomeadamente dos passivos financeiros.

A variação positiva nas despesas correntes, de apenas 282 mil euros, resulta do aumento nas rubricas de despesas com pessoal, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes conjugado com a redução na aquisição de bens e serviços e nos juros e outros encargos.

A estrutura da despesa efetiva evidencia um ligeiro aumento do peso da despesa de capital por força do acréscimo do investimento. Por outro lado, os pagamentos apresentam um desempenho muito próximo dos 100%, em linha com um dos objetivos do Município de manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores.

A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

A variação percentual do saldo corrente, superior à ocorrida na receita corrente faz com que o rácio que lhe está associado reduza 10,6 p.p face ao ano anterior.

O acentuado decréscimo do serviço da dívida, sendo de apenas 15,1 mil euros em 2020, justifica o valor do rácio associado às receitas correntes, assim como a redução relativamente ao ano anterior.

5.1.1. Equilíbrio orçamental

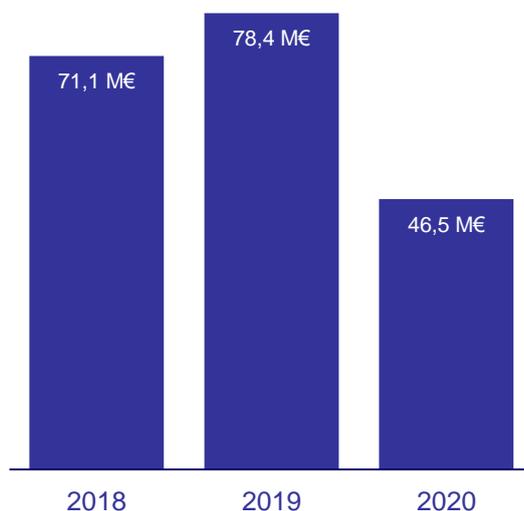
Q. 5 – Regras orçamentais de equilíbrio

Designação	2020	2019	Variação
	€	€	19-20
Saldo corrente	46 474 750,06	78 441 699,96	-40,8%
Equilíbrio orçamental - excedente anual	45 876 413,63	78 441 699,96	-41,5%
Saldo capital	-55 392 140,67	-56 047 823,97	1,2%
Saldo global*	-4 386 482,70	25 081 066,17	-117,5%
Saldo primário*	-4 371 384,51	25 164 501,85	-117,4%

* Valores de 2019 ajustados para efeitos de comparabilidade. Não inclui o saldo de gerência

A regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o RFALEI, estabelece que o orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e ainda que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre esta regra orçamental, sendo o saldo corrente de 46,5 milhões de euros, superior aos 17 milhões de euros previstos no orçamento inicial, o que permitiu financiar as despesas de capital.

F. 8 - Evolução do saldo corrente



A evolução do saldo corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento. O decréscimo da receita corrente fruto da atual crise económica influenciou negativamente o saldo corrente cujo valor foi inferior ao verificado no ano de 2019.

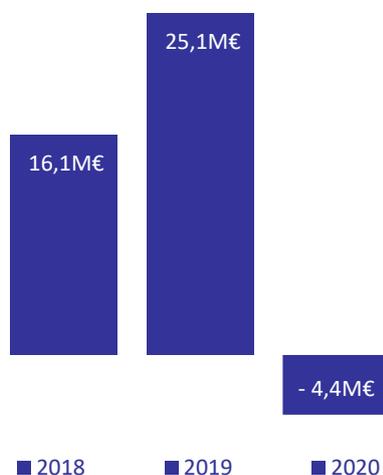
Para além do bom desempenho financeiro evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda o equilíbrio orçamental positivo de 45,9 milhões de euros, obtido através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo que compara com o valor de 78,4 milhões de euros do ano anterior. Apesar da redução verificada o equilíbrio orçamental é robustamente positivo.

A saldo de capital evidencia uma variação positiva relativamente ao ano de 2019, decorrente do aumento do investimento e do crescimento da receita de capital por força das transferências de capital.

O saldo global de – 4,4 milhões de euros é superior ao previsto em orçamento. O desvio entre o saldo global orçamentado e o obtido no final do ano justifica-se pela redução da despesa efetiva superior à redução da receita efetiva.

O decréscimo do saldo global e do saldo primário face a 2019 é justificado essencialmente pelo acentuado decréscimo da receita corrente.

F. 9 – Evolução do saldo global



A evolução do saldo global ao longo dos últimos três anos evidencia o impacto que a crise sanitária ocorrida em 2020 teve ao nível da receita efetiva que reduz substancialmente em comparação com o ano de 2019. No entanto, a capacidade de poupança do Município, permitiu de forma sustentada, manter o equilíbrio das finanças municipais, financiando maioritariamente o investimento com meios próprios.

5.2 ANÁLISE DA DESPESA

5.2.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

Q. 6 – Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	82 565 267,00	26,2%	77 695 991,31	26,8%	-4 869 275,69	-5,9%
Aquisição de bens e serviços	63 311 900,00	20,1%	64 924 622,95	22,4%	1 612 722,95	2,5%
Juros e outros encargos	307 832,00	0,1%	15 298,19	0,0%	-292 533,81	-95,0%
Transferências correntes	11 359 089,00	3,6%	14 466 607,46	5,0%	3 107 518,46	27,4%
Subsídios	31 533 471,00	10,0%	29 768 972,71	10,3%	-1 764 498,29	-5,6%
Outras despesas correntes	3 048 292,00	1,0%	3 806 687,81	1,3%	758 395,81	24,9%
Despesas correntes	192 125 851,00	61,0%	190 678 180,43	65,7%	-1 447 670,57	-0,8%
Aquisição de bens de capital	114 414 783,00	36,3%	91 366 514,25	31,5%	-23 048 268,75	-20,1%
Transferências de capital	4 371 500,00	1,4%	4 293 521,00	1,5%	-77 979,00	-1,8%
Ativos financeiros	545 140,00	0,2%	3 105 300,00	1,1%	2 560 160,00	469,6%
Outras despesas de capital	3 542 726,00	1,1%	810 914,32	0,3%	-2 731 811,68	-77,1%
Despesas de capital	122 874 149,00	39,0%	99 576 249,57	34,3%	-23 297 899,43	-19,0%
Total	315 000 000,00	100,0%	290 254 430,00	100,0%	-24 745 570,00	-7,9%

Embora a elaboração do orçamento seja norteada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que medeia a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita.

De acordo com o definido na NCP 26, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental, que permite a adequação do orçamento à execução orçamental. Neste sentido, as alterações orçamentais efetuadas em 2020, no seu conjunto, determinaram uma diminuição do valor global do orçamento de 24,7 milhões de euros entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

As modificações ao orçamento, não tendo alterado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes, em 4,7 p.p., essencialmente pelo efeito da redução do peso das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, as transferências correntes, cujo reforço resultou do aumento da dotação para apoio ao associativismo portuense, da inscrição de dotação no âmbito da Linha de Emergência de Apoio às Associações do Porto, do programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos e das novas candidaturas do Porto Solidário no âmbito do Fundo Municipal de Emergência Social.

Na aquisição de bens e serviços o reforço justifica-se, essencialmente, nas ações de resposta do Município no âmbito da pandemia do COVID-19, nomeadamente, das rubricas de outros bens e alimentação – refeições confeccionadas. Foram também reforçadas as dotações para vigilância e segurança, outros trabalhos especializados, limpeza e higiene e locação de edifícios.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas essencialmente para pagamento do IVA ao Estado.

Nas despesas de capital o reforço verificou-se nos ativos financeiros para reforço do capital social da Porto Ambiente.

As reduções mais significativas dos diversos agrupamentos de despesa do orçamento ocorrem, ao nível das despesas correntes, nas despesas com pessoal em resultado do ajustamento das respetivas dotações face ao valor efetivamente realizado e nos subsídios, nomeadamente, os destinados à Porto Ambiente e Ágora, EM.

Ao nível das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofrem uma redução essencialmente por força dos ajustamentos aos contratos com as empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM tendo em conta a reprogramação de diversos investimentos e em outras despesas de capital, para fazer face ao valor necessário para o pagamento de indemnizações.

Q. 7 – Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia Municipal	160 900,00	0,1%	161 400,00	0,1%	500,00	0,3%
Executivo Municipal	6 778 561,00	2,2%	8 024 408,00	2,8%	1 245 847,00	18,4%
D. M. da Presidência	1 982 864,00	0,6%	2 312 654,95	0,8%	329 790,95	16,6%
D. M. Finanças e Património	142 683 243,00	45,3%	114 881 560,03	39,6%	-27 801 682,97	-19,5%
D. M. Recursos Humanos	84 144 699,00	26,7%	79 750 373,74	27,5%	-4 394 325,26	-5,2%
D. M. Cultura	6 179 187,00	2,0%	6 925 191,91	2,4%	746 004,91	12,1%
D. M. Mobilidade e Transportes	28 597 747,00	9,1%	27 978 872,57	9,6%	-618 874,43	-2,2%
D. M. Urbanismo	1 949 680,00	0,6%	1 444 834,19	0,5%	-504 845,81	-25,9%
Dep. M. Sistemas de Informação	5 154 335,00	1,6%	5 845 286,54	2,0%	690 951,54	13,4%
Polícia Municipal	5 665 000,00	1,8%	6 632 743,74	2,3%	967 743,74	17,1%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	1 715 200,00	0,5%	2 637 444,32	0,9%	922 244,32	53,8%
D. M. Serviços Jurídicos	795 100,00	0,3%	867 220,00	0,3%	72 120,00	9,1%
D. M. Educação	6 734 040,00	2,1%	6 116 872,86	2,1%	-617 167,14	-9,2%
Dep. M. Turismo e Comércio	2 507 570,00	0,8%	3 009 997,04	1,0%	502 427,04	20,0%
Dep. M. Fiscalização	354 515,00	0,1%	354 704,00	0,1%	189,00	0,1%
Dep. M. Coesão Social	3 889 075,00	1,2%	4 570 583,42	1,6%	681 508,42	17,5%
D. M. de Serviços ao Município	584 566,00	0,2%	651 130,27	0,2%	66 564,27	11,4%
Div. M. da Juventude	207 000,00	0,1%	197 209,87	0,1%	-9 790,13	-4,7%
Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento	135 750,00	0,0%	95 466,00	0,0%	-40 284,00	-29,7%
Serviço M. de Proteção Civil	135 500,00	0,0%	170 339,00	0,1%	34 839,00	25,7%
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	2 434 851,00	0,8%	1 533 709,46	0,5%	-901 141,54	-37,0%
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	10 254 059,00	3,3%	11 810 855,24	4,1%	1 556 796,24	15,2%
Dep. M. de Economia	1 086 786,00	0,3%	1 136 674,66	0,4%	49 888,66	4,6%
Dep. M. de Proteção de Dados	16 800,00	0,0%	16 800,00	0,0%	0,00	0,0%
Dep. M. de Descentralização Administrativa			7 500,00	0,0%	7 500,00	
Operações Financeiras	852 972,00	0,3%	3 120 598,19	1,1%	2 267 626,19	265,9%
Total	315 000 000,00	100%	290 254 430,00	100,0%	-24 745 570,00	-7,9%

Do ponto de vista dos Serviços Responsáveis, e em termos de reforços orçamentais destacam-se as Operações Financeiras, com 2,3 milhões de euros para aumento do capital social da empresa municipal Porto Ambiente; o Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI) com 1,6 milhões de euros para equipamento básico, encargos das instalações e outros trabalhos especializados; o Executivo Municipal com 1,2 milhões de euros para apoio ao associativismo portuense e para a Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto e na Polícia Municipal para a vigilância e segurança.

Em termos de anulações orçamentais, destacam-se a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP), com -27,8 milhões de euros, essencialmente por força do ajustamento aos contratos com as empresas municipais, Domus Social, EM e GO Porto, EM a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), com -4,4 milhões de euros, em resultado do ajustamento das dotações das despesas com pessoal face ao valor efetivamente realizado e o Departamento Municipal de Planeamento e Gestão

Ambiental com -901,1 mil euros, nomeadamente, por ajustamentos às ações financiadas LIFE, Urbinat e City Loops.

5.2.2. Execução orçamental da despesa

Q. 8 – Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução		Dívida
	€	€	€	€	€	€	%	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=2/1	8=3-4
Despesas com pessoal	77 695 991,31	77 382 917,52	75 336 462,63	74 351 247,48	-3 344 743,83	95,7%	99,6%	985 215,15
Aquisição de bens e serviços	64 924 622,95	58 033 358,59	42 813 890,57	42 363 473,52	-22 561 149,43	65,3%	89,4%	450 417,05
Juros e outros encargos	15 298,19	15 098,19	15 098,19	15 098,19	-200,00	98,7%	98,7%	0,00
Transferências correntes	14 466 607,46	13 170 907,21	10 811 689,40	10 792 768,58	-3 673 838,88	74,6%	91,0%	18 920,82
Subsídios	29 768 972,71	24 403 635,08	24 403 635,08	24 403 635,08	-5 365 337,63	82,0%	82,0%	0,00
Outras despesas correntes	3 806 687,81	3 752 123,85	3 576 932,58	3 576 063,29	-230 624,52	93,9%	98,6%	869,29
Despesas correntes	190 678 180,43	176 758 040,44	156 957 708,45	155 502 286,14	-35 175 894,29	81,6%	92,7%	1 455 422,31
Aquisição de bens de capital	91 366 514,25	81 707 679,27	70 837 282,45	70 423 773,01	-20 942 741,24	77,1%	89,4%	413 509,44
Transferências de capital	4 293 521,00	3 278 595,70	2 858 380,70	2 722 407,91	-1 571 113,09	63,4%	76,4%	135 972,79
Ativos financeiros	3 105 300,00	3 105 101,00	3 105 000,00	3 105 000,00	-300,00	100,0%	100,0%	0,00
Outras despesas de capital	810 914,32	0,01	0,00	0,00	-810 914,32	0,0%	0,0%	0,00
Despesas de capital	99 576 249,57	88 091 375,98	76 800 663,15	76 251 180,92	-23 325 068,65	76,6%	88,5%	549 482,23
Total	290 254 430,00	264 849 416,42	233 758 371,60	231 753 467,06	-58 500 962,94	79,8%	91,2%	2 004 904,54

No orçamento de 2020 o valor dos compromissos representaram 91,2% do orçamento e uma faturação de 80,5%.

No que respeita aos valores pagos o grau de execução da despesa foi de 79,8%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 67,1% do total executado e as despesas de capital 32,9%.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2020 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2021 de 2 milhões de euros. Este valor, face a 2019, regista um acréscimo de 862,8 mil euros, justificado pela entrada em vigor do SNC-AP que preconiza que as retenções em remunerações auferidas que serão entregues a entidades terceiras (e.g. Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, ADSE) deixam de ser consideradas operações de tesouraria. Nesse sentido, as obrigações são processadas pelos valores brutos, no quadro do processamento de remunerações. O pagamento total das obrigações será repartido pelo pagamento dos valores líquidos aos beneficiários das remunerações e pela entrega das retenções ou descontos às entidades beneficiárias, que ocorrerá apenas no mês seguinte.

Assim, se à dívida de 2020 for expurgado o valor referente às retenções e descontos (985,2 mil euros) cujo pagamento ocorreu em 2021, verifica-se que a mesma é inferior ao valor registado no ano de 2019.

A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2020, em 10 dias⁴, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

No decurso de 2020 foi feito um esforço acrescido no sentido dos pagamentos serem efetuados no mais curto espaço de tempo como forma de apoio à retoma da atividade económica.

Nas despesas correntes, 47,8% são afetas às despesas com pessoal, 27,2% às aquisições de bens e serviços e 15,7% aos subsídios. Em termos absolutos, são as aquisições de bens e serviços que apresentam o maior desvio, no montante de 6,9 milhões de euros, no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto, espelhando o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, a par do impacto da pandemia na atividade municipal. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2019 que, neste agrupamento económico, foi de 586 mil euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2021 é de 450,4 mil euros que corresponde, essencialmente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha ainda vencido.

As despesas de capital, comprometidas ascendem a 88,5% do orçamento respetivo e a faturação a 77,1%. Em termos de execução, o desvio mais significativo é registado no agrupamento de aquisição de bens de capital, no montante de 20,9 milhões de euros nas rubricas de terrenos, habitações, construções diversas, *software* e equipamento básico, para o que contribuiu a impossibilidade de concretizar, em tempo útil, a escritura de aquisição das parcelas que integram o prédio pertencente à STCP, SA., sito na Rua de S. Roque da Lameira e o procedimento referente à candidatura Porto de Luz.

No que se reporta aos edifícios adquiridos através do exercício de direito de preferência, em 2020, foram analisados 2.442 anúncios de direitos de preferência, tendo esta opção legal sido comunicada por 3 vezes. Destas, 2 (66,7%) não se concretizaram por

⁴ Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, adaptado através do Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

desistência dos vendedores. Foram celebradas 10 escrituras de compra e venda no valor total de 4,8 milhões de euros e no final do ano estavam cativos 900 mil euros para os processos que estão em curso.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 114,4 milhões de euros, no agrupamento de aquisição de bens de capital teve uma redução em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 77,1%. Na rubrica habitações com uma execução de 77,9% destacam-se os investimentos efetuados em reparação e beneficiação; em edifícios com uma execução de 96,9% destacam-se os investimentos nas instalações dos serviços, mercados e escolas, com taxas de execução de 99,7%, 95,4% e 100%, respetivamente. Em construções diversas a execução ascendeu a 68,6% com destaque para os viadutos, arruamentos e obras complementares.

Q. 9 – Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução
	€	%	€	%	%
Assembleia Municipal	161 400,00	0,1%	86 377,47	0,0%	53,5%
Executivo Municipal	8 024 408,00	2,8%	6 244 354,35	2,7%	77,8%
D. M. da Presidência	2 312 654,95	0,8%	1 331 569,20	0,6%	57,6%
D. M. Finanças e Património	114 881 560,03	39,6%	100 494 666,85	43,4%	87,5%
D. M. Recursos Humanos	79 750 373,74	27,5%	75 790 933,76	32,7%	95,0%
D. M. Cultura	6 925 191,91	2,4%	3 934 112,30	1,7%	56,8%
D. M. Mobilidade e Transportes	27 978 872,57	9,6%	11 427 368,77	4,9%	40,8%
D. M. Urbanismo	1 444 834,19	0,5%	394 238,28	0,2%	27,3%
Dep. M. Sistemas de Informação	5 845 286,54	2,0%	3 678 963,06	1,6%	62,9%
Polícia Municipal	6 632 743,74	2,3%	4 907 785,46	2,1%	74,0%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	2 637 444,32	0,9%	1 294 990,80	0,6%	49,1%
D. M. Serviços Jurídicos	867 220,00	0,3%	524 982,47	0,2%	60,5%
D. M. Educação	6 116 872,86	2,1%	3 662 162,78	1,6%	59,9%
Dep. M. Turismo e Comércio	3 009 997,04	1,0%	1 809 415,47	0,8%	60,1%
Dep. M. Fiscalização	354 704,00	0,1%	135 345,16	0,1%	38,2%
Dep. M. Coesão Social	4 570 583,42	1,6%	1 737 651,04	0,7%	38,0%
D. M. de Serviços ao Município	651 130,27	0,2%	496 504,67	0,2%	76,3%
Div. M. da Juventude	197 209,87	0,1%	85 774,39	0,0%	43,5%
Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiament	95 466,00	0,0%	11 810,49	0,0%	12,4%
Serviço M. de Proteção Civil	170 339,00	0,1%	81 856,51	0,0%	48,1%
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	1 533 709,46	0,5%	943 874,10	0,4%	61,5%
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	11 810 855,24	4,1%	9 167 759,01	4,0%	77,6%
Dep. M. de Economia	1 136 674,66	0,4%	383 692,52	0,2%	33,8%
Dep. M. de Proteção de Dados	16 800,00	0,0%	7 179,96	0,0%	42,7%
Dep. M. de Descentralização Administrativa	7 500,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Operações Financeiras	3 120 598,19	1,1%	3 120 098,19	1,3%	100,0%
Total	290 254 430,00	100,0%	231 753 467,06	100,0%	79,8%

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2020, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso em termos previsionais e em sede de execução de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais, bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o segundo maior peso no orçamento em sede de execução de despesas.

A Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) tem um orçamento significativo por força das despesas com a gestão dos serviços de transporte público, mobilidade urbana, a construção e manutenção de infraestruturas viárias, os parques de estacionamento, a manutenção de equipamentos de sinalização e a eficiência energética de iluminação pública da cidade do Porto, logo seguida do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas por força das despesas com a requalificação, manutenção e construção de espaços verdes, com a gestão da frota do Município e as transferências para LIPOR.

5.2.3. Evolução da despesa

Q. 10 – Evolução da despesa paga

Designação	2020		2019		Variação 19-20
	€	%	€	%	
Despesas com pessoal	74 351 247,48	32,1%	74 270 941,92	31,0%	0,1%
Aquisição de bens e serviços	42 363 473,52	18,3%	46 953 096,06	19,6%	-9,8%
Juros e outros encargos	15 098,19	0,0%	83 435,68	0,0%	-81,9%
Transferências correntes	10 792 768,58	4,7%	10 025 372,65	4,2%	7,7%
Subsídios	24 403 635,08	10,5%	20 980 355,28	8,8%	16,3%
Outras despesas correntes	3 576 063,29	1,5%	2 907 559,25	1,2%	23,0%
Despesas correntes	155 502 286,14	67,1%	155 220 760,84	64,8%	0,2%
Aquisição de bens de capital	70 423 773,01	30,4%	68 415 862,24	28,6%	2,9%
Transferências de capital	2 722 407,91	1,2%	2 257 601,09	0,9%	20,6%
Ativos financeiros	3 105 000,00	1,3%	719 518,50	0,3%	331,5%
Passivos financeiros	0,00	0,0%	12 761 487,40	5,3%	-100,0%
Outras despesas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Despesas de capital	76 251 180,92	32,9%	84 154 469,23	35,2%	-9,4%
Total	231 753 467,06	100,0%	239 375 230,07	100,0%	-3,2%

Em 2020, a despesa paga teve um decréscimo na ordem dos 7,6 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, uma redução de 3,2%. Esta redução prende-se com o facto de, em 2019, ter sido amortizada toda a dívida bancária.

As despesas correntes orçamentadas para 2020 (190,7 milhões de euros) foram superiores às de 2019 (177,3 milhões de euros) em cerca de 7,6% e, em termos de execução, o aumento foi de 0,2%.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 47,8% na despesa corrente paga e apenas 32,1% no total da despesa paga, com uma taxa de execução de pagamentos de 98,7% face à despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 75,1% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas de capital, a dotação para 2020 (99,6 milhões de euros), foi inferior à de 2019 (110,6 milhões de euros) em 9,9%. Para este decréscimo concorre, fundamentalmente, a não inscrição de dotação em 2020 em passivos financeiros.

Já no tocante às despesas totais pagas a variação foi de -3,2 % resultante do pagamento em 2019 da totalidade dos empréstimos bancários.

Q. 11 – Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2020		2019		Variação 19-20	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	53 120 505,06	71,4%	52 226 510,77	70,3%	893 994,29	1,7%
Abonos variáveis ou eventuais	3 570 710,32	4,8%	3 816 515,87	5,1%	-245 805,55	-6,4%
Segurança social	17 660 032,10	23,8%	18 227 915,28	24,5%	-567 883,18	-3,1%
Total	74 351 247,48	100,0%	74 270 941,92	100,0%	80 305,56	0,1%

As despesas com pessoal apresentam, em 2020, uma variação positiva de 80,3 mil euros relativamente ao ano anterior.

O número de efetivos municipais aumentou, passando de 3.049 no final de 2019 para 3.256 em 31 de dezembro de 2020. Foram efetuadas atualizações remuneratórias aos vencimentos dos trabalhadores que exercem funções públicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, e que justifica o aumento da despesa com remunerações certas e permanentes em cerca de 894 mil euros

No subagrupamento das remunerações certas e permanentes, sobressaem as despesas com pessoal dos quadros – Pessoal em funções - e as despesas para recrutamento pessoal para novos postos trabalho, que refletem os custos com os trabalhadores afetos às atividades extracurriculares e componente de apoio à família, cujos efetivos aumentaram consideravelmente em relação a 2019.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o decréscimo decorre, essencialmente, da redução de custos com o trabalho suplementar, indemnização por cessação de funções, ajudas de custo e trabalho noturno.

O decréscimo dos encargos no subagrupamento segurança social, resulta essencialmente, do efeito de redução dos encargos com a saúde, designadamente custos com ADSE que diminuíram em relação aos anos anteriores, do decréscimo de

custos com seguros acidentes trabalho e doenças profissionais fruto da renegociação da apólice e também com a redução de encargos com as outras pensões resultante da redução do números de trabalhadores abrangidos.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de -4,6 milhões de euros face a 2019, reduzem o seu peso nas despesas correntes. As aquisições de bens reduzem face ao ano de 2019, em 1,7 milhões de euros e as aquisições de serviços no mesmo sentido em 2,9 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacam-se as reduções nas despesas com combustíveis e com alimentação-refeições confeccionadas.

No que respeita às aquisições de serviços as reduções mais significativas ocorrem nas despesas com locações de edifícios de outros bens, comunicações, transportes, encargos de cobrança de receitas e outros trabalhos especializados.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se em 2020 uma diminuição de 81,9% considerando o reduzido valor utilizado do empréstimo em vigor.

Q. 12 – Estrutura das transferências e subsídios

Designação	2020		2019	
	€	%	€	%
Transferências correntes / subsídios	35 196 403,66	92,8%	31 005 727,93	93,2%
Freguesias	4 817 077,64	12,7%	4 808 969,61	14,5%
Empresas municipais	20 850 959,24	55,0%	18 115 186,36	54,5%
Outros	9 528 366,78	25,1%	8 081 571,96	24,3%
Transferências capital	2 722 407,91	7,2%	2 257 601,09	6,8%
Outros	2 722 407,91	7,2%	2 257 601,09	6,8%
Total	37 918 811,57	100,0%	33 263 329,02	100,0%

As transferências correntes e de capital, a que crescem, nas despesas correntes, os subsídios, apresentam, relativamente aos valores executados do ano anterior, um aumento de 4,7 milhões de euros. Esta variação resulta do aumento quer das transferências correntes quer das de capital.

Para o aumento das transferências correntes concorrem, entre outros, os apoios no âmbito do Fundo Municipal de Emergência Social e para a gestão dos serviços de transporte público.

As transferências para as Juntas de Freguesia, superiores às do ano anterior, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos a que acrescem o projeto “Espaços do Cidadão” e a gestão de equipamentos desportivos, e decorre ainda dos contratos de colaboração celebrados no âmbito do orçamento colaborativo.

As transferências correntes para as empresas municipais ou outras entidades, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, aumentam por força das transferências para a Ágora, GO Porto, EM, Porto Vivo, SRU e Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), para cumprimento da obrigação de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão.

No âmbito das transferências de capital, a variação positiva resulta dos apoios no âmbito do Fundo Municipal de Apoio aos estabelecimentos e entidades reconhecidas ao abrigo do programa “Porto de Tradição”.

Q. 13 – Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2020		2019		Variação 19-20	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	1 596 068,05	13,0%	1 643 933,67	15,9%	-47 865,62	-2,9%
Ação científica e educativa	240 000,00	2,0%	240 000,00	2,3%	0,00	0,0%
Ação social	2 380 674,99	19,4%	1 768 947,14	17,1%	611 727,85	34,6%
Proteção civil e luta contra incêndios	40 750,00	0,3%	21 250,00	0,2%	19 500,00	91,8%
Ação na área ambiental	1 973 747,78	16,1%	2 112 251,09	20,4%	-138 503,31	-6,6%
Outros	6 019 533,87	49,1%	4 552 791,15	44,0%	1 466 742,72	32,2%
Total	12 250 774,69	100,0%	10 339 173,05	100,0%	1 911 601,64	18,5%

No domínio das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinalam-se ainda os apoios atribuídos ao Teatro do Bolhão, ao Festival Internacional de Marionetas, no domínio do fomento e difusão da área teatral, à ESAD IDEA – Associação para a

Promoção da Investigação em Design e Arte para a realização do “Porto – Design Biennale” e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório, e ao abrigo do programa Porto de Tradição.

No contexto das ações científica e educativa procedeu-se à transferência à Fundação Casa da Música.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), reforçaram-se as transferências ao abrigo do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, para apoio à habitação para famílias mais vulneráveis e para os Serviços de Assistência Organizações de Maria, para assegurar a gestão do funcionamento diário da rede de restaurantes solidários, que possibilita o acesso a um serviço de refeição diário às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem abrigo, em particular.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios destaca-se a transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses, entre outras, e na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento, no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos e para várias associações no âmbito da defesa dos animais.

Para outras finalidades, evidencia-se a transferência efetuada à STCP, no âmbito do novo modelo de gestão desta empresa, com a partilha das competências de gestão e a repartição das despesas entre o Estado, a AMP e seis autarquias onde a STCP presta serviço, à Associação dos Comerciantes do Porto para a iniciativa “Iluminações de Natal 2020”; para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolares e para quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais.

Destacam-se ainda, neste ano, as transferências para os profissionais de saúde e para a linha de emergência de apoio associativismo no âmbito da pandemia COVID-19.

No âmbito do investimento realça-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município e que fazem parte do imobilizado estão refletidos no Balanço do Município.

Q. 14 – Evolução das despesas de investimento total do Município do Porto

Rubricas	2020					2019		
	CMP	DomusSocial	GO Porto	Associação Porto Digital	Total	Total	Variação 19-20	
	€	€	€	€	€	€	€	%
Terrenos	79 000,00				79 000,00	3 505 844,10	-3 426 844,10	-97,7%
Habituação								
Aquisição	9 590 947,56				9 590 947,56	13 749 270,39	-4 158 322,83	-30,2%
Reparação e beneficiação		17 755 940,02			17 755 940,02	23 008 324,72	-5 252 384,70	-22,8%
Edifícios								
Instalação de serviços	13 262,38	2 343 141,87	725 743,31		3 082 147,56	2 841 516,19	240 631,37	8,5%
Instalações desp. e recreativas		4 693,92	249 475,08		254 169,00	852 803,00	-598 634,00	-70,2%
Escolas		782 488,79	2 583 185,86		3 365 674,65	2 518 528,15	847 146,50	33,6%
Mercados e instalações sanitárias	2 156 743,35		10 147 409,91		12 304 153,26	6 331 316,49	5 972 836,77	94,3%
Outros	2 120,00				2 120,00	1 183 385,68	-1 181 265,68	-99,8%
Construções diversas								
Viadutos, arruamentos e obras compl.	784 295,14		14 262 299,62		15 046 594,76	7 194 125,05	7 852 469,71	109,2%
Parques e jardins	414 079,13		330 134,24		744 213,37	1 236 740,11	-492 526,74	-39,8%
Outros				284 639,22	284 639,22	0,00	284 639,22	
Material de transporte					0,00	146 350,14	-146 350,14	-100,0%
Equipamento Informático	706 956,97				706 956,97	444 624,62	262 332,35	59,0%
Software Informático	1 417 014,31				1 417 014,31	1 257 920,28	159 094,03	12,6%
Equipamento administrativo	197 315,76				197 315,76	224 991,84	-27 676,08	-12,3%
Equipamento básico	2 828 739,11				2 828 739,11	2 332 942,35	495 796,76	21,3%
Outros investimentos	372 134,67		2 392 012,79		2 764 147,46	1 587 179,13	1 176 968,33	74,2%
Total	18 562 608,38	20 886 264,60	30 690 260,81	284 639,22	70 423 773,01	68 415 862,24	2 007 910,77	2,9%

Nota: valores pagos

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 70,4 milhões de euros, que representa um acréscimo de 2 milhões de euros face a 2019, e resulta de um maior investimento da empresa municipal da GO Porto, EM.

Na Domus Social, EM o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação municipal de renda apoiada social e, com menor expressão nas instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, as intervenções foram efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com destaque para o Terminal Intermodal de Campanhã que visa a construção de um interface polivalente, que completará a intermodalidade da Estação de Campanhã, bem como, em diversos arruamentos e obras complementares de requalificação urbana, nomeadamente, na Av. Fernão de Magalhães, Rua de Serralves, e o reforço das acessibilidades ao nível dos percursos pedonais com recurso a ligações mecanizadas. Nas intervenções efetuadas em mercados destaca-se o restauro e modernização do Mercado do Bolhão, nas escolas a requalificação e modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano e ainda no âmbito cultural destaca-se a requalificação do Cinema Batalha

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados diretamente pelo Município, que ascendem a 18,6 milhões de euros, destacam-se as aquisições de edifícios, nomeadamente, do “Reservatório da Pasteleira”, as referentes à empreitada do edifício da Travessa de Salgueiros no âmbito do fundo de investimento imobiliário Invesurb, e do exercício do direito de preferência. Relevam-se ainda as aquisições de equipamento básico e equipamento e software informáticos, bem como os pagamentos efetuados no âmbito do Mercado do Bolhão, nomeadamente para o Mercado Temporário do Bolhão, entre outras situações.

Q. 15 – Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2020		2019	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	7 180 037,21	10,2%	0,00	0,0%
Transferências de capital	12 053 614,09	17,1%	5 654 937,47	8,3%
- Fundos comunitários	12 053 614,09	17,1%	5 652 742,20	8,3%
- Contratos de participação / Protocolos	0,00	0,0%	2 195,27	0,0%
Receitas próprias	51 190 121,71	72,7%	62 760 924,77	91,7%
Total	70 423 773,01	100,0%	68 415 862,24	100,0%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (72,7%) resultante da poupança corrente.

O acréscimo ocorrido nas transferências de capital ao nível dos fundos comunitários é justificado pelos pagamentos ocorridos no âmbito do Portugal 2020.

Q. 16 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Orçado	Compromisso	Pago	Taxa de Execução	
	€	€	€	%	%
	1	2	3	4=3/1	5=2/1
Coesão e Ação Social	18 197 155,28	18 051 164,93	18 037 158,77	99,1%	99,2%
Economia e Desenvolvimento Social	10 155 242,94	10 147 409,94	10 147 409,91	99,9%	99,9%
Inovação	1 093 457,39	1 064 959,31	380 519,88	34,8%	97,4%
Cultura	2 871 869,76	2 838 126,04	2 720 089,71	94,7%	98,8%
Urbanismo e Habitação	21 801 965,52	19 897 490,42	12 113 093,42	55,6%	91,3%
Educação	3 487 049,65	3 480 016,95	3 477 942,14	99,7%	99,8%
Segurança	1 161 388,02	675 726,55	566 880,31	48,8%	58,2%
Desporto e Animação	254 169,00	254 169,00	254 169,00	100,0%	100,0%
Mobilidade	22 943 576,79	16 488 926,10	15 465 845,50	67,4%	71,9%
Ambiente e Qualidade de Vida	2 279 536,85	2 146 129,45	1 841 680,73	80,8%	94,1%
Governância da Câmara	7 121 103,05	6 663 560,58	5 418 983,64	76,1%	93,6%
Total	91 366 514,25	81 707 679,27	70 423 773,01	77,1%	89,4%

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto, pela Associação Porto Digital e pelas empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que, a Coesão e Ação Social, a Mobilidade, o Urbanismo e Habitação, e a Economia e Desenvolvimento Social no seu conjunto, absorveram 55,8 milhões de euros, o equivalente a 79,2% do investimento total.

Na Coesão e Ação Social, a quase totalidade dos cerca de 18 milhões de euros foram aplicados no parque habitacional social, através da empresa municipal Domus Social, EM. Se a este montante se acrescentarem 8,7 milhões de euros por afetação das rendas à habitação municipal de renda apoiada social aplicados diretamente pela Domus Social, EM, o investimento na coesão e ação social sobe para 26,7 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto. Foram, ainda, afetos 271,4 mil euros a despesas destinadas ao combate dos efeitos da pandemia COVID-19.

Na Mobilidade foram aplicados 15,5 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade, nomeadamente o Terminal intermodal de Campanhã, e as suas infraestruturas viárias, através de intervenções da empresa municipal GO Porto, EM e ao nível interno para a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e

segurança rodoviária e gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias.

No Urbanismo e Reabilitação Urbana, o investimento de 12,1 milhões de euros respeita, essencialmente, a despesas com aquisição/expropriação/permutas de terrenos e/ou edifícios, onde se inclui o exercício de direitos de preferência.

Ao objetivo Economia e Desenvolvimento Social foram utilizados 10,1 milhões de euros, nas obras efetuadas no Mercado do Bolhão pela empresa municipal GO Porto, EM.

Na Governância da Câmara, os 5,4 milhões de euros destinaram-se ao programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM as despesas com a aquisição de equipamento e software informáticos, no âmbito do licenciamento e manutenção de aplicações informáticas, e a aquisição de diverso equipamento administrativo e básico.

Os 3,5 milhões de euros afetos à Educação, foram aplicados na requalificação e manutenção de escolas através da intervenção das empresas municipais, Domus Social, EM e GO Porto, EM, nomeadamente a requalificação da Escola Alexandre Herculano e ainda na aquisição de equipamento básico, no âmbito da higiene e segurança das cantinas e da gestão e manutenção para as escolas e jardins- de-infância.

Para o programa Dinamização da arte, cultura e ciência destaca-se a requalificação do Cinema Batalha efetuada pela GO Porto, EM no valor de 2,4 milhões de euros e os artigos e objetos de valor para a coleção de arte municipal.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 1,8 milhões de euros na qualificação dos espaços verdes, promoção e sustentabilidade do ambiente e bem-estar animal, destacam-se as intervenções efetuadas pelo Município na requalificação e valorização de parques e jardins e dos cemitérios e no centro de recolha oficial de animais.

Na Segurança foram aplicados 566,9 mil euros foram também adquiridos equipamentos destinados à segurança e vigilância.

No objetivo Inovação foram aplicados 381 mil euros, sendo que 74,8% foram executados pela Associação Porto Digital no âmbito do Contrato de Mandato “Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas Tecnológicas” através do qual efetua a gestão

integrada das iniciativas e projetos em matéria de infraestruturas de comunicações, rede WiFi e infraestruturas de suporte. Foram ainda adquiridos equipamentos informáticos para o Centro de Gestão Integrado.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade a quase totalidade dos 254,2 mil euros, foram aplicados na implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios das piscinas de Armando Pimentel, Constituição e Cartes através GO Porto, EM.

Nos ativos financeiros e no ano em apreço procedeu-se ao reforço do capital social da empresa municipal Porto Ambiente e ao pagamento a quota suplementar a Associação Porto Digital.

Q. 17 – Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2020	Capital em dívida 31/12/2019	Varição 19-20 €
Médio Longo Prazo	7 180 037,21	0,00	7 180 037,21

A gestão da dívida do Município continuou, neste ano, a pautar-se por princípios de rigor e forte controlo. Em 2020, face à incerteza do impacto da atividade económica na receita municipal, o Município recorreu ao empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o BPI, em 2018, no montante de 39 milhões de euros, utilizando 7,2 milhões de euros.

5.2.4. Despesa por objetivos

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais, espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município, agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q. 18 – Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos

Objetivos	PPI	PAR	Total	
			€	%
Coesão e Ação Social	18 037 158,77	9 603 215,35	27 640 374,12	11,9%
Ação e Solidariedade Social	281 218,75	9 570 410,76	9 851 629,51	4,3%
Parque Habitacional Social	17 755 940,02	32 804,59	17 788 744,61	7,7%
Economia e Desenvolvimento Social	10 147 409,91	1 105 845,04	11 253 254,95	4,9%
Programa Mercator	10 147 409,91	612 226,50	10 759 636,41	4,6%
Dinamismo Económico	0,00	493 618,54	493 618,54	0,2%
Inovação	380 519,88	1 225 503,33	1 606 023,21	0,7%
Implementar e divulgar atividades inovadoras	285 940,56	1 200 840,85	1 486 781,41	0,6%
Fomentar e reforçar a aplic. de sist. plataf. digitais	94 579,32	24 662,48	119 241,80	0,1%
Cultura	2 720 089,71	10 693 643,38	13 413 733,09	5,8%
Dinamização da arte, cultura e ciência	2 720 089,71	10 693 643,38	13 413 733,09	5,8%
Urbanismo e Habitação	12 113 093,42	2 075 558,56	14 188 651,98	6,1%
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	12 113 093,42	2 075 558,56	14 188 651,98	6,1%
Educação	3 477 942,14	3 383 086,45	6 861 028,59	3,0%
Promover e fomentar a educação	3 477 942,14	3 383 086,45	6 861 028,59	3,0%
Juventude e Novas Gerações	0,00	84 833,55	84 833,55	0,0%
Apoio e envolvimento da população jovem	0,00	84 833,55	84 833,55	0,0%
Turismo	0,00	987 495,79	987 495,79	0,4%
Dinamizar a oferta e consolidar o cresc. do turismo	0,00	987 495,79	987 495,79	0,4%
Segurança	566 880,31	4 513 286,72	5 080 167,03	2,2%
Segurança e securitismo dos cidadãos	566 880,31	4 513 286,72	5 080 167,03	2,2%
Desporto e Animação	254 169,00	5 546 417,13	5 800 586,13	2,5%
Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	254 169,00	5 546 417,13	5 800 586,13	2,5%
Mobilidade	15 465 845,50	9 785 015,61	25 250 861,11	10,9%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	15 465 845,50	9 785 015,61	25 250 861,11	10,9%
Ambiente e Qualidade de Vida	1 841 680,73	12 943 039,81	14 784 720,54	6,4%
Qualificação dos espaços verdes	445 052,53	1 003 437,87	1 448 490,40	0,6%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	1 384 913,21	11 834 515,14	13 219 428,35	5,7%
Bem-estar animal	11 714,99	105 086,80	116 801,79	0,1%
Governância da Câmara	5 418 983,64	99 382 753,33	104 801 736,97	45,2%
Funcionamento dos serviços	5 418 983,64	91 686 223,98	97 105 207,62	41,9%
Operações Financeiras	0,00	3 120 098,19	3 120 098,19	1,3%
Outros	0,00	4 576 431,16	4 576 431,16	2,0%
Total	70 423 773,01	161 329 694,05	231 753 467,06	100,0%

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 231,8 milhões de euros, dos quais 70,4 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e 161,3 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

A Coesão e Ação Social continuou, em 2020, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes reforçando a sua importância atendendo ao contexto vivido por força da pandemia. Destaca-se o programa Parque habitacional social, com uma execução de

17,8 milhões de euros, que, através da Domus Social, EM contribuiu para a execução das políticas públicas de habitação do município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social. Neste objetivo acresce o programa Ação e solidariedade social através do qual o Município gastou mais 2 milhões de euros face a 2019. Foram desenvolvidas ações de promoção da saúde, emprego, apoiou políticas de inclusão e ajudou os mais carenciados, nomeadamente com o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, apoiou as Freguesias no âmbito quer da delegação de competências quer do Orçamento Colaborativo e criou a Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto.

Através do objetivo Economia e Desenvolvimento Social, com uma execução de 11,3 milhões de euros, continuou-se a investir na modernização do Mercado do Bolhão, foram apoiados os estabelecimentos de comércio tradicional local e as entidades de interesse histórico, cultural ou social local reconhecidos ao abrigo do programa Porto de Tradição, para além das atividades desenvolvidas no âmbito dinamização económica da cidade do Porto, atração de investimento e promoção do comércio tradicional e de proximidade.

No âmbito da Inovação merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram aplicados 1,5 milhões de euros, e que inclui a execução dos contratos celebrados com a Associação Porto Digital.

Na Cultura, com um crescimento de 1,6 milhões de euros face a 2019, destacam-se a requalificação do Cinema Batalha, as transferências para a Empresa Municipal Ágora, e a modernização dos museus municipais e os apoios das ações de interesse cultural executados pelos serviços municipais.

Na área do Urbanismo e Habitação, aplicaram-se 14,2 milhões de euros, dos quais 12,1 milhões em investimento, que representam 17,2% do investimento global, nomeadamente na aquisição, expropriação, permutas de terrenos e/ou edifício e no exercício dos direitos de preferência na aquisição de imóveis localizados em zonas classificadas, em zonas de proteção e em áreas de reabilitação urbanas com operações de reabilitação urbana. Incluem-se ainda aqui os investimentos efetuados através das empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM no âmbito da reabilitação urbana e planeamento e gestão urbanística e as transferências efetuadas ao Porto Vivo, SRU, EM, SA, no âmbito do contrato programa.

Através do objetivo da Educação, onde foram aplicados 6,9 milhões de euros continuou a apostar-se na melhoria dos estabelecimentos de ensino, na expansão e

acompanhamento da educação pré-escolar, no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

As atividades desenvolvidas na área da Juventude absorveram cerca de 84,8 mil euros, que foram aplicados, essencialmente, no projeto empregabilidade, emprego, e transição para a vida adulta e no projeto study in porto.

No Turismo foram executados 987,5 mil euros, para dinamizar a oferta do turismo, fundamentalmente através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da Segurança, foram aplicados 5,1 milhões de euros para a segurança e securitismo dos cidadãos destinando-se 566,9 mil euros a investimentos para o Batalhão Sapadores Bombeiros (BSB), Polícia Municipal (PM) e Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).

No Desporto e animação foram aplicados cerca de 5,8 milhões de euros, na generalidade em atividades desenvolvidas através da empresa municipal Ágora.

As despesas no âmbito do objetivo Mobilidade absorveram 25,3 milhões de euros, dos quais 15,5 milhões de euros foram destinados a investimentos para a melhoria da mobilidade e infraestruturas, nomeadamente o Terminal Intermodal de Campanhã e a requalificação da Av. Fernão de Magalhães com vista à materialização do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade, executados pela GO Porto, EM e na manutenção e expansão do sistema de gestão de mobilidade.

No Ambiente e Qualidade de Vida foram executados 14,8 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção e sustentabilidade do ambiente, essencialmente por força das transferências efetuadas para a PortoAmbiente e para a LIPOR. Destaca-se o investimento no valor de 1,8 milhões de euros aplicados, nomeadamente, nos programas Qualificação dos espaços verdes e Promoção de sustentabilidade do ambiente.

O objetivo Governância da Câmara, ao absorver 104,8 milhões de euros e 45,2% do orçamento global surge como o objetivo com o maior peso em termos de execução orçamental. Nele destaca-se, no ano em apreço, o programa Funcionamento dos serviços que representa 92,7% neste objetivo.

5.3 ANÁLISE DA RECEITA

5.3.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

Q. 19 – Alteração e origem da variação da dotação

Designação	Orçamento Inicial €	Orçamento Final €
Receitas correntes	209 152 509,00	167 271 638,31
Receitas de capital	105 847 491,00	25 208 757,21
Saldo da gerência anterior		97 774 034,48
Total	315 000 000,00	290 254 430,00

A dotação final da receita teve, em termos globais, um decréscimo de 24,7 milhões euros quando comparado com o orçamento inicial. Pese embora a incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, esta variação resulta da redução das receitas de capital em 80,6 milhões de euros, essencialmente nas receitas previstas no âmbito da comparticipação de candidaturas, em ativos e passivos financeiros e na venda de bens de investimento e das receitas correntes em 41,9 milhões de euros.

5.3.2. Execução orçamental da receita

Q. 20 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	95 373 294,48	123 562 346,16	123 578 578,11	28 205 283,63	129,6%
Taxas, multas e outras penalidades	19 406 509,52	33 178 178,66	25 742 196,59	6 335 687,07	132,6%
Rendimentos de propriedade	9 227 694,00	11 006 346,17	9 229 141,53	1 447,53	100,0%
Transferências correntes	35 365 404,31	35 357 947,13	35 431 813,53	66 409,22	100,2%
Venda de bens e serviços correntes	5 425 889,00	12 137 558,37	5 472 529,32	46 640,32	100,9%
Outras receitas correntes	2 472 847,00	3 099 958,26	2 522 777,12	49 930,12	102,0%
Receitas correntes	167 271 638,31	218 342 334,75	201 977 036,20	34 705 397,89	120,7%
Venda de bens de investimento*	6 045 158,00	3 516 299,04	5 608 204,16	-436 953,84	92,8%
Transferências de capital	11 983 512,00	11 983 713,11	12 145 836,09	162 324,09	101,4%
Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00	-10,00	0,0%
Passivos financeiros	7 180 047,21	7 180 037,21	7 180 037,21	-10,00	100,0%
Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	-20,00	0,0%
Receitas de capital	25 208 747,21	22 680 049,36	24 934 077,46	-274 669,75	98,9%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10,00	7 094 067,19	4 530 907,91	4 530 897,91	45309079,1%
Saldo da gerência anterior	97 774 034,48	97 774 034,48	97 774 034,48	0,00	100,0%
Total	290 254 430,00	345 890 485,78	329 216 056,05	38 961 626,05	113,4%

Nota: receita cobrada bruta

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões, corrigidas em 51,1 milhões de euros. Todas as rubricas contribuíram para este crescimento, com especial destaque para os impostos diretos e as taxas multas e outras penalidades.

No que respeita aos valores cobrados brutos o grau de execução da receita corrente foi de 120,7%. O desvio positivo de 34,7 milhões de euros face ao orçado resulta, fundamentalmente, da receita cobrada em receitas fiscais, nomeadamente nos impostos diretos, IMT e derrama, em 19,9 milhões de euros e 8,3 milhões de euros, respetivamente, e nas taxas, multas e outras penalidades, por efeito da receita cobrada de loteamentos e obras e da taxa turística em 3,8 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente.

As receitas fiscais continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão representando, no final do ano de 2020, 45,4% da receita total.

Os rendimentos de propriedade contemplam, essencialmente, a receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada e a renda do contrato com a EDP.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação Fixa no IRS e a Participação do IVA, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para a venda de bens e serviços correntes, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos trabalhos por conta de particulares e rendas de edifícios.

As outras receitas correntes englobam, entre outras, os donativos recebidos no âmbito da campanha solidária de angariação de receitas para combate aos efeitos do Covid-19, a regularização de depósitos não identificados e a refaturação de combustíveis à Porto Ambiente.

A variação das receitas de capital, que ficaram abaixo do previsto em 274,7 mil euros, resulta do decréscimo das vendas de bens de investimento.

As transferências de capital registam uma variação positiva de 162,3 mil euros, explicada pelo recebimento das comparticipações a projetos cofinanciados, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

5.3.3. Evolução da receita

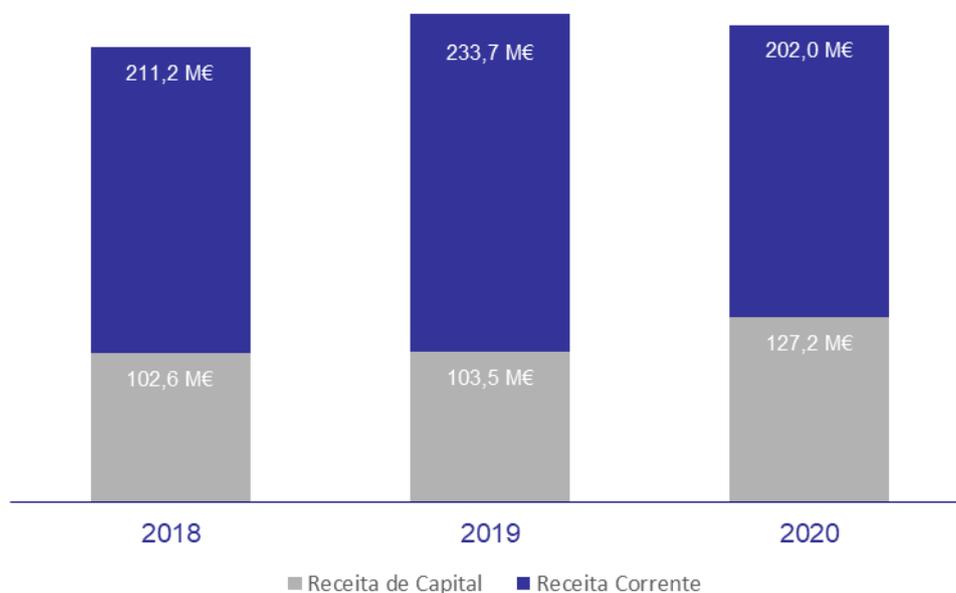
Q. 21 – Evolução da receita global cobrada

Designação	2020		2019		Variação	
	€	%	€	%	19-20	
Impostos diretos	123 578 578,11	37,5%	144 280 140,88	42,8%	-14,3%	
Taxas, multas e outras penalidades	25 742 196,59	7,8%	35 724 293,46	10,6%	-27,9%	
Rendimentos de propriedade	9 229 141,53	2,8%	11 623 007,38	3,4%	-20,6%	
Transferências correntes	35 431 813,53	10,8%	31 731 423,09	9,4%	11,7%	
Venda de bens e serviços correntes	5 472 529,32	1,7%	6 990 312,97	2,1%	-21,7%	
Outras receitas correntes	2 522 777,12	0,8%	3 313 283,02	1,0%	-23,9%	
Receitas correntes	201 977 036,20	61,4%	233 662 460,80	69,3%	-13,6%	
Venda de bens de investimento	5 608 204,16	1,7%	8 764 806,89	2,6%	-36,0%	
Transferências de capital	12 145 836,09	3,7%	5 860 832,47	1,7%	107,2%	
Ativos financeiros	0,00	0,0%	437 364,48	0,1%	-100,0%	
Passivos financeiros	7 180 037,21	2,2%	0,00	0,0%		
Outras receitas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	
Receitas de capital	24 934 077,46	7,6%	15 063 003,84	4,5%	65,5%	
Total das receitas s/ reposições	226 911 113,66	68,9%	248 725 464,64	73,8%	-8,8%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 530 907,91	1,4%	2 687 190,18	0,8%	68,6%	
Total das receitas com reposições	231 442 021,57	70,3%	251 412 654,82	74,6%	-7,9%	
Saldo da gerência anterior incorporado	97 774 034,48	29,7%	85 736 609,73	25,4%	14,0%	
Total	329 216 056,05	100,0%	337 149 264,55	100,0%	-2,4%	

Nota: receita cobrada bruta

No ano de 2020, a receita cobrada diminuiu 7,9 milhões de euros, face ao ano de 2019. Esta redução, verificada em termos globais, decorre da diminuição das receitas correntes, essencialmente das receitas fiscais, conjugado com a variação positiva das receitas de capital e do saldo de gerência de 2019, quando comparado com o do ano anterior.

F. 10 – Evolução das receitas cobradas



O exercício económico de 2020, pelas razões já enunciadas, quebra a tendência crescente das receitas municipais, verificando-se um decréscimo de 7,9 milhões de euros.

A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes diminuíram 31,7 milhões de euros face a 2019. No que respeita às receitas de capital, não se incluindo as reposições e o saldo de gerência, há um acréscimo de 9,9 milhões de euros, face a 2019.

Q. 22 – Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	Orçada	2020		2019	
		€	Cobrada €	Taxa de execução	Cobrada €
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	41 441 720,00	41 441 709,86	100,0%	40 675 816,49	1,9%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	6 620 171,00	6 620 170,66	100,0%	6 593 056,08	0,4%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	34 550 406,48	54 461 954,72	157,6%	66 211 236,11	-17,7%
Derrama	12 618 105,00	20 895 619,23	165,6%	30 797 981,60	-32,2%
Impostos diretos diversos	142 892,00	159 123,64	111,4%	2 050,60	7659,9%
Impostos diretos	95 373 294,48	123 578 578,11	129,6%	144 280 140,88	-14,3%
Loteamentos e obras	8 268 273,00	12 060 394,57	145,9%	9 572 346,35	26,0%
Ocupação da via pública	2 256 755,00	2 762 214,64	122,4%	2 928 236,14	-5,7%
Taxa Turística	3 473 908,00	5 467 484,75	157,4%	15 394 146,00	-64,5%
Publicidade	672 379,00	681 025,80	101,3%	1 305 053,39	-47,8%
Outras	1 678 308,52	1 708 896,25	101,8%	1 951 333,33	-12,4%
Multas e outras penalidades	3 056 886,00	3 062 180,58	100,2%	4 573 178,25	-33,0%
Taxas, multas e outras penalidades	19 406 509,52	25 742 196,59	132,6%	35 724 293,46	-27,9%
Total	114 779 804,00	149 320 774,70	130,1%	180 004 434,34	-17,0%

Nota: receita cobrada bruta

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo de 73,9%, e de 45,4% da receita total cobrada ao longo do ano, diminuindo, em 2020 e face ao ano anterior em 17% e 30,7 milhões de euros.

Este comportamento da receita traduz o impacto das medidas resultantes dos sucessivos estados de emergência e de calamidade, para controlo da pandemia da COVID-19, na atividade económica.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado superior ao orçado em 28,2 milhões de euros. Concorrem para este aumento o IMT e a Derrama, com desvios face ao valor previsto de 19,9 milhões de euros e 8,3 milhões de euros.

As taxas, multas e outras penalidades, com uma taxa de execução de 132,6% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização e taxa municipal turística, cuja cobrança ascendeu a 12,1 milhões de euros e 5,5 milhões de euros, respetivamente.

Relativamente ao período homólogo as receitas provenientes do IMT, Derrama e Taxa turística registam uma diminuição bastante expressiva. O IMT e a Derrama reduzem 11,7 e 9,9 milhões de euros, respetivamente. A taxa turística apresenta uma redução de 9,9 milhões de euros, ou seja, menos 64,5%.

Os rendimentos de propriedade registam uma redução de 2,4 milhões de euros quando comparado com o ano de 2019 justificado, essencialmente, pela suspensão da cobrança de taxa de estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada, durante alguns meses, como medida de apoio à retoma e pelo encerramento de quase toda a atividade económica (sobretudo o comércio e serviços) no centro da cidade.

As transferências correntes registam um acréscimo de 3,7 milhões de euros justificados essencialmente pelas transferências do Estado, tendo-se iniciado em 2020 a transferência relativa à Participação do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás, conforme previsto na Lei 73/2013, de 03/09 (RFALEI), cujo montante ascendeu a 2,3 milhões de euros.

A venda de bens e serviços correntes registam uma redução de 1,5 milhões de euros face a 2019 pela redução da generalidade dos agregados, nomeadamente dos serviços, entre os quais se destacam as receitas provenientes dos parques de estacionamento das escolas e das rendas de espaços municipais não habitacionais.

As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram um aumento de 65,5% relativamente a 2019, ou seja, mais 9,9 milhões de euros, em resultado do acréscimo das transferências de capital e dos passivos financeiros, conjugados com a diminuição da venda de bens de investimento e ativos financeiros.

A venda de bens de investimento, com um desvio negativo de 3,2 milhões de euros face a 2019, é justificado pela redução registada na rubrica de terrenos.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. Regista-se um acréscimo de 6,3 milhões de euros face a 2019, justificado pelas transferências provenientes do Portugal 2020.

Em 2020 foi efetuada a utilização de 7,2 milhões de euros do empréstimo de 39 milhões de euros contratualizado em 2018 com o banco BPI, para um financiamento de longo prazo com vista à cobertura de necessidades de investimento, nomeadamente, na reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o restauro e modernização do Mercado do Bolhão.

5.4 MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

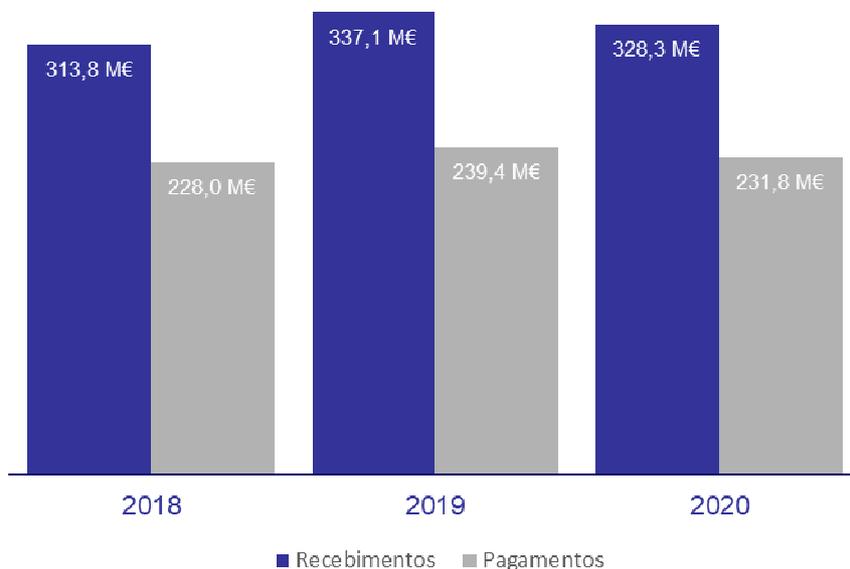
Q. 23 – Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2019	97 774 034,48	4 107 496,50	101 881 530,98
Receitas arrecadadas	231 442 021,57	1 571 634,84	233 013 656,41
Reembolsos / Restituições	949 381,27		949 381,27
Despesas pagas	231 753 467,06	2 631 051,53	234 384 518,59
Saldo a transitar para 2021	96 513 207,72	3 048 079,81	99 561 287,53

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 99,6 milhões de euros, que se decompõe em 96,5 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 3 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental que evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, e com o mapa Operações de tesouraria que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, que integram a Prestação de Contas.

F. 11 – Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos no último triénio permite-nos verificar um abrandamento dos recebimentos e pagamentos em 2020 reflexo da crise sanitária vivida. Não obstante no final do ano constata-se um saldo de tesouraria expressivo que será integrado nas receitas do ano seguinte.

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1. BALANÇO

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, pela primeira vez, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior (POCAL).

O Município não efetuou a reexpressão da informação financeira de 2019, pelo que a mesma é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-AP e em conformidade

com a opção de transição definida, no ponto 1.3.6. do Manual de Implementação do SNC-AP.

A análise das demonstrações financeiras que a seguir se apresentam têm em conta, as alterações decorrentes da aplicação do novo referencial contabilístico, conforme detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Q. 24 - Evolução do Ativo

Un.: euros

Descrição	SNC-AP		Normativo Anterior		Variação 19-20	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Ativos Fixos Tangíveis	1.374.359.492,39	89,6%	1.332.380.722,75	91,6%	41.978.769,64	3,2%
Ativos Intangíveis	2.328.425,86	0,2%	597.817,98	0,0%	1.730.607,88	289,5%
Propriedades de investimento	41.513.078,37	2,7%	15.615.208,09	1,1%	25.897.870,28	165,9%
Participações financeiras	109.439.192,13	7,1%	106.333.306,47	7,3%	3.105.885,66	2,9%
Outras contas a receber	5.521.732,49	0,4%			5.521.732,49	
Ativo não corrente	1.533.161.921,24	100,0%	1.454.927.055,29	100,0%	78.234.865,95	5,4%
Inventários	518.087,91	0,2%	812.886,90	0,4%	-294.798,99	-36,3%
Ativos Biológicos	239.499,99	0,1%			239.499,99	
Devedores transf.e Subsídios não reembolsáveis	4.196,12	0,0%	9.374,84	0,0%	-5.178,72	-55,2%
Clientes, contribuintes e utentes	5.045.512,52	2,3%	2.530.116,37	1,2%	2.515.396,15	99,4%
Estado e outros entes públicos	45.831,65	0,0%	112.172,87	0,1%	-66.341,22	-59,1%
Outras contas a receber	111.206.095,34	51,3%	110.009.818,39	50,9%	1.196.276,95	1,1%
Diferimentos	273.240,58	0,1%	759.157,03	0,4%	-485.916,45	-64,0%
Caixa e depósitos	99.561.287,53	45,9%	101.881.530,98	47,1%	-2.320.243,45	-2,3%
Ativo Corrente	216.893.751,64	100,0%	216.115.057,38	100,0%	778.694,26	0,4%
Total	1.750.055.672,88		1.671.042.112,67		79.013.560,21	4,7%

O acréscimo de 4,7% do ativo resulta do aumento significativo do ativo não corrente, em todas as suas rubricas, em concreto dos ativos fixos tangíveis (42,0 milhões de euros), das propriedades de investimento (25,9 milhões de euros), das participações financeiras (3,1 milhões de euros), das outras contas a receber (5,5 milhões de euros), e no ativo corrente, nomeadamente, de clientes, contribuintes e utentes (2,5 milhões euros), e de outras contas a receber (1,2 milhões de euros), conjugado com a diminuição dos inventários (294,8 mil euros), dos diferimentos (486 mil euros) e das disponibilidades (2,3 milhões de euros).

No que respeita aos ativos fixos tangíveis, para além das reclassificações de ativos fixos tangíveis para propriedades de investimento e para ativos intangíveis, a variação positiva relativamente ao ano transato é justificada, fundamentalmente, pelo registo dos contratos de concessão de serviço público, quatro deles relacionados com a construção e gestão de parques de estacionamento públicos, um associado à concessão e gestão

de lugares de estacionamento públicos, e outro relacionado com o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, num total aproximado de 40 milhões de euros.

O aumento na rubrica de Terrenos e Recursos Naturais de 2,4 milhões de euros, e em edifícios e outras construções de 5,9 milhões de euros, é justificado, essencialmente, pela aquisição de diversas parcelas de terrenos e prédios, destacando-se a referente ao Reservatório da Pasteleira.

Os ativos fixos tangíveis em curso registam um aumento em resultado das várias empreitadas desenvolvidas pelas empresas municipais, DomusSocial, EM e GO Porto, EM, no âmbito dos contratos de mandato e de gestão de empreendimentos, respetivamente, estabelecidos com o Município.

Neste contexto constam, entre outras, a grande reabilitação das habitações públicas, as intervenções efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com destaque para o Terminal Intermodal de Campanhã, bem como, as intervenções em diversos arruamentos e obras complementares de requalificação urbana, nomeadamente, na Av. Fernão de Magalhães e na Rua de Serralves. Destaca-se ainda o restauro e modernização do Mercado do Bolhão, a requalificação e modernização da Escola Secundária Alexandre Herculano e a requalificação do Cinema Batalha.

Realça-se no ativo corrente uma diminuição do valor das disponibilidades, no montante de 2,3 milhões de euros.

Nos inventários a diminuição é justificada, essencialmente, pela alteração de política contabilística e perdas por imparidade.

Em termos globais as dívidas de clientes, contribuintes e utentes aumentam 2,5 milhões de euros, em resultado do aumento da rubrica de contribuintes e utentes. O POCAL definia uma fórmula de cálculo para determinar o montante dos saldos a receber que não seriam recuperáveis, e para os quais o Município deveria reconhecer uma perda. Com a adoção do SNC-AP, a avaliação da recuperabilidade dos saldos a receber deve basear-se em critérios económicos. Com a transição dos sistemas contabilísticos o Município desreconheceu uma parte da provisão que tinha constituída para saldos a receber, aplicando um novo critério que está diretamente relacionado com o valor da percentagem de incobrabilidade obtida no último ano, associado ao valor das dívidas em execução fiscal.

A componente de Outras contas a receber incluem os devedores por acréscimos (periodização económica) que integram, a estimativa relativa aos impostos e às transferências provenientes do orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação fixa no IRS e no IVA, que apenas serão recebidos durante o ano 2021, num montante de 103,1 milhões de euros.

A componente não corrente das outras contas a receber inclui adiantamentos a fornecedores de imobilizado respeitante ao registo dos pagamentos efetuados através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, relacionado com duas ações declarativas em processo comum, no âmbito do exercício do direito de preferência.

Q. 25 - Evolução do Passivo

Un.: euros

Descrição	SNC-AP		Normativo Anterior		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	19-20	%
Provisões	49.688.411,21	49,4%	43.872.166,81	85,4%	5.816.244,40	13,3%
Diferimentos	36.205.103,14	36,0%	4.666.666,36	9,1%	31.538.436,78	675,8%
Outras contas a pagar	14.785.044,85	14,7%	2.805.560,07	5,5%	11.979.484,78	427,0%
Passivo não corrente	100.678.559,20	100,0%	51.344.393,24	100,0%	49.334.165,96	96,1%
Credores por transf. e subsídios não reemb. concedidos	151.685,73	0,4%			151.685,73	
Fornecedores	427.782,81	1,0%	577.317,78	0,4%	-149.534,97	-25,9%
Adiantamentos de clientes, contribuintes, utentes	2.191.525,50	5,3%	1.447.157,67	1,0%	744.367,83	51,4%
Estado e outros entes públicos	1.658.263,82	4,0%	1.936.662,79	1,3%	-278.398,97	-14,4%
Financiamentos obtidos	7.180.037,21	17,2%			7.180.037,21	
Fornecedores de investimento	410.933,83	1,0%	376.854,25	0,3%	34.079,58	9,0%
Outras contas a pagar	23.651.358,70	56,7%	18.988.074,21	12,7%	4.663.284,49	24,6%
Diferimentos	6.042.490,04	14,5%	126.052.928,58	84,4%	-120.010.438,54	-95,2%
Passivo Corrente	41.714.077,64	100,0%	149.378.995,28	100,0%	-107.664.917,64	-72,1%
Total	142.392.636,84		200.723.388,52		-58.330.751,68	-29,1%

No passivo a diminuição de 58,3 milhões de euros é justificada pelo decréscimo dos diferimentos no passivo corrente (120,0 milhões de euros), compensada pelo aumento do passivo não corrente (49,3 milhões de euros). Com a adoção do SNC-AP os subsídios ao investimento concedidos ao Município deixam de ser apresentados como passivo e passam a ser mensurados dentro do Património Líquido.

No que respeita ao passivo não corrente, o aumento verificado nas provisões resulta do reforço das estimativas relacionadas com potenciais exfluxos financeiros que venham a ocorrer em litígios, de natureza administrativa e tributária. No anexo às demonstrações financeiras apresenta-se informação discriminada dos principais litígios.

No tocante aos diferimentos foram registados de acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, os contratos de concessões de serviços públicos por contrapartida dos ativos fixos tangíveis.

As outras contas a pagar incluem os adiantamentos por conta de vendas com duração superior a um ano, nomeadamente as operações realizadas pelo fundo de investimento imobiliário Invesurb (3,2 milhões de euros) e o passivo de 11,5 milhões de euros, relativo ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Por sua vez, no passivo corrente, a rubrica outras contas a pagar apresenta um aumento de 4,7 milhões de euros. Para esta componente concorrem os acréscimos de gastos, que incorporam os gastos a pagar em exercícios futuros, em obediência ao princípio de especialização dos exercícios, nomeadamente o montante estimado relativo às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2021, no montante de 9,4 milhões de euros, bem como de 11,2 milhões de euros, associado aos restantes gastos reconhecidos no exercício de 2020 e a liquidar nos anos seguintes. É o caso do acréscimo de gastos com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto S.A. (STCP), o qual reflete a estimativa do Município em cerca de 6,2 milhões de euros, relativa aos encargos a incorrer no âmbito do processo de intermunicipalização. Esta rubrica inclui também o saldo das cauções prestadas por entidades terceiras, com destaque para a caução de 1,6 milhões de euros, entregue pela Socimave - Sociedade Imobiliária do Ave, Lda., relacionada com um processo de licenciamento de obras de urbanização.

Por último sublinha-se a rubrica de financiamento obtido que apresenta a utilização, no montante de 7,2 milhões de euros do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado com o Banco BPI, até ao montante de 39 milhões de euros, que se estima amortizar no ano 2021.

Q. 26 - Evolução do Património

Un.: euros

Descrição	SNC-AP		Normativo Anterior		Variação 19-20	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Património/Capital	1.114.216.897,57	69,3%	1.114.216.897,57	75,8%		
Reservas	13.471.207,74	0,8%	11.567.987,83	0,8%	1.903.219,91	16,5%
Resultados Transitados	248.251.287,47	15,4%	151.341.197,98	10,3%	96.910.089,49	64,0%
Ajustamentos em ativos financeiros			60.685.229,03	4,1%	-60.685.229,03	-100,0%
Outras variações no património líquido	224.764.994,29	14,0%	94.443.013,47	6,4%	130.321.980,82	138,0%
Resultado Líquido do Período	6.958.648,97	0,4%	38.064.398,27	2,6%	-31.105.749,30	-81,7%
Total do Património Líquido	1.607.663.036,04	100,0%	1.470.318.724,15	100,0%	137.344.311,89	9,3%

A alteração do referencial contabilístico para SNC-AP, principalmente com a reclassificação dos subsídios ao investimento que em POCAL eram apresentados como passivo, impactou positivamente o Património líquido, o qual apresenta uma variação positiva de 9,3% (137,3 milhões de euros), apesar da redução significativa dos resultados líquidos do período em 31,1 milhões de euros.

As reservas e os resultados transitados apresentam um aumento decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior, nos montantes de 1,9 milhões de euros e 36,2 milhões de euros, respetivamente. Os resultados transitados são ainda influenciados no seu aumento pelos ajustamentos de transição para o SNC-AP realizados, melhor explicados no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Os ajustamentos de transição para o novo normativo são ainda responsáveis pela variação positiva ocorrida nas outras variações no património líquido.

6.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Q. 27 - Evolução dos Gastos

Un.: euros

Descrição	SNC-AP		Normativo Anterior		Variação 19-20	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Transferências e subsídios concedidos	38.951.686,60	17,9%	29.332.081,40	14,0%	9.619.605,20	32,8%
CMVMC	700.854,75	0,3%	1.785.381,36	0,9%	-1.084.526,61	-60,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	39.041.786,54	18,0%	44.175.832,18	21,1%	-5.134.045,64	-11,6%
Gastos com Pessoal	75.313.687,50	34,7%	73.438.794,07	35,0%	1.874.893,43	2,6%
Gastos de depreciação e amortização	51.720.538,40	23,8%	46.504.913,07	22,2%	5.215.625,33	11,2%
Imparidade/perdas	58.249,05	0,0%	995.019,62	0,5%	-936.770,57	-94,1%
Provisões do período	6.814.786,67	3,1%	4.606.141,75	2,2%	2.208.644,92	47,9%
Prestações Sociais	1.527.879,02	0,7%			1.527.879,02	
Outros gastos e perdas	2.924.815,34	1,3%	8.682.905,83	4,1%	-5.758.090,49	-66,3%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	226.080,22	0,1%	88.158,98	0,0%	137.921,24	156,4%
Total	217.280.364,09	100,0%	209.609.228,26	100,0%	7.671.135,83	3,7%

A variação positiva de 3,7% verificada nos gastos incorridos pelo Município é influenciada pelos aumentos verificados nas rubricas de transferências e subsídios concedidos (9,6 milhões de euros), de gastos de depreciações e amortizações (5,2 milhões de euros), de prestações sociais (1,5 milhões de euros) e de provisões do exercício (2,2 milhões de euros), conjugado com a diminuição dos fornecimentos e serviços externos (5,1 milhões de euros) e dos outros gastos e perdas (5,8 milhões de euros).

Os fornecimentos e serviços externos e os outros gastos e perdas apresentam um decréscimo, com origem na diminuição dos subcontratos e dos trabalhos especializados, e na redução do valor líquido contabilístico dos bens abatidos em 2020, respetivamente.

O acréscimo verificado nas transferências e subsídios concedidos é influenciado pelo aumento dos apoios concedidos às Empresas Municipais, a juntas de freguesia, famílias e outros apoios diversos, expressando medidas no âmbito da pandemia da COVID-1.

Q. 28 - Evolução dos Rendimentos

Descrição	SNC-AP		Normativo Anterior		Variação 19-20	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		%
Impostos, contribuições e taxas	145.327.623,09	64,8%	163.211.707,19	65,9%	-17.884.084,10	-11,0%
Vendas	34.662,37	0,0%			34.662,37	
Prestações de serviços e concessões	10.504.857,28	4,7%	6.679.312,28	2,7%	3.825.545,00	57,3%
Rendimentos imputados de entid. controladas, associadas	258.747,30	0,1%	262.003,36	0,1%	-3.256,06	-1,2%
Transferências e subsídios obtidos	37.311.083,06	16,6%	34.574.678,63	14,0%	2.736.404,43	7,9%
Imparidades/reversões	206.941,60	0,1%			206.941,60	
Outros rendimentos	30.524.862,46	13,6%	42.871.926,51	17,3%	-12.347.064,05	-28,8%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	70.235,90	0,0%	73.998,56	0,0%	-3.762,66	-5,1%
Total	224.239.013,06	100,0%	247.673.626,53	100,0%	-23.434.613,47	-9,5%

A variação negativa de 9,5% dos rendimentos obtidos no Município resulta da diminuição dos valores de impostos, contribuições e taxas (17,9 milhões de euros) e de outros rendimentos (12,3 milhões de euros). Estas diminuições relacionam-se com as quebras em IMT, e em Taxas, multas e outras penalidades, fruto do impacto da pandemia na atividade económica. Os outros rendimentos incluem os rendimentos associados aos contratos de concessão, nos termos da NCP 4.

Q. 29 - Indicadores Económico - Financeiros

Indicadores	2020	2019
Liquidez		
Liquidez Geral	6,1	9,3
Liquidez Reduzida	6,1	9,2
Liquidez Imediata	2,8	4,4
Rentabilidade		
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios	67,5%	570,1%
Taxa de Margem Bruta	93,4%	73,3%
Rentabilidade do Património Líquido	0,4%	2,6%
Rentabilidade Operacional do Ativo	0,4%	2,3%
Atividade		
Prazo Médio de Recebimentos	69	32
Prazo Médio de Pagamentos (DGAL)	10	7
Estrutura Financeira		
Endividamento		
Passivo / Ativo	8,1%	12,0%
Grau de Autonomia		
Património Líquido / Ativo	91,9%	88,0%
Grau de cobertura dos gastos financeiros		
Resultados Operacionais / Gastos Financeiros	31,5	431,9
Índice de Solvabilidade		
Património Líquido / Passivo	11,3	7,3
Resultados antes de depreciações e gastos financiamento	58,8	84,6

Nota: foram adotados os indicadores económico-financeiros constantes do modelo único de prestação de contas das entidades públicas Unileo

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município em 2020, destacando-se o grau de autonomia superior a 90% que continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

A redução do índice de liquidez imediata, relativamente ao ano anterior, é justificado pela diminuição das disponibilidades conjugado com o aumento do passivo corrente.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2019, ao passar de 7,3 para 11,3.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2020 é positivo e apresenta-se com um valor de 58,8 milhões de euros.

6.3. ENDIVIDAMENTO

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Pese embora para o ano de 2020, por força da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, não se tenha aplicado a regra que estabelece que os municípios que cumpram o limite total da dívida só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (cf. alínea b) do nº 3 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro), o Município do Porto não ultrapassou aquela margem.

Q. 30 - Limite da dívida total

Designação	Cobrança 2017	Cobrança 2018	Cobrança 2019	Receita média dos três exercícios anteriores
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	185 860 154,97	211 060 457,15	233 464 569,56	210 128 393,89
Dívida/Margem				
(1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1,5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				315 192 590,84
(2) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 01-01-2020 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida)				32 117 365,00
Margem Absoluta				283 075 225,84
(3) MARGEM UTILIZÁVEL 01-01-2020 (margem absoluta*20%)				56 615 045,17
MUNICÍPIO				
Dívida a instituições de crédito				7 180 037,21
Dívida a Terceiros - Não Corrente*				3 247 767,02
Dívida a Terceiros - Corrente				7 907 956,73
SUBTOTAL				18 335 760,96
ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITE DA DÍVIDA TOTAL				
Dívida de entidades relevantes				22 905 482,69
OPERAÇÕES DE TESOURARIA 31.12.2020				-3 048 079,81
(4) DÍVIDA TOTAL Excluindo Não Orçamentais e FAM 31-12-2020 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida)				38 193 163,84
MARGEM UTILIZADA 2020				6 075 798,84
(5)= (3)-((4)-(2)) MARGEM DISPONIVEL				50 539 246,33

* Não inclui o valor de 11,5 milhões de euros referente ao contrato de concessão com a E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. Mantém-se em vigor em 2020 o artigo 108.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (OE 2018) o que implica que, quando por força da aplicação pela primeira vez do SNC-AP, a dívida total de um município ultrapasse o limite legal ou aumente o incumprimento deste limite, exclusivamente por efeito das diferenças de tratamento contabilístico face ao POCAL, não relevam as consequências daí decorrentes. No caso de o valor do contrato de concessão com a E-Redes – Distribuição de Eletricidade S.A. vir a relevar para o cálculo da capacidade de endividamento, a margem disponível passará a ser de €39.001.968,50.

No início de 2020, o limite à dívida total ascendeu a 315,2 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (32,1 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 56,6 milhões de euros, tendo apenas utilizado 6,1 milhões de euros.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, aumentou 18,9%, sendo de 38,2 milhões de

euros, valor para o qual contribuíram, 18,3 milhões de euros do Município do Porto (dos quais se excluem 3 milhões de euros de operações não orçamentais) e 22,9 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento⁵.

O aumento do endividamento do Município do Porto é justificado pela utilização do empréstimo de médio e longo prazo no montante de 7,2 milhões de euros.

A política financeira do Município continuou a demonstrar um forte controlo do seu endividamento.

6.4. PANDEMIA COVID-19

A prestação de contas de 2020 não pode ficar dissociada da situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19.

A crise sanitária vivida traduziu-se numa recessão económica sem precedentes a nível mundial.

Na 1ª revisão aos documentos previsionais de 2020, para além da inscrição de 97,8 milhões de euros relativos à incorporação do saldo de gerência de 2019, procedeu-se também ao ajustamento do orçamento da receita, procurando refletir-se o cenário de uma recessão económica grave.

O Município do Porto, face a este cenário, adotou políticas anti cíclicas que permitiram mitigar os efeitos provocados pela crise quer ao nível das famílias quer ao nível do tecido empresarial, nomeadamente:

- Redução dos impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes.
- Constituição de um Regime Especial de Gestão Urbanística, designado por REURB 2020, com vista à aceleração da apreciação urbanística;
- Regime Excepcional para ocupação do espaço público com esplanadas;
- Suspensão da obrigatoriedade do pagamento do estacionamento em parcómetros;
- Isenção do pagamento de taxas aos agentes do tecido económico, empresarial e comercial;
- Isenção do pagamento de taxas aos vendedores de Feiras e Mercados;

⁵ Valores provisórios à data de 19 de maio de 2021.

- Isenção da aplicação de sanção pecuniária por atrasos na devolução de documentos requisitados para empréstimo domiciliário;
- Isenção de custos de utilização dos espaços desportivos das Redes Municipais de Equipamentos Desportivos, mandatando para esse efeito a Ágora, EM;
- Isenção total e parcial do valor das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de prédios municipais e pelas Juntas de Freguesia e entidades sociais, culturais e desportivas em regime de contrato de cedência temporária;
- Isenção do pagamento de rendas em espaços comerciais geridos pela Domus Social, EM, mandatando a empresa para o efeito;
- Adoção de mecanismos, no âmbito do Regime do Arrendamento Apoiado, de flexibilização para a reavaliação e pagamento das rendas, mandatando aquela empresa para o efeito.
- Isenção do pagamento das tarifas de disponibilidade de água e de saneamento e de resíduos urbanos a clientes não-domésticos, mandatando para o efeito a Águas do Porto, EM e a EMAP, EM.
- Flexibilização aos agentes económicos da entrega da taxa turística ao município, com impactos de tesouraria;
- Cedência de viaturas ao Agrupamento de Centro de Saúde (ACeS) Porto;

No âmbito da despesa, foi efetuado o levantamento exaustivo das necessidades orçamentais de cada Serviço Responsável de acordo com o plano de atividades em execução, identificando-se minuciosamente os encargos em curso e os compromissos assumidos, tendo-se ajustado as dotações orçamentais ao desenvolvimento das atividades a executar pelos serviços até ao final do ano de 2020, com especial reforço de dotações com vista a promover a capacidade de resposta do Município à pandemia da doença COVID-19.

No leque das medidas adotadas para a mitigação dos efeitos da pandemia, com impacto na despesa, referem-se:

- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, refeições, bens alimentares, desinfecção, higienização, limpeza e trabalhos especializados, em aquisição de bens e serviços;

- Os subsídios destinados a transferências para as empresas municipais Porto Ambiente e Águas do Porto, para fazer face ao impacto financeiro da medida excecional de isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão de resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Pousada da Juventude, convertida em estrutura residencial temporária de retaguarda, que permitiu apoiar lares de idosos com surtos ativos, facilitando a separação de casos positivos e negativos;
- “Hospital de Campanha” no Super Bock Arena / Pavilhão Rosa Mota como resposta de retaguarda às duas unidades hospitalares de referência do concelho, capaz de acolher pessoas infetadas com Covid-19 e com necessidade de internamento;
- Aquisição de ventiladores;
- Centro de Alojamento de Emergência Covid-19 para dar resposta de forma célere às pessoas em situação de sem abrigo;
- Reforço do acordo de parceria com a SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria, para a confeção de refeições para os Restaurantes Solidários;
- Atribuição de apoio financeiro à Cruz Vermelha Portuguesa;
- Reforço do projeto Porto Solidário;
- Linha de Apoio de Emergência às Associações do Porto, concebida para apoiar associações que se confrontavam com graves dificuldades de tesouraria, para solver os compromissos com as despesas correntes, dada a paragem forçada devido à pandemia;
- Projeto Porto com Sentido, visando simultaneamente o apoio à atividade económica do arrendamento e a política de rendas acessíveis, mandatando a Porto Vivo, SRU, EM, para o efeito;
- Microsite de apoio às empresas e aos cidadãos no âmbito Covid-19;
- Linha Revitaliza Porto;
- Disponibilização de vouchers para incentivar as compras de Natal no comércio de rua, local e tradicional;
- Criação e divulgação do manual de boas práticas “Porto, Comércio com Segurança”;
- Criação do diretório "Comércio à Porta", com a indicação dos estabelecimentos comerciais com serviço de entrega ao domicílio e takeaway;
- Atribuição de apoios financeiros à Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros e à Federação Portuguesa do Táxi;
- Apoio à ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários, para financiamento do Programa de Intervenção para as Micro e Pequenas Empresas da Cidade do Porto;

- Adiantamento do preço em caso de reagendamento de espetáculos no âmbito cultural e artístico, mandatando a Ágora, EM para o efeito;
- Iniciativa “Escola Solidária”, disponibilizando às famílias o serviço de refeições na modalidade takeaway;
- Em articulação com os gestores de alojamento local foi providenciado alojamento aos prestadores de cuidados de saúde na linha da frente do combate à Covid-19;
- Centro de Emergência da Proteção Civil;
- Regulamento interno da distinção de mérito “Ricardo Jorge”.

No âmbito da definição de medidas de carácter excecional de resposta à pandemia da doença COVID-19, foi publicada a Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril, que estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

A publicação do referido diploma e a adoção, por parte do Governo e das autarquias locais, de um conjunto de medidas, em diversas áreas, por forma a combater e a dar resposta aos efeitos provocados pela pandemia da doença COVID-19, com impacto nas finanças públicas, tornou imprescindível o acompanhamento da correspondente execução nas contas públicas, permitindo a transparência e a disponibilização de informação fundamentada às instituições nacionais e internacionais.

Neste contexto, foi prestada à DGAL informação relativa às despesas realizadas relacionadas diretamente com a doença COVID-19, nomeadamente as despesas efetuadas no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica e reposição da normalidade.

Q. 31 - Despesas pagas destinadas ao combate da pandemia da COVID-19

Despesas COVID-19	€
Despesas com Pessoal	2 619 552,35
Aquisição de bens e serviços:	
Saúde	811 235,62
Outros	54 039,23
Apoios Sociais	683 785,79
Apoios a instituições sem fins lucrativos e famílias	344 614,60
Investimentos:	
Saúde	413 015,08
Outros	182 902,50
Total	5 109 145,17

A adoção das diversas medidas, sem colocar em causa a atividade do município, a concretização dos objetivos estratégicos e a sua capacidade de endividamento, só foi possível face à robustez financeira do Município do Porto, fruto de uma gestão sustentável, rigorosa e equilibrada.

6.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido positivo de seis milhões novecentos e cinquenta e oito mil seiscentos e quarenta e oito euros e noventa e sete centimos (€ 6.958.648,97) tenha a seguinte aplicação:

- Trezentos e quarenta e sete mil novecentos e trinta e dois euros e quarenta e cinco centimos (€ 347.932,45) para Reservas Legais

- Seis milhões seiscentos e dez mil setecentos e dezasseis euros e cinquenta e dois centimos (€ 6.610.716,52) para Resultados Transitados

7. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes municipais na tomada de decisões. Neste âmbito, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para o Município e utilizadores externos.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o que até ao momento não foi possível. O sistema atual não permite obter informação completa e fiável da imputação dos custos diretos e indiretos por cada bem produzido ou serviço prestado, e considerando a IPSAS 33, que estabelece um “período de transição opcional de três anos” na adoção pela primeira vez do normativo, o município optou por não apresentar, ainda, qualquer informação relacionada com a contabilidade de gestão.

ÍNDICE QUADROS

Q.1 - Economias Mundiais – variação percentual PIB.....	10
Q. 2 – Economia Portuguesa ³	13
Q. 3 - Despesas por objetivos	18
Q. 4 - Indicadores	87
Q. 5 – Regras orçamentais de equilíbrio	89
Q. 6 – Modificações ao orçamento segundo a natureza	92
Q. 7 – Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável ..	94
Q. 8 – Despesa por classificação económica.....	95
Q. 9 – Despesa por classificação orgânica e serviço responsável	97
Q. 10 – Evolução da despesa paga	99
Q. 11 – Evolução das despesas com pessoal.....	100
Q. 12 – Estrutura das transferências e subsídios.....	101
Q. 13 – Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)	102
Q. 14 – Evolução das despesas de investimento total do Município do Porto	104
Q. 15 – Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto.....	105
Q. 16 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos	106
Q. 17 – Evolução da dívida bancária	108
Q. 18 – Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos	109
Q. 19 – Alteração e origem da variação da dotação	112
Q. 20 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica	113
Q. 21 – Evolução da receita global cobrada.....	115
Q. 22 – Evolução da estrutura da receita fiscal	117
Q. 23 – Resumo da conta de gerência.....	119
Q. 24 - Evolução do Ativo	121
Q. 25 - Evolução do Passivo	123
Q. 26 - Evolução do Património	125
Q. 27 - Evolução dos Gastos	126
Q. 28 - Evolução dos Rendimentos.....	127
Q. 29 - Indicadores Económico - Financeiros	128
Q. 30 - Limite da dívida total	130
Q. 31 - Despesas pagas destinadas ao combate da pandemia da COVID-19	135

ÍNDICE FIGURAS

F. 1 – Recessões.....	11
F. 2 - Diferentes Níveis de Recuperação	12
F. 3 - Dívida líquida de curto prazo	16
F. 4 - Coesão e Ação Social	19
F. 5 - Inovação.....	32
F. 6 - Ambiente e qualidade de vida.....	63
F. 7 - Governância da Câmara.....	72
F. 8 - Evolução do saldo corrente	90
F. 9 – Evolução do saldo global	91
F. 10 – Evolução das receitas cobradas	116
F. 11 – Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais	120

ACRÓNIMOS

ADSE – Instituto Público de Proteção e Assistência na Doença

ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

AL – Alojamento Local

AMP - Área Metropolitana do Porto

ANF - Água Não Faturada

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

ARU - Áreas de reabilitação Urbana

BI - Business Intelligence

BSB - Batalhão de Sapadores de Bombeiros

CCP - Código dos Contratos Públicos

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CED - Captura-Esterilização-Devolução

CER – Comunidades Energéticas Renováveis

CGI - Centro de Gestão Integrada

CIS Porto - Centro de Inovação Social do Porto

CMJ - Conselho Municipal de Juventude

COVID-19 – coronavirus disease – Doença do Corona Vírus (19 – Ano em que a doença foi identificada)

CRUARB – CH - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico

DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais

DMCP - Departamento Municipal de Comunicação e Promoção

DMPC - Departamento Municipal de Proteção Civil

DMMT - Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

EB - Escola Básica

EM - Empresa Municipal

EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria

ERP - Enterprise Resource Planning

ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

FDZHP - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

FMI – Fundo Monetário Internacional

GM - Gabinete do Município

GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.

GOP - Grandes Opções do Plano

H2020 - Horizonte 2020

IMI - Imposto Municipal sobre os Imóveis

IMT- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Singular

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

JI - Jardim de Infância

LED – *light emitting diode* - Díodo Emissor de Luz

LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

MTB - Mercado Temporário do Bolhão

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

PAR - Plano das Atividades mais Relevantes

PCE - Postos de Carregamento Elétrico

PDM - Plano Diretor Municipal

PEL - Plataforma Eletrónica de Licenciamento

PIB – Produto Interno Bruto

PMP - Polícia Municipal do Porto

PORTO VIVO, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A

PPI - Plano Plurianual de Investimentos

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais

SARS - Severe Acute Respiratory Syndrome - Síndrome Respiratória Aguda Grave

SEI - Sociedade, Escola e Investigação

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

UE - União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UP - Universidade do Porto

ZMC - Zonas de Medição e Controlo

Porto.